

SOS CORPO - Gênero e Cidadania

**Textos e imagens
do feminismo:
mulheres construindo
a igualdade**

Maria Betânia Ávila
(organizadora)

Textos e imagens
do feminismo:
mulheres construindo
a igualdade

SOS CORPO-Gênero e Cidadania

Textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a igualdade

Organizado por Maria Betânia Ávila



Recife – 2001

Copyright © 2001, SOS CORPO - Gênero e Cidadania

Coordenação editorial
Márcia Larangeira

Produção executiva
Fátima Ferreira, Rosana Lucena e Tatiana Rangel

*Capa, projeto gráfico e
produção gráfica*
Edições Bagaço

Revisão
Jeruza Filipini

Revisão final
Márcia Larangeira e Fátima Ferreira

Fotografias
Angela Freitas, Daniel Maltar
Gyzia Pimentel, Jailton Mourão, Márcia Larangeira, Gil Vicente
Acervo do SOS CORPO

Tiragem:
2.000 exemplares

Apoio:



T355 Textos e imagens do feminismo : mulheres construindo
a igualdade / Maria Betânia Ávila... [et al.]. – Recife :
SOS CORPO, 2001.
294p. : il.

1. MULHERES – QUESTÕES SOCIAIS E MORAIS.
2. FEMINISMO. 3. MULHERES – DIREITOS. I. Ávila,
Maria Betânia.

ISBN 85-7409-335-1

CDU 396
CDD 305.4

PeR – BPEPCB

... os direitos desta edição reservados a
CORPO - Gênero e Cidadania
Real da Torre 593 – Madalena
c-PE – 50.610-000
one: (81) 3445-2086
(81) 3445.1905
il: sos@soscorgo.org.br

Impresso no Brasil – 2001

*“(...) e quando a gente se descobre mesmo,
como mulher, então a gente começa a se sentir
responsável pela história, não só a nossa
história, mas a história da sociedade, a
história das outras mulheres, a história do
mundo - da vida, né?”*

*Maria Nazaré de Souza, trabalhadora rural
Itapipoca - Ceará*

In “História na Mão”, Maria Alice Mc Cabe

Sumário

Apresentação 9

Feminismo, cidadania e transformação social 13

Maria Betânia Ávila

Novas e velhas questões sobre corpo,
sexualidade e reprodução 71

Ana Paula Portella

A política como questão: revisando Joan
Scott e articulando alguns conceitos 131

Silvia Camurça

Local e global: uma visão dialética 191

Enaide Maria Teixeira de Souza

Antinomias e contradições: a dinâmica da
institucionalidade 239

Taciana Gouveia

Apresentação

Podemos contar uma história de várias maneiras: narrando fatos em sua temporalidade, falando sobre os personagens que a realizaram, analisando os principais problemas e as grandes conquistas, usando a primeira pessoa do singular ou do plural....

Podemos, também, contar uma história tendo como fio condutor as idéias e as ações dos sujeitos que a construíram e constroem, usando os verbos no passado, presente e futuro, no singular e no plural. Foi esse o caminho escolhido para a elaboração destes textos e imagens do feminismo: mulheres construindo a cidadania.

Este é um texto formado de vários textos. Imagens também de antigamente e de hoje.

O nosso antigamente tem 20 anos. Os textos são reflexões de algumas de nós, que se inspiram nas práticas e idéias que todas nós fazemos circular nesse espaço coletivo de trabalho. Em cada texto e em cada imagem há também um subtexto e uma subimagem, uma espécie de palimpsesto.

Esta história começa nos anos 80, quando os sinais de que uma nova situação política estava se forjando no Brasil apareciam com mais evidência, denotando, com isso, o avanço da luta por democracia. Nesse cenário, emergiam novos sujeitos políticos e seus movimentos ganhavam significado na história recente, naquele momento da abertura política. O movimento feminista tornava-se visível, trazendo consigo a tarefa histórica de construir a cidadania das mulheres e, dessa forma, incluí-las como sujeito do projeto da democracia, tornando-o assim, desde o início, mais radical. Muitas organizações de mulheres que hoje constituem a sociedade civil organizada no Brasil nasceram dessa conjunção e nessa conjuntura, onde o feminismo ganhava e dava sentido ao movimento geral em torno da liberdade.

Nesse contexto, em 1981, um grupo de mulheres fundou uma organização que se chamou SOS CORPO - Grupo de Saúde da Mulher. Militantes do movimento feminista e profissionais de diversas áreas, trabalhando em lugares diversos, o grupo buscou, naquele momento, inventar uma outra forma de conciliar motivações políticas com as atividades profissionais. E mais do que isso: desejava trabalhar as questões sociais com outras mulheres, experimentar novos meios de educação popular para a cidadania, produzir conhecimento e

criar experiências alternativas para o cuidado com a saúde, construir novos direitos que garantissem a liberdade e a igualdade no campo da vida reprodutiva e sexual.

Dez anos depois, em 1991, instalou-se um debate sobre o sentido de o SOS CORPO ampliar o seu campo de ação, pois a conjuntura e o próprio resultado do trabalho exigiam essa tarefa. Nesse momento, o nome foi mudado para SOS CORPO - Gênero e Cidadania, como signo de uma transformação em sua ação institucional.

Transformar a prática feminista da militância em uma base para construir uma organização de trabalho foi/ é um grande desafio que se renova a cada momento.

Dois mil e um, quando o SOS CORPO – Gênero e Cidadania completa 20 anos de ação político-educativa, voltada para a promoção e a defesa da democracia com justiça de gênero, é, para nós, um momento para reunir para uma reflexão acerca do que tem sido a participação das mulheres no processo de construção da democracia. Esse processo não se originou nem irá terminar em um ponto fixo ou já determinado, no tempo ou no espaço. Sediado no Recife, o SOS CORPO é um projeto coletivo, onde a permanência e a continuidade se fazem através das mulheres que aqui estão ou estiveram, com tempos distintos – de 20 anos até alguns meses de ação e

pensamento na instituição - com localizações diferentes – no Recife e espalhadas pelo mundo. Estamos em movimento.

Nesse movimento, tivemos mulheres que escreveram sozinhas, grupos que desenharam juntos, amigas que fotografaram episódios inesquecíveis, longas jornadas de educação e pesquisa, dias inteiros de reflexão coletiva, encontros tensos e encontros felizes, técnicas de autoconhecimento, textos e os vídeos multiplicando pelo mundo os sons e as imagens para inspirar a rebeldia.

Por todas essas histórias, dedicamos este livro às mulheres que fundaram o SOS CORPO e a todas as outras que por aqui passaram.

As autoras

Feminismo, cidadania e transformação social

Maria Betânia Ávila
Socióloga e coordenadora geral do SOS CORPO

Nas últimas duas décadas do século XX, no Brasil e na América Latina, a cidadania ganhou importância como referência para os projetos de transformação social. É possível afirmar que a luta por democracia no Brasil, desenvolve-se em torno da luta por uma cidadania real.

Nesse período, o discurso sobre cidadania ganha visibilidade e força no país, popularizando-se através da ação política e dos inúmeros processos educativos, através dos quais, o tema é tratado como campo de aprendizado. Esse discurso tem várias vertentes, mas o que quero tratar aqui situa-se na vertente que coloca a cidadania como uma referência na luta contra as desigualdades sociais, contra discriminações, preconceitos e todas as formas de violência. Nesse sentido, a cidadania tem sido trabalhada como instrumento de combate à exclusão social, de conquista de direitos e como um meio de instituir um novo processo democrático assentado sobre o compromisso com a justiça social, com a ética e com uma moral que seja instauradora da dignidade humana.

Articular essas duas dimensões, construção de cidadania e democratização, é uma forma de não reduzir o sentido da democracia a um “sistema estritamente político” (Chauí, 1982), mas defendê-la como uma forma própria da vida social. Dessa forma, considero que “ganha sentido a questão acerca das condições sociais da democracia. Essas seriam menos precondições para a democracia, seriam menos condições dadas para haver democracia, e seriam muito mais a expressão de uma sociedade democrática através de suas próprias instituições.” Chauí (1982).

Por outro lado, a democratização da cidadania é, neste momento, uma questão crucial. Em primeiro lugar, porque a cidadania, na origem, é uma consigna para poucos. Onde e quando houve superação dos limites de classe, de gênero e raça isso ainda se deu com grandes restrições. Nos países do sul, como o Brasil, a cidadania é um objetivo recente. Conquistas políticas e legais foram alcançadas com uma frágil situação de efetivação de direitos.

Dentro de um contexto ainda tão irregular e incipiente, há um forte movimento anticidadania, liderado por setores poderosos da vertente neoliberal. Na visão dessa corrente, a economia de mercado é o eixo em torno do qual devem se construir todas as mediações da vida social. O discurso sobre Estado mínimo, a partir dessa perspectiva, é centrado no combate às funções do Estado como provedor de bem-estar social. Portanto, democratizar a cidadania,

garantindo a todos e a todas direitos efetivados e dignidade humana é um projeto ainda em curso, uma ação de resistência e uma referência para um processo democrático de transformação social.

O primeiro movimento importante dessa articulação que integra democracia e cidadania é o fato de que já no plano político há um processo constitutivo de novos sujeitos e atores. Com isso, há uma ampliação e uma diversificação das formas de organização política que fortalecem a construção de uma sociedade civil organizada e diversificada. A ação desses sujeitos redefine os espaços de conflito, as estruturas e os sentidos das desigualdades a serem combatidos. Isso nos leva a uma das questões básicas para o feminismo que é a relação entre esfera pública e esfera privada, e a democratização da vida cotidiana, como algo inextricável, o que implica a democratização da esfera privada em suas diferentes dimensões.

A inclusão de novos sujeitos se faz em uma esfera pública, ainda plena de desigualdades. A esfera pública tanto na sua dimensão do Estado, como em outros planos, onde também se processam os conflitos políticos, ainda se constitui como um espaço social onde as desigualdades de gênero, de classe e de raça estão presentes. A diversidade de sujeitos políticos, como parte do contexto atual da democracia, revela opressões e abusos de poder, que já estavam naturalizados nas estruturas da sociedade brasileira. Nesse movimento dialético, é importante perceber onde a democracia

avança e onde ela se fragiliza, onde estão os fatores de inovação e quais são as práticas políticas que guardam ou reatualizam velhas formas de dominação.

Os discursos críticos sobre a ordem social vigente têm revelado as contradições do processo democrático no país. Os conflitos gerados dentro desse contexto da democratização – cujos marcos são 1979, com a lei da Anistia e 1985, com a posse do primeiro governo civil pós-ditadura militar, eleito de forma indireta – são mais diversificados e mais entranhados nas várias dimensões que compõem a vida pública. As articulações dos vários movimentos sociais se dão em vários níveis, das comunidades locais ao plano nacional e, nestes últimos anos, cresce a importância das articulações internacionais enraizadas nas organizações, cujas bases de ação são locais.

Os sujeitos que se constituíram e/ou se reconstituíram nessa história recente também trouxeram, para a agenda política, temas que, ou nunca estiveram presentes no debate público nacional, ou nunca estiveram com a radicalidade com que são agora apresentados. A diversidade das questões postas em pauta por esses sujeitos, e a diversidade das formas de organizações sociais e políticas nos levam a observar que o que se coloca como objeto de democratização é a organização da vida social como um todo.

Nesse contexto, o movimento de mulheres é um sujeito fundamental da organização da sociedade civil. Esse movimento não só produz uma inserção das mulheres no processo político geral como traz novas

questões para a agenda da democracia. Considero que o movimento de mulheres são todas as formas de organização de mulheres que lutam por diferentes objetivos. Entre essas organizações estão aquelas relacionadas com categorias profissionais urbanas e rurais, movimentos populares de bairros por melhoria de qualidade de vida, movimento de mulheres negras e feministas, movimento feminista em geral, etc. Há uma dialética entre essas várias formas de organização a partir da qual a questão das mulheres e as questões trazidas pelas mulheres ganham sentido na esfera pública. Para o movimento feminista, cuja luta histórica é a transformação das relações de gênero, a instituição das mulheres como sujeito é o centro da sua ação, é a sua grande conquista e ao mesmo tempo sua contribuição histórica para o movimento das mulheres em geral.

Na perspectiva feminista que busca uma transformação das relações de gênero associada a uma luta por justiça social, a igualdade e a liberdade são pensadas em termos mais radicais, no sentido de que a conquista de direitos é uma dimensão fundamental, mas não é a única em torno da qual se deve agir. Por outro lado, a passagem de direitos formais para direitos substantivos exige transformações nas estruturas materiais e simbólicas que sustentam a organização da vida social.

Para além dos movimentos orgânicos, materializados em formas visíveis de ação e portadores de discursos críticos e/ou reivindicatórios, devemos

considerar, sempre, a transformação das identidades, das esferas de ação e da autopercepção das mulheres em geral. Esses processos são tributários do feminismo e dos movimentos de mulheres. Mas não podem nem devem ser vistos como exclusivamente derivados deles, nem muito menos como algo que deva ser por ele controlado.

Como o feminismo se constrói na luta contra a dominação e a exploração das mulheres, o primeiro impacto da luta feminista sobre a cidadania é justamente o questionamento dos princípios da igualdade que fundam as diversas concepções de cidadania.

Cidadania: reflexões

O projeto de cidadania que inaugurou, no Ocidente, a modernidade significou uma transformação radical da ordem social vigente naquele contexto histórico. A concepção de igualdade contida nesse projeto rompia com a concepção de que a hierarquia e a desigualdade eram atributos naturais das relações humanas. Essa proposta de igualdade, no entanto, tinha como sujeito e destinatários os homens brancos.

Nos paradigmas constitutivos da nova concepção de mundo, trazida pelo iluminismo, as relações hierárquicas entre os sexos foram ainda definidas como parte da ordem natural das coisas. As mulheres foram nomeadas como parte da natureza, no mesmo sentido

que o eram na velha ordem que estava sendo desestruturada. Rousseau, que foi o grande pensador do contrato social moderno, considerava que “por natureza o homem pertence ao mundo exterior e a mulher ao interior – encaixando assim na dicotomia natureza-cultura a dicotomia interior-exterior – o que adquire especial relevância na sociedade burguesa capitalista.” (Amorós, 1985).

Como parte da condição feminina nessa nova ordem, as mulheres foram, em primeiro lugar, privadas de ter acesso à esfera pública. Como analisa Arendt (1988), a esfera da vida privada foi sempre o lugar da privação e não o espaço da privacidade ou da intimidade. A restrição das mulheres ao espaço doméstico da vida privada foi sustentada em uma relação que guardava os princípios da hierarquia entre senhor e serva. Por tradição, as mulheres foram consideradas seres apenas morais, guardiãs e transmissoras dos costumes e de suas normas. Dessa forma, para elas foi reservado apenas o espaço privado que significa uma privação da participação nas decisões coletivas, na criação de leis e na invenção democrática de novos direitos (Chauí, 1985). Uma longa trajetória de vivências sociais e lutas políticas construíram o caminho que trouxe as mulheres a uma posição de inventoras de valores democráticos.

A igualdade pretendida pelas mulheres que se organizaram politicamente nos séculos XVIII e XIX foi sobretudo fundada no direito de serem iguais aos homens. Uma mudança radical trazida pelo feminismo contemporâneo é a desconstrução dessa igualdade.

Nesse sentido, a relação igualdade/diferença é uma questão central no debate sobre cidadania, não como uma dicotomia, mas como um dilema com o qual temos sempre que lidar em cada contexto social.

Uma vez que a cidadania é, em sua origem, um conceito que exclui as mulheres, traz, certamente por isso, uma série de questões sobre a validade, ou não, do seu uso como uma base sobre a qual podem se sustentar projetos feministas. Sobre isso, concordo com a visão de Lister (1997), quando afirma que “a reapropriação de conceitos estratégicos como o de cidadania é central para o desenvolvimento de uma política feminista e de uma teoria social.” Levando em conta, justamente, que essa apropriação se faz pela própria transformação do significado da cidadania e pela instituição das mulheres como sujeito da sua reconstrução.

Nas últimas décadas, percebe-se uma ampla retomada por parte dos movimentos sociais e políticos no uso desse conceito. É nesse movimento que se torna necessária a reestruturação de seus significados, pois, como afirma Collin, o acesso dos/as recém-chegados/as à cidadania, implica sempre a redefinição da cidadania, dela mesma e do espaço político-social. Segundo essa autora, uma entidade constituída não pode pretender a assimilação pura e simples dos/as recém-chegados/as e/ou das novas demandas, sem se deixar questionar por elas, sob pena de ficar ameaçada de desintegração.

Esse conceito recebe diversas definições e interpretações, não só em diversas épocas, mas também

dentro de uma mesma época. Não é um movimento que se forja de maneira evolutiva. A construção da cidadania é um processo dialético de transformação social. Há, assim, momentos em que a superação da visão naturalizadora de uma determinada forma de desigualdade institui-se de maneira mais radical. A partir daí, essa desigualdade nunca mais poderá ser retomada como algo natural da condição humana. O reconhecimento da desigualdade como um problema social e a construção da igualdade é um caminho pleno de contradições e de redefinição permanente de conflitos.

Considero fundamental o que diz Jelin (1993) a respeito da cidadania como vivência de direitos e como esfera de conflito para redefinição permanente desses direitos. Sendo o conflito uma dimensão da vivência da cidadania, o exercício do poder político deve ser considerado como parte do seu projeto. A cidadania representada, hoje, como uma referência de direitos que se estendem para homens e mulheres, é, em si, uma profunda transformação no campo simbólico das relações de gênero.

Na definição de Marshall (1950), e que se tornou uma referência clássica no assunto, a cidadania é composta de três dimensões: civil, política e social. Dessa maneira, o que constitui a cidadania é um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, que foram, nessa ordem, conquistados historicamente. Esse autor ressalta que esses direitos não estão separados e não são

separáveis. É uma elaboração que parte da experiência histórica de países europeus, que apresenta limites na análise sobre os conflitos, sobretudo por tentar configurar, a partir dessa experiência, a cidadania como um modelo. É relevante, no entanto, sua contribuição como síntese de um determinado processo que nos oferece elementos tanto didáticos quanto históricos para desenvolver um pensamento crítico sobre a questão.

A cidadania não implica apenas um conjunto de regras legais que governam a relação entre indivíduos e o Estado do país onde vivem, mas implica relações sociais entre indivíduos e Estado e entre cidadãos/cidadãs (Lister, 1997). A cidadania, em sua origem, está vinculada à idéia de Nação, relacionando, portanto, a existência da/o cidadã/cidadão à sua inserção como membro de um Estado/Nação. Hoje se coloca a questão da cidadania internacional, em que as garantias à/ao cidadã/cidadão devem ultrapassar as fronteiras dos países, o que não pode significar uma diluição do dever de cada Estado na promoção da cidadania. Pelo contrário, no contexto atual, a luta por cidadania tem significado, justamente, a reafirmação de um Estado comprometido com o bem-estar da população.

A luta por cidadania como algo indissociável ao processo de consolidação da democracia tem sido colocada como um meio de combater o modelo neoliberal de globalização. Nesse sentido, o fortalecimento de uma sociedade civil organizada em plano global e a instituição e aprimoramento de

mecanismos para regulação das relações internacionais tornam-se objetivos estratégicos para os movimentos sociais.

O enfoque na cidadania enquanto um processo e não apenas como resultado ou modelo é fundamental. Segundo Francisco de Oliveira (1998), a construção da cidadania e da democracia é interminável, no sentido de que no momento mesmo em que as aquisições cidadãs e democráticas são confirmadas, recomeça o trabalho de ampliação dos limites já alcançados. Esse recomeço, segundo ele, deve ir no sentido de ampliar o que se adquiriu e não deve ser confundido com “eterno retorno, incansável e sem esperanças”. Apesar de que, segundo Oliveira (1998), no caso do Brasil, por tradição, as elites política (conservadora) e econômica estão permanentemente agindo para destruir os patamares mínimos de direitos alcançados pelos “dominados/as”. Por outro lado, considero necessário levar em consideração que a consciência do direito a ter direitos que leva a uma postura crítica, e uma ação contra as injustiças sociais pode tornar irreversível o caminho em busca de cidadania.

À produção atual de igualdade acrescenta-se um déficit histórico de justiça social. A cidadania política é o meio para a satisfação da cidadania social e constitui uma base efetiva para o exercício da cidadania. No entanto, a desigualdade social vai criando os obstáculos ao exercício da conquista política. O debate em torno da cidadania coloca-se como o elemento maior da

política de um lado, contra a perspectiva do ajuste estrutural. A luta por cidadania tornou-se uma referência para recomposição das relações sociais e da correlação de forças no campo político (Marques-Pereira, 1997)

Além de novos direitos, os discursos da cidadania têm que produzir valores e renovação da utopia. Têm que mexer com o desejo, mobilizar a idéia de felicidade como bem coletivo, para romper a onda de egoísmo que prepondera, enquanto discurso de felicidade prometida pelo mercado.

A cidadania deve ser um eixo, ou uma inspiração, para conduzir processos libertários e nunca deve ser tomada como um modelo determinado por uma nova ordem social. As desigualdades de classe, imbricadas com as desigualdades de gênero e de raça, são hoje realimentadas no plano simbólico pelo discurso da felicidade como uma busca individual, cujo processo para alcançá-la está desprovido de qualquer compromisso ético e social.

Como afirma Jurandir Freire Costa (2000), “Nas relações entre classes sociais no Brasil, a atitude sistemática de desconsideração pelos mais pobres sempre existiu. Nova é a atitude de indiferença para com os membros da mesma classe. Essa indiferença, é óbvio, não assume a forma de luta entre pessoas de diferentes estratos sociais; assume a forma de disputa entre os indivíduos pelo chamado “direito à felicidade” ou à “auto-realização”. No caso das relações entre classes, falta e sempre faltou a prática do “respeito ao cidadão”;

no caso das relações interpessoais no interior de uma mesma classe, começa a faltar a prática da “valorização dos laços sentimentais duradouros”.

Essa lógica, que leva a uma expansão cada vez maior do lucro e da concentração de riqueza defendida pela elites econômicas e financeiras do mundo globalizado, tem impactos profundos na luta pela cidadania. Um grave problema é o peso dos discursos e dos símbolos que sustentam essa lógica. Aí reside um elemento crucial de sustentação do poder. Veiculados incessantemente pelos meios de comunicação através das campanhas de *marketing* e de outros eventos contaminam toda a sociedade e causam efeitos diferenciados.

As conseqüências dessa onda de individualismo e mercantilização das relações sociais não são as mesmas para os homens e para as mulheres. As mulheres estão em pleno processo de afirmação, enquanto sujeito de direitos. As mulheres, enquanto coletivo organizado politicamente na defesa do projeto de cidadania, nesse contexto, enfrentam dificuldades de várias formas. Em primeiro lugar, o próprio projeto feminista muitas vezes é questionado como algo fora de propósito ou extemporâneo, uma vez que a ilusão criada pelo mercado vende a igualdade e a liberdade das mulheres como produtos facilmente acessíveis desde que as mulheres se habilitem segundo as regras desse mercado. As oportunidades criadas pelos interesses do mercado são festejadas, assim, como a vitória final. A partir daí, basta competir.

Uma contribuição fundamental do movimento feminista, nesse processo dialético de construção de novos sentidos e práticas de cidadania e de combate ao que aparece como novo paradigma de liberdade individual e modelo de vida, é a politização em torno das esferas da reprodução e da sexualidade. Ao pensar a vida reprodutiva e a vida sexual como campos de cidadania, abre-se uma perspectiva a mais para construção de uma sociedade mais justa e igualitária. É sobre o sexo e sobre o corpo das mulheres que se desenvolve com mais força a indústria da mercantilização do prazer e da banalização da vida.

Nos terrenos da sexualidade e da reprodução, as feministas trouxeram reflexões e as ações políticas que levaram à construção de um novo campo de direitos - direitos reprodutivos e direitos sexuais que incorporam as experiências aí vivenciadas como parte da cidadania. E essa é uma questão fundamental para a igualdade, no sentido de expandir as relações de igualdade para outras esferas da vida social, o que, por sua vez, contribui para transformar o significado da igualdade, que sempre foi pensada como parte da experiência da esfera pública.

A concepção de direitos reprodutivos é resultado de uma ação política que visou desfazer, do ponto de vista moral, a relação obrigatória entre sexualidade e reprodução. Essa possibilidade é, hoje, em grande medida, conquistada, o que traz novas questões para pensar a reprodução, a partir das experiências em curso,

do avanço das tecnologias reprodutivas, dos novos estilos de vida, etc.

Os direitos sexuais, que é um campo bastante novo como conceituação, dizem respeito à liberdade e à igualdade no exercício da sexualidade. A contestação da heterossexualidade como modelo dominante de exercício da sexualidade, o que tem produzido processos de repressão e violência, é uma questão central na construção desses direitos.

Os direitos sexuais constituem uma abordagem para lidar com o campo da sexualidade como um campo de relações sociais igualitárias. Nesse sentido, é uma proposta emancipatória e inusitada. Em geral, a possibilidade de igualdade na vida sexual aparece mais como decorrência da igualdade em outras esferas, sobretudo na esfera econômica e política. Partindo dos direitos sexuais, a igualdade na vivência da sexualidade deixa de ser uma consequência e torna-se uma dimensão fundamental para a democratização da intimidade.

Construir direitos nesses terrenos faz com que o lugar da reprodução não seja mais o do privado enquanto privação, e que a sexualidade não seja regida pelo princípio da repressão, consequência da visão do sexo como puro instinto, enquanto reminiscência de uma condição animalisca. Reprodução e sexualidade, compreendidas como campos dotados de cidadania, tornam-se, portanto, instâncias da vida social plenas de valores e referências éticas para convivência cotidiana.

Em um exercício de reflexão sobre cidadania, tendo as mulheres como foco da análise, é imprescindível romper os limites do que tem significado pensar a cidadania. É preciso, portanto, perscrutar todos os recantos da vida social, as instituições públicas e privadas. Penso que a radicalização de um projeto democrático exige que a vida cotidiana seja tomada como uma referência para a reflexão teórica e para a ação política. A análise sobre a vida cotidiana pode aprofundar a crítica à dicotomia entre esfera pública e esfera privada e a hierarquização da relação entre as esferas da produção e da reprodução, uma vez que a organização da vida social é feita a partir dessa dicotomia e dessa hierarquização.

Construir cidadania para mulheres e homens requer a construção de novos símbolos que alimentem uma representação de mundo em que prevaleçam os sentidos da solidariedade e da liberdade. Para isso, é necessário, de um lado, combater a lógica dominante que, além de produzir a pobreza e a exclusão social, simplifica o sentido da vida, e reduz cidadãs e cidadãos a consumidores, e de outro, criar novos encantamentos igualitários que ressignifiquem o sentido da justiça social e reanimem a luta em torno dela.

Novos sentidos da igualdade em uma sociedade muito desigual

A igualdade tem sido um tema central no discurso feminista. Dependendo da corrente teórica e

política, a noção de igualdade pode variar de significado, o que implica variações no campo das estratégias de luta

Pensar e agir no sentido de um projeto feminista que tenha a igualdade como referência exige análises cada vez mais refinadas sobre os mecanismos e as dinâmicas que engendram as desigualdades de gênero. Nesse sentido, o conceito de patriarcado é fundamental, pois se necessita de uma referência analítica e explicativa sobre a questão do poder e da dominação na relação entre homens e mulheres, e sobre as estruturas sociais que sustentam a reprodução dessa relação social desigual. As questões de classe e de raça são, por outro lado, inextricáveis das questões de gênero, se um pensamento sobre igualdade para mulheres leva em conta a diversidade das mulheres e as desigualdades entre as próprias mulheres.

O patriarcado está sempre enredado em uma trama social e histórica concreta, onde se entrecruza com muitas outras variáveis relevantes como classe, raça, etc. É um conceito, portanto, que deve ser adjetivado e contextualizado. O conceito requer, para ser operativo, certas redefinições (Amorós 1997). Tomando a linha analítica dessa autora, podemos salientar diferentes modalidades do sexismo que sofrem as mulheres no Brasil, como parte da dominação patriarcal: violência sexual, segregação no mercado de trabalho, dupla jornada de trabalho, infra-representação nos postos de responsabilidade e decisão etc.

É necessário, também, desmitificar a visão sobre patriarcado, muitas vezes tomado como algo ancestral e perdido no tempo, uma memória quase legendária, ou como algo que se exerce de uma mesma maneira, perenemente, a despeito dos contextos sociais e históricos. Portanto, ahistórico.

O patriarcado que se instituiu no Brasil como parte de um sistema de dominação no Período Colonial, passou, evidentemente, por grandes transformações. Isso, no entanto, não significa que seja um tipo de poder historicamente superado. “Necessitamos de teorias que possam analisar o funcionamento do patriarcado em todas as suas manifestações - ideológicas, institucionais, organizativas, subjetivas - explicando não somente a continuidade, mas também as mudanças no tempo.” (Scott, 1999).

A dominação patriarcal foi um sistema de poder estratégico no processo de colonização, no caso brasileiro, e que esteve diretamente vinculado ao escravismo. A ideologia patriarcal que se instalou nesse período vem se reproduzindo como parte da herança cultural até os nossos dias. As estruturas da nossa sociedade, marcadas por profundas desigualdades sociais, estão construídas a partir de um ideário positivista que justificou, através de argumentos naturalizadores da vida social, as formas de violência exercidas sobre as mulheres e a população negra. A construção da pobreza é um componente dos modelos de desenvolvimento econômico, que se sucederam ao longo da história, os quais associam, desde o início, formas de exploração de classe, de raça e de gênero.

Os efeitos desse processo histórico estão presentes em todas as dimensões da sociabilidade em nosso país. Com isso, não quero afirmar que o poder patriarcal explique todas as questões relativas às desigualdades de gênero, mas eliminá-lo como uma das categorias explicativas dessas relações é perder o sentido histórico de uma dimensão fundamental da opressão das mulheres e da trajetória de luta contra essa opressão. Reconhecer a existência desse sistema de dominação, e fazer conhecer os mecanismos de sua reprodução em qualquer medida que isso ainda aconteça é uma importante contribuição do feminismo para a democratização da vida social. Não levar em conta a questão do patriarcado coloca, por outro lado, um limite na concepção e nas estratégias de luta por igualdade.

A luta das mulheres por igualdade, no Brasil, vem desde os tempos coloniais. O direito à educação e ao voto são conquistas marcantes dessa trajetória. Mas, no plano legal, as conquistas do movimento feminista contemporâneo configuram uma nova etapa histórica no processo de transformação das relações de gênero. A Constituição de 1988 é um marco, pois afirma, como um de seus princípios, que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Além de garantir, em seu texto, uma série de outros direitos fundamentais, específicos das mulheres.

Esse princípio constitucional outorgou às mulheres um lugar de maioria no sentido kantiano, pois esse princípio de igualdade e de responsabilidade implica o reconhecimento da autonomia das mulheres.

No entanto, na formulação e na execução das políticas públicas no país, o princípio da igualdade de gênero não tem sido levado em conta. Como também as leis ordinárias que regulam diretamente os acordos, interesses e conflitos das relações de gênero na vida prática não estão todas, ainda, em consonância com esse princípio geral de igualdade.

O novo Código Civil, no qual se avança bastante na igualdade civil das mulheres, ainda não está em vigor. De acordo com as especialistas no tema, mesmo em se tratando de um novo código, ainda há nele desigualdades a serem superadas. Mas o que quero salientar é, que, só em 2001, estamos aprovando um Código Civil que, definitivamente, supera a figura do Pátrio Poder na chefia da família. Portanto, nos termos da lei ordinária, a família, até o ano de 2001, ainda está reconhecida pelo Estado brasileiro como um sistema chefiado por um homem imbuído de poder patriarcal. Há, aí, uma contradição com o princípio constitucional. Outras leis ordinárias ainda vigoram com formulações extremamente impeditivas à liberdade das mulheres.

A interdição ao aborto legal é exemplar como negação da autonomia e da liberdade individual das mulheres. Nessa arena, quem tem ditado as normas é a Igreja Católica. Instituição cuja forma de organização é profundamente hierárquica e assentada em um tipo de poder “puramente” patriarcal. A influência do poder da Igreja sobre as leis e políticas no campo da reprodução e da sexualidade compromete o caráter laico do Estado.

Uma vez que o Estado laico é uma questão básica da democracia moderna, essa ingerência de uma igreja sobre o Estado compromete o sentido da própria democracia.

Nos casos em que o aborto é legal no país – risco de vida e gravidez por estupro – houve, nos anos 90, uma luta intensa do movimento feminista pela permanência dessa legalidade e pela implantação de serviços de saúde que viabilizassem o acesso a esse direito. Entre os vários argumentos usados pelos parlamentares e setores conservadores que pretendiam o retrocesso da lei nesses dois casos, um me parece ilustrativo da permanência da mentalidade patriarcal.

Tratava-se de um argumento que girava em torno do “risco” de as mulheres usarem a legalidade de maneira inapropriada. De acordo com esse argumento, essa legalidade poderia ser usada por mulheres que engravidando através de relações extra- conjugais ou através de qualquer outra forma de relação sexual considerada “desviante”, alegassem ter sido vítimas de um estupro para ter acesso aos serviços públicos de saúde que atendem aos casos de aborto previstos em lei.

Esses detalhes podem, facilmente, nos remeter às memórias retiradas das leituras sobre a Igreja e as mulheres nos tempos medievais. Nos diálogos conflituados entre feministas e aqueles parlamentares (e outros setores que os apoiavam) e que, inclusive, evocavam as doutrinas da Igreja, ficava claro que, do ponto de vista desses conservadores, as mulheres devem

estar sempre sob suspeição, e que a interdição na lei é uma forma de preservar o controle dos homens sobre a sexualidade das mulheres.

Pode-se afirmar que, na esfera pública, no contexto brasileiro, foram os temas da contracepção e do aborto que politizaram o debate em torno dos direitos reprodutivos. Olhando através da perspectiva do movimento feminista, percebe-se que foram essas questões que, trazidas para a esfera pública, instauraram o conflito entre vários atores e, a partir daí, outros questionamentos foram motivados.

Mas, como parte do processo dialético, a gravidez e a maternidade foram resgatadas para a esfera dos direitos, justamente, no quadro dos direitos reprodutivos. A partir dessa nova configuração, revela-se que a maternidade não estava considerada como um lugar de cidadania, daí a falta total de condições sociais para o seu exercício. Revela-se, também, que a idealização em torno da maternidade é uma forma de mistificação da realidade que reproduz a exclusão, o que faz com que, na vida cotidiana, as mulheres arquem solitariamente com os seus encargos. As definições de leis e normas que “protegem” e regulavam a maternidade foi, até a década de 80 do século passado, uma prerrogativa dos homens no contexto de um Estado autoritário e paternalista.

Desde 1988, uma série de novas leis e/ou a reformulação de antigas instituíram novos direitos referentes à reprodução como licença-maternidade de 120 dias, licença-paternidade de cinco dias e

planejamento familiar. O Brasil apresenta um alto índice na taxa de redução da fecundidade nas últimas décadas do século XX, o que significa que as mulheres estão usando meios de evitar a gravidez.

A consciência de que isso é um direito parece estar amplamente difundida. O que percebo, no entanto, é que essa consciência está voltada ao direito individual de poder agir e tomar iniciativa nesse terreno, uma espécie de liberação moral, o que, sem dúvida, é uma conquista importante. Sem condições sociais, no entanto, fica difícil distinguir onde as escolhas se fazem por pressão das circunstâncias desfavoráveis e onde, de fato, é o desejo que se realiza. Além dos problemas causados pela falta de implantação de uma política social no campo dos direitos reprodutivos, as desigualdades de gênero na vida privada tornam a prática da contracepção um encargo muito pesado e incerto para as mulheres.

Direitos conquistados relativos a outras esferas da vida social também implicaram quebras no sistema de dominação das relações entre homens e mulheres. Como, por exemplo, direitos conquistados por trabalhadoras rurais e direitos conquistados por empregadas domésticas. Respectivamente a primeira e a segunda maiores categorias de trabalhadoras do país.

Entre os direitos conquistados pelo movimento das trabalhadoras rurais, quero destacar a regulamentação do direito das mulheres à posse da terra. É uma conquista recente, da década de 90 do século XX.

Esse direito ganha um significado profundo, quando se leva em conta o significado das relações entre patriarcado e latifúndio no Brasil. Isso faz com que, dentro do contexto atual de transformação das relações sociais no campo, as mulheres empreendam uma luta específica em torno dos conflitos de gênero. Dentro dos movimentos sociais que lutam pela democratização da propriedade da terra, as mulheres buscam espaço político e a democratização das relações de gênero nos programas de reforma agrária.

Os direitos conquistados pelas empregadas domésticas – salário mínimo, irredutibilidade de salário, décimo terceiro salário, repouso semanal remunerado, gozo de férias anuais remuneradas de 30 dias, licença à gestante, licença-paternidade, aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, aposentadoria – estão inscritos na própria Constituição de 1988.

A aquisição desses direitos trabalhistas, no meu entender, significa um rompimento total, do ponto de vista legal e político, com uma situação que ainda guardava resquícios de uma herança escravocrata. Sem um conjunto de direitos legais, as empregadas domésticas estavam sujeitas a situações de dependência, violência, formas de pagamento arbitrárias ou não pagamento, disponibilidade absoluta de tempo, o que as expunha, sem qualquer meio de regulação, a uma situação de vulnerabilidade que tornava possível que o seu trabalho fosse totalmente apropriado pelas/os patroas/ões, o que, em muitos casos, constituía uma apropriação da própria pessoa.

É na perspectiva dialética do processo contraditório entre conquistas e permanência de opressão e desigualdade que devem ser analisadas as relações de gênero na sociedade como um todo. Uma dimensão fundamental desse processo é reconhecer, na conquista desses direitos, a ação das mulheres como sujeito político. Muitos outros direitos formais foram conquistados nestas últimas duas décadas do século XX. Tomei, aqui, apenas algumas referências aleatórias para compor a análise em torno das várias dimensões do processo.

A conquista de direitos pelas mulheres implica transformações que não alteram só as relações diretas entre homens e mulheres, mas também as estruturas sociais e, portanto, a organização da vida social. A vivência desses direitos, como parte da vida cotidiana, implica transformações sociais de ordem material e simbólica, pois essa vivência exige condições objetivas e subjetivas, construção de valores e acesso à riqueza material.

Sobre as formas práticas que o poder patriarcal pode tomar em contextos sociais contemporâneos, Goldenberg - citada por Dahlerup (1989) - apresenta-nos uma definição bastante consistente. "Qualquer sistema de organização (política, econômica, industrial, financeira, religiosa e social) na qual a esmagadora maioria de posições superiores na hierarquia são ocupadas por homens". A isso se poderia acrescentar elementos da

concepção weberiana de patriarcado como sendo um tipo de dominação que se sustenta na tradição e que tem a cultura como campo de legitimação. Foi a partir do poder familiar e do interesse privado que se projetou o poder dos homens públicos na formação das relações políticas no Brasil, como mostra Sérgio Buarque de Holanda (1999).

Em sua feição atual, o Estado brasileiro é controlado por homens, na sua maioria, “brancos” e oriundos de classe social abastada. As igrejas mais poderosas no país são dirigidas pelos homens brancos. Os meios de produção são propriedade dessa mesma categoria de pessoas. Os meios de comunicação, que hoje representam um espaço estratégico de poder, são inteiramente controlados por essa mesma elite. Os homens detêm o poder nos sindicatos, sejam eles de trabalhadores ou patronais e também nos partidos políticos de qualquer tendência.

Em termos de mercado de trabalho, os homens brancos são a maioria dos executivos com os melhores salários do país. Nesse esquema, as mulheres vão aparecendo à medida que vão baixando os níveis de poder ou privilégio. As mulheres negras vão aparecendo à medida que esses níveis baixam ainda mais.

Para ir decifrando essa engrenagem, é preciso dizer que as mulheres brancas atravessam essa engrenagem de maneira diferente das mulheres negras. Assim como os homens brancos se situam dife-

rentemente dos homens negros. Há, portanto, uma situação de desigualdade de gênero profunda, que se imbrica com questões de raça e de classe, no que diz respeito à inserção das mulheres na esfera pública e no mercado de trabalho.

Existem, hoje, muitas iniciativas no sentido de garantir instrumentos que ajudem a corrigir essa desigualdade, como, por exemplo, o sistema de cotas para os partidos políticos. Do ponto de vista legal, há uma lei que define para cada partido um percentual de 25% como cota mínima de candidaturas de mulheres para Câmara Legislativa, Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais.

Uma lei de cotas significa o reconhecimento de uma desigualdade de gênero no acesso à esfera pública, e, portanto, uma desigualdade no âmbito da democracia. Dessa forma, visa a alterar relações de gênero e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar o processo democrático. No entanto, a instituição desses mecanismos não favorece de maneira automática o acesso das mulheres ao poder dentro dos partidos políticos. As responsabilidades com a vida doméstica, o machismo no interior dos partidos, a falta de recursos financeiros das mulheres são questões que afetam diretamente a eficácia desses mecanismos, cuja implantação efetiva passa por transformações na vida privada e no interior das instituições políticas.

Do ponto de vista feminista, considero que essa questão também deve ser analisada a partir de uma visão

crítica sobre as formas de participação nos espaços de poder e decisão. O aperfeiçoamento da democracia representativa não é suficiente para uma participação amplamente democrática. A democracia direta e participativa deve ser fortalecida como um meio de democratizar o poder político.

Se a chegada das mulheres à esfera pública reestrutura e amplia o projeto democrático, o envolvimento dos homens nas tarefas e na transformação da vida privada é igualmente necessário. A igualdade, enquanto um ideal de convivência humana, só pode ser buscada se as influências igualadoras se estenderem a todas as instâncias da vida social. (Giddens, 1992).

Como uma marca forte da dominação masculina é a questão da violência sexual, uma aquisição do feminismo contemporâneo é justamente ter desencadeado um processo de desnaturalização da violência sexual, que, de tão ancestral e protegida pela regras da tradição patriarcal, foi, até recentemente, percebida e vivenciada como parte de um “destino feminino”.

A reprodução dessa violência tem raízes profundas na história do Brasil e só muito recentemente saiu de uma espécie de zona de silêncio onde esteve por séculos confinada. É importante lembrar que o estupro foi um instrumento de dominação violento utilizado por colonizadores, tanto para fins puramente sexuais,

como para garantir a reprodução da mão-de-obra e o povoamento da colônia.

Sobre essa questão, Carneiro (1999) fala o seguinte: “O chamado *estupro colonial* ocorrido em nosso país, perpetrado pelos senhores brancos sobre mulheres negras e indígenas, é um dos pilares da decantada democracia racial pela mestiçagem que produziu, fato que está na origem de todas as construções sobre a identidade nacional e das relações hierárquicas de gênero e raça presentes em nossa sociedade.” Indo mais longe, essa autora escreve: “Porém, o que poderiam ser consideradas *histórias* ou reminiscências do período colonial permanecem atuantes no imaginário social, renovando-se e adquirindo novas funções em uma ordem social supostamente democrática, mas que mantém intactos os papéis instituídos, no período escravagista, para as relações de gênero conforme a *cor* ou a *raça*. Essa tradição continua legitimando formas particulares de violências vividas pelas mulheres negras, dentre as quais se destacam o turismo sexual e o tráfico de mulheres, situações que apresentam o corte racial como um marcador fundamental.”

A ocorrência extremamente freqüente dessa violência reflete a persistência de um sistema de poder que sustenta a sua reprodução. As etapas conquistadas na luta contra essa violência – no campo simbólico e no campo material – são ainda etapas iniciais, mas que, com certeza, já produzem alterações concretas na vida de algumas mulheres. No Brasil, ainda que muito insuficientes, há mecanismos para puni-la e coibi-la.

No contexto atual, o combate a todas as formas de violência é a possibilidade que poderá dar sustentação a uma forma de organização social realmente democrática. A colocação da violência sexual e doméstica como parte do debate político e da luta por direitos humanos e cidadania abre um caminho novo para se construir uma perspectiva de relações sociais pacíficas com mais consistência e enraizamento na cultura.

De uma maneira geral, a luta por direitos sociais é uma questão estratégica na construção da igualdade para as mulheres. Essa ênfase - que é dada pelo movimento feminista e pelos movimentos de mulheres que se situam no campo da defesa da justiça social - é um dos meios utilizados para enfrentar a profunda desigualdade de classe a que a maioria das mulheres está submetida. Nesse sentido, as mulheres pobres devem se constituir em prioridade das políticas públicas, como forma de superação da pobreza e, portanto, como instrumento de inclusão para vivência da cidadania.

O modelo econômico em vigor, baseado no ajuste estrutural, não só se constitui em uma barreira à construção do bem-estar e à superação das desigualdades como afeta as conquistas até hoje alcançadas no campo social, uma vez que acelera o processo de exclusão social.

Como afirma Francisco de Oliveira (1998): “ (...) se trata agora é da exclusão em sentido forte: não é da exclusão do mercado, não é - embora esta seja sua

base material - o do desemprego como exclusão do mundo do trabalho, não é o da destruição das políticas públicas como corolário da exclusão do mercado, embora esta seja uma de suas formas concretas: o de que se trata é da exclusão do campo de significados que, em mãos dos dominados, dá eficácia simbólica à luta pelos direitos humanos.”

Dentro do modelo neoliberal de desenvolvimento acontece uma nova forma de exploração da mão-de-obra feminina para implantação de políticas sociais a baixo custo. A exploração da capacidade de as mulheres exercerem múltiplas atividades com criatividade e eficiência como jornada de trabalho cotidiano. Essa capacidade é explorada para potencializar os meios de acumulação do capital e não é reconhecida como um valor social que beneficie as mulheres enquanto cidadãs.

Nessa lógica, a aparente “valorização” da eficiência das mulheres é uma forma de reificação do trabalho doméstico como trabalho das mulheres e como um trabalho sem valor. Essa forma de exclusão realizada do ponto de vista objetivo e material está associada a uma representação social de gênero que ainda permite uma fácil legitimação na sociedade para utilização desse modelo. Essa tradição profundamente injusta e naturalizada ao longo da História foi capturada e atualizada pelos princípios do ajuste estrutural que, baseados em uma análise funcional da relações de gênero, utilizam a noção tradicional de papéis sociais como base de suas estratégias.

Muitos elementos sustentam a manutenção dessa lógica. A relação desigual na distribuição do tempo entre produção e reprodução. Na hierarquia social, a produção de bens sempre esteve em um lugar superior ao da reprodução humana. Implícita nessa valorização está a significação de gênero dessas esferas: a produção como espaço masculino e, portanto, dos homens e a reprodução como espaço feminino e, portanto, das mulheres. Daí que as mulheres se integram na produção através da dupla jornada e assim seu trabalho gratuito, desvalorizado no âmbito doméstico, sempre serviu e ainda serve como mais um suporte para acumulação do capital, e os trabalhos ligados aos cuidados com as pessoas – em quaisquer espaços que sejam realizados – são significados a partir do não-valor do trabalho no âmbito doméstico. Segundo Boa Ventura (1999) – falando dos efeitos danosos do modelo hegemônico de reestruturação produtiva – o trabalho historicamente sustentou a cidadania. É necessário que a cidadania redescubra as potencialidades democráticas do trabalho.

A idéia, segundo Martins (2000), “de que cotidiano não tem sentido divorciado do processo histórico que o reproduz” parece-me fundamental, quando se trata em pensar questões feministas. É justamente contra a idéia de uma cotidianidade ahistórica que o feminismo tem se posicionado como forma de desconstruir as dicotomias e romper com as hierarquias que sustentam a reprodução das desigualdades.

Práxis feminista e transformação social

Na reconstrução das histórias de vida, através das práticas feministas de autoconsciência, o questionamento da vida familiar foi vivido subjetivamente como uma contradição, na qual o desvelamento dos resquícios da servidão na experiência pessoal significava uma experiência tanto dolorosa quanto libertadora. Esse método revela que o ritual da construção da autonomia passa também pela experiência da perda.

No que concerne à ação do feminismo, considero que esse é um método ligado à história de uma revolta que provocou uma ruptura profunda no sentido do próprio eu das mulheres e de seu entendimento do mundo.

Nesse sentido, é importante trazer a pergunta que, segundo Chauí, foi feita por Spinoza e Merleau-Ponty, que é: “Sem uma reflexão (teórica ou prática) sobre as necessidades que determinam nossa vida, sem a compreensão de sua origem e de seu sentido, seria possível a autonomia?” Essa pergunta parece-me fundamental para dar significado ao método da prática política feminista e por ser a questão da autonomia central na construção do sujeito. Segundo essa autora, Spinoza, ao respondê-la, concluiu que a “servidão decorre muito mais de atribuirmos apenas aos outros o que somos e fazemos, em lugar de o atribuirmos à nossa fraqueza, ou melhor, é por fraqueza que depositamos fora de nós apenas, e não em nós também, as causas de nossa servidão.” (Chauí, 1985)

Portanto, nesse método da transformação social, a ruptura com a condição de ser heterônomo é sempre, falando em linguagem figurada, uma porta de entrada nos espaços onde se age para transformação do mundo. E os espaços onde se transforma o mundo, a partir da entrada das mulheres, multiplicam-se, modificam-se e ganham outras formas e significados. A constituição das mulheres como sujeito está diretamente vinculada à abertura de novos espaços para a ação política.

Retomando as concepções que fundam o feminismo contemporâneo, Varikas (1995) afirma o seguinte: “Não creio que o problema do feminismo, nos anos 70, tenha sido o de subestimar a importância das estruturas e das instituições em favor de uma transformação da vida cotidiana, nem tampouco o de ter-se mantido ‘alheios’ em relação ao sistema político. A força desse movimento residia principalmente na sua insistência sobre o caráter **estrutural** da dominação que se manifesta nas relações da vida cotidiana, dominação cuja natureza política tinha sido justamente negada. Não se tratava de opor as ‘mentalidades’ às ‘instituições’, mas muito mais de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e reproduzida pelo intermédio de poderosas instituições tais como a família, a separação sexual entre público e privado, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuais do trabalho e do emprego, etc.”

Da organização original (tomo os anos 60 do século passado como marco do feminismo contemporâneo), que tinha como objetivo o confronto

com a “velha ordem social” sem mediações ou metas, o movimento feminista tem hoje uma responsabilidade historicamente adquirida de construir uma nova cidadania na qual as mulheres participem integralmente.

No Brasil, o movimento feminista que se organizou ainda sob o regime militar está, desde a sua origem, envolvido no processo de democratização do país. Nesse contexto, o movimento feminista situou-se, historicamente, no campo da esquerda. Isso significa que sua perspectiva de luta sempre foi a da transformação social.

A prática feminista pode aportar uma grande contribuição ao clássico debate sobre a relação entre reforma e transformação social. Desde a origem, trouxe para essa discussão uma contribuição fundamental. Pois, radical no pensamento crítico e na ação política, diferenciou-se do que se convencionou chamar de método revolucionário pela recusa à forma hierárquica de organização e ao método de enfrentamento dos conflitos. Por outro lado, sempre apontou as insuficiências e os desvios da democracia representativa e mostrou apreço à democracia direta. O poder que sempre foi negado enquanto aspiração e como instrumento da prática política feminista está hoje sendo repensado criticamente. Isso quer dizer, também, uma recusa dos meios de lidar com o poder que predominam no sistema político em vigor.

O ideal insurrecional sempre se manifestou no feminismo muito mais sob a forma de ruptura cultural, negação dos padrões e normas vigentes na sociedade.

No campo político, a autonomia e a horizontalidade, como elementos constitutivos da organização, foram valores fundantes e, até hoje, mantêm-se como referências. O desafio atual é, justamente, reconceber esses valores dentro do processo de institucionalização do feminismo.

O movimento feminista nunca apresentou proposições que significassem modelos totalizantes nem para a prática política nem para um tipo de sociedade a ser construída. As formas próprias de atuação do feminismo e a sua negação em aceitar os códigos de ordem política do sujeito masculino trouxeram, e muitas vezes ainda trazem, dificuldades para trabalhar em conexão com outros sujeitos e estabelecer processos de diálogo, já que a fala do sujeito feminista se constrói negando a lógica do discurso masculino.

O conceito de reforma em relação à prática feminista, é usado aqui por falta de outro que defina com mais clareza os caminhos que vêm sendo trilhados. Talvez seja necessário construir uma denominação própria do feminismo que conceitue esse modo de se situar no mundo, construído e vivido pelas mulheres enquanto sujeitos políticos que iniciam negando as instituições políticas vigentes, e atualmente, mesmo preservando seus espaços próprios de organização e autonomia, movimentam-se dentro ou em torno delas, sem, no entanto, deixar-se, de fato, absorver ou integrar-se, enquanto sujeitos em seus sistemas de poder. Essa é uma questão importante, e o sentido dessa tensão entre inclusão e negação de pertencer precisa ser melhor compreendido.

Esse movimento parece se inserir na própria definição de sujeito que, como diz Touraine (1994), se constrói também pela recusa dos pertencimentos. Dessa forma, resgata e atualiza os ideais libertários de negação da ordem social. Ao mesmo tempo, através desse conflito, podem ser revelados o fechamento das instituições e a ordem que elas mantêm. No contexto da democracia brasileira, acredito que temos, nessa forma de atuação do movimento feminista, uma fonte importante de reflexão que, certamente, nos leva no sentido da democratização da esfera pública.

O movimento feminista no seu método de transformação social alia a busca da utopia a uma ação voltada para o presente. Dessa forma, o presente não é apenas um tempo de construção do futuro, mas um tempo no qual é preciso que a existência tenha sentido, que a carência seja superada, que a consciência de cidadania se expanda como uma forma de lutar por direitos, mas também como um método de enfrentar o dia-a-dia, como um valor que cada um/a deve possuir para não aceitar ser desigual ou ser excluído/a.

Esse método leva-nos a olhar não só na direção do Estado, mas a olhar também o que está acontecendo na sociedade. Oferece-nos uma base para reivindicar liberdade política, mas também para defender a justiça social. E exige-nos fazer análise da pobreza, do desemprego, mas também das formas de agir e de pensar da população em geral.

Daí que a dimensão cultural deve se tornar um elemento central das estratégias de construção da democracia. Assim, a educação para cidadania é um trabalho fundamental no sentido de construir bem-estar para população e sustentabilidade democrática, para os processos de desenvolvimento e construção de sujeitos políticos para atuação na esfera pública.

Se a defesa de direitos para as mulheres e a construção de novos direitos têm sido um campo fundamental de atuação feminista no Brasil, é importante refletir sobre a práxis feminista em torno de defesa de direitos e processo de transformação social.

A Conferência de Beijing foi, sem dúvida, um evento que marcou a história do movimento de mulheres na sua luta pela afirmação dos direitos das mulheres como direitos humanos. De outro lado, o processo dessa Conferência é também uma experiência histórica que marca a relação entre a organização nacional e internacional das mulheres.

Além dessa Conferência, específica das mulheres, outras do ciclo de conferências da ONU voltadas para questões sociais nos anos 90 do século XX, colocaram a cidadania e os direitos humanos das mulheres como parte importante de suas agendas. E as plataformas e acordos saídos dessas Conferências refletem isso.

A relação entre direitos promulgados e acesso a direitos é de fundamental importância se estamos tratando de transformar realidades sociais, no geral, mas,

sobretudo, onde existem profundas desigualdades. Considero que as conquistas políticas por direitos e garantias formais são importantes, porque servem de base para reivindicar e pressionar o poder público, porque vão, no processo anterior e posterior à sua instituição, construindo movimentos sociais e novas representações sobre o que é justo e injusto na sociedade. Porque vão elevando a percepção da justiça social, dos direitos humanos e contribuindo para elevar a consciência da população do pertencimento à cidadania.

Mas, se por outro lado, não saímos desse patamar, os direitos formalmente alcançados passam a ser uma conquista esvaziada de realização prática, sem alterar, de fato, as condições de vida das pessoas, sem se tornar um bem da vida cotidiana. Os direitos tornam-se algo abstrato e podem ser usados como retórica para esconder os mecanismos da reprodução da desigualdade social. Se não há movimento e conflito em torno da efetivação de um direito é porque o caminho percorrido para sua formalização foi esquecido, provocando um recalque que pode levar à repetição de processos, cujo objetivo é apenas o jogo da aparência democrática.

Sobre essa relação entre direitos promulgados e acesso a direitos, Bobbio (1998) coloca questões que considero fundamentais. “(...) Mas uma coisa é proclamar esse direito, outra é desfrutá-lo efetivamente. A linguagem dos direitos tem indubitavelmente uma grande função prática, que é emprestar uma força

particular às reivindicações dos movimentos que demandam para si e para os outros a satisfação de novos carecimentos materiais e morais; mas ela se torna enganadora se obscurecer ou ocultar a diferença entre o direito reivindicado e o direito reconhecido e protegido. Não se poderia explicar a contradição entre a literatura que faz apologia da era dos direitos e aquela que denuncia a massa dos sem direitos. Mas os direitos de que fala a primeira são somente os proclamados nas instituições internacionais e nos congressos, enquanto os direitos de que fala a segunda são aqueles que a esmagadora maioria da humanidade não possui de fato (ainda que sejam solene e repetidamente proclamados).”

A popularização dos direitos conquistados é uma ação estratégica no plano da intervenção social. A vivência da cidadania e dos direitos humanos passa por processos educativos, através dos quais as informações sejam repassadas, socializadas, apreendidas como parte de um bem social comum a todas as pessoas. O processo de aprendizagem sobre direitos guarda em si duas dimensões, a do conhecimento objetivo dos direitos e a da construção subjetiva.

O alto grau de exclusão e desigualdades sociais, no Brasil, produziu também uma falta de preparo na sociedade para vivenciar direitos. De um lado, temos como resultado uma “falta histórica”, por parte da maioria da população, de acesso à educação, à saúde,

ao lazer etc. que foi formando hábitos e estabelecendo padrões de convivência e sobrevivência baseados na precariedade e/ou carência absoluta.

Para as classes sociais abastadas, parece ter prevalecido como formação, de acordo com o que se anuncia publicamente, o aprendizado sobre os meios de manter os privilégios. A “modernização” de hábitos senhoriais, o gosto pela exibição da riqueza, fazem parte da atitude dos ricos, levando assim a um distanciamento dos valores da cidadania e dos direitos humanos.

No Brasil, existe um grande volume de atividades dirigidas à educação de vários setores da população, sobretudo aos mais pobres, no campo da cidadania e dos direitos humanos. Muitas organizações da sociedade civil colocam essa ação como objetivo central de seus programas de trabalho. Os governos também anunciam programas com esse fim. No entanto, essas atividades ainda não acontecem na escala necessária. Faltam recursos e outros meios no sentido de alcançar, em maior grau, a população e transformar essas atividades em processos mais continuados, que possam conferir mais solidez aos resultados.

Um problema na educação para cidadania dirigida à população de mulheres pobres é a baixa escolaridade ou mesmo o analfabetismo que ainda permanecem alto, sobretudo em algumas regiões do país, apesar de as mulheres estarem cada vez mais incluídas nas escolas.

Além disso, já se constituir como uma falta de direito - um atentado aos direitos humanos – torna-se também um impedimento para outros processos de aprendizagem. Isso se dá não só pela dificuldade ou impossibilidade da leitura, mas porque afeta profundamente a auto-estima. É um meio de exclusão violento que, no cotidiano, vai funcionando como uma limitação permanente da condição humana de alguém. Muitas mulheres, e certamente homens também, passam por experiências tão precárias de estudos em escolas tão desprovidas de meios, que não chegam realmente a desenvolver uma capacidade de leitura.

Incentivar a inserção ou reinserção nas escolas e, ao mesmo tempo, reproduzir de maneira acessível as leis, os programas das políticas públicas e sociais, as plataformas e outros instrumentos de forma que possam ser utilizadas por quem sabe ler, mas também por quem ainda não tem essa possibilidade, é uma forma de ir construindo a popularização e a efetivação de direitos.

A sobrecarga de trabalho das mulheres dificulta os processos de educação. Mas podem também significar um espaço de satisfação que, além do aprendizado, propicie momentos de lazer e construção de laços de solidariedade e amizade.

Esses processos educativos ganham maior impacto quando vão se imbricando na vida cotidiana das pessoas. É no cotidiano da casa, do bairro, do sítio, da escola, da empresa, das cidades, que estão

materializados os efeitos do modelo socioeconômico produtor de injustiça social. Esses também são os espaços onde a violência sexual dos homens contra as mulheres se exerce, onde a discriminação impede a realização da vida afetiva e profissional, onde as jornadas de trabalho não têm fim, sendo duplas, triplas, infundáveis, mal remuneradas e/ou não remuneradas. É aí onde a desigualdade se reproduz como parte da existência. Mas, a partir daí, também se forjam os sentimentos da injustiça e os desejos de mudança. O sociólogo José de Souza Martins (2000), citando Heller, nos diz que “Só quem tem necessidades radicais pode querer e fazer a transformação da vida. Essas necessidades ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada.”

O que quero salientar aqui é a relação entre direitos e a transformação social como questão permanente na redefinição da organização da vida social, que exige sempre a presença de sujeitos e/ou atores. O movimento de mulheres – assim como outros movimentos sociais – tem construído teias de organizações que perpassam o dia-a-dia da vida das pessoas, tomando as experiências cotidianas de injustiça e de carência como base de reflexão e luta política para sua superação, onde se forjam também novas propostas de ação social. Dessa maneira, o conflito se espalha, se

enreda, integrando espaços coletivos e vida pessoal, cuidando do presente e construindo mudanças para o futuro.

O movimento de incluir os direitos das mulheres nas plataformas internacionais, nas leis e nas políticas públicas nacionais é fundamental. O caminho de volta, que traz esses direitos para o conhecimento e a apropriação da população, é indispensável: sem ele a cidadania e os direitos humanos não ganham implantação real.

Para a radicalidade do projeto democrático, temos que enfrentar, com mais profundidade, a democratização das relações sociais, pois há lugares onde claramente estão configurados bloqueios que impedem o acesso das pessoas e dos grupos sociais a determinados espaços da vida social em geral, que são espaços em movimento. Onde há bloqueio há restrição de liberdade que pode, por outro lado, causar a destruição dos movimentos de que a cidadania necessita para se realizar e se reconstruir.

No desenrolar da vida cotidiana, é possível perceber que tanto a consciência de ser sujeito ou de ser cidadã, e uma alimenta a outra, produz, de imediato, uma mudança na qualidade de vida das pessoas, uma vez que a recusa em aceitar a desigualdade passa a ser algo incontornável. As “microrrevoltas” passam a ser processos permanentes, e com elas acontecem as aquisições e os engajamentos no processo coletivo e político de mudança social. Nesse processo, a repetição

dos atos de dominação e exploração passam a ser desestabilizados, o que pode, assim, e de maneira irregular, produzir rupturas mais profundas na forma de sociabilidade. A compreensão sobre direitos adquiridos como valor da sua condição de cidadã torna as mulheres mais fortes diante da adversidade.

Percebo, também, através do pensamento feminista, que a consciência de ser cidadã implica uma atitude diante do mundo e funciona como uma lente para olhar os/as outros/as e percebê-los/as como iguais. A cidadania deve ser tomada como valor que motive a revolta, oriente o caminho e ofereça os meios de melhorar a vida que está sendo vivida. E, finalmente, ela deve servir como inspiração para tomar parte no conflito da transformação social, para produzir a fala enquanto sujeito e para não mais aceitar a violência de sexo, de raça ou de classe como parte de um destino.

Referências bibliográficas

- AMORÓS, Célia. *Tiempo de Feminismo*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997.
- , Célia. *Hacia una Crítica de la Razón Patriarcal*. Barcelona: Anthropos Editorial del Hombre, 1985.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES J.M., Marta; MEYERE, Dagmar e WALDOW, Vera R. (orgs) *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CARNEIRO, Sueli. É muito pior do que parece. In: Maria Maria, a.1, n.0. S.l Brasília: UNIFEM, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- *Cultura e Democracia*. São Paulo: Moderna, 1982.
- COLLIN, Françoise. La démocratie est-elle démocratique? In: *La Sociétés des Femmes, Les cahiers du Grif*. Bruxelles: Editions Complexe, 1992.
- COSTA, Jurandir Freire. Entrevista. In: COUTO, José Geraldo. *Quatro autores em busca do Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- DAHLERUP, Drude. Confusing Concepts - confusing reality: a theoretical discussion of the patriarchal State. In: *Women and the State*. London: Sassoos / Anne Showstack (ed.), 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade -*

Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

JELIN, Elizabeth. *¿Ante, De, En, Y? Mujeres, Derechos Humanos*. Lima: Red Entre Mujeres, 1994.

LISTER, Ruth. *Citizenship – Feminist Perspectives*. London: Macmillan, 1997.

MARQUES-PEREIRA, Bérengère e CARRIER, Alain. *Os Direitos Reprodutivos: rumo a uma quarta geração de direitos*. Recife: tradução e ed. SOS CORPO, 1997.

MARSHALL, T.H. *Citizenship and Social Class*. Cambridge: Cambridge University Press, 1950.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. In: *Tempo Social*. v. 10, nº. 11. São Paulo: USP, 1999.

——— *A Sociabilidade do Homem Simples, Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. Entre a terra e o céu: mensurando a utopia? In: *Seminário Cidadania, Pobreza e Exclusão Social* Petrópolis / Finep-Novib, 9-11, 1998.

SANTOS, Boaventura de Souza e. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, F. e Paioli, M^a C. (orgs.) *Os Sentidos da Democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCOTT, Joan. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: *Debate Feminista – Cidadania e Feminismo*. Brasília: Agende, 1999.

TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

VARIKAS, Eleni. Refundar ou reacomodar a democracia? Reflexões críticas acerca da pareidade entre os sexos. In: *Estudos Feministas*, N.1/96, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1996.

A pedagogia emancipadora centrada no sujeito e sua experiência permite a apropriação do conhecimento, humaniza o processo educativo e leva à transformação das relações sociais. Estas são as bases a partir das quais o feminismo desenvolve seu projeto no e para o mundo: a construção de relações de gênero e igualitárias e justas.

Tendo como princípio que as relações se estabelecem entre sujeitos - sejam individuais ou coletivos - a nossa ação política e educativa busca a radicalização da democracia e a ampliação cotidiana do exercício da cidadania.



Trabalhadoras domésticas em defesa
de direitos trabalhistas. Recife, 2000.

Márcia Laranjeira



Marcha Mundial das Mulheres contra a fome, a pobreza e a violência sexista. Recife, 2000

Márcia Larangeira



Campanha "Constituinte pra valer tem que ter direitos de mulher". Recife, 1987.

Acervo SOS CORPO



Encontro de mulheres no Grande Recife. Olinda, 1983

Acervo SOS CORPO



Formação de lideranças: debate sobre poder.
Porto de Galinhas, 2001.

Márcia Laranjeira



Abertura de encontro feminista na Bahia.
Salvador, 1997.

Acervo SOS CORPO



Mulheres debatem reestruturação produtiva e seus impactos na vida das trabalhadoras. Recife, 2001.

Jailton Mourão

Novas e velhas questões sobre corpo, sexualidade e reprodução

Ana Paula Portella

Coordenadora do Núcleo de Pesquisas do SOS CORPO

Há poucos dias, desisti de dar a este texto o título “Encruzilhadas de um Destino Desfeito”, pela sua óbvia associação com melodramas e folhetins que, tradicionalmente, têm as mulheres como público preferencial. Achei melhor não correr o risco de, já no título, reforçar algumas das questões que pretendo discutir a seguir. Mas não posso deixar de dizer que, em alguma medida, o sentido desse primeiro título permanecerá no que irei apresentar. Tratar dos temas do corpo, da sexualidade e da reprodução em uma perspectiva feminista significa desfazer a idéia de um destino construído para as mulheres e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios colocados pelas recentes mudanças socioculturais pelas quais o nosso país vem passando nos últimos anos, parte das quais provocadas pela ação das mulheres no mundo e pela práxis feminista. Quero dizer, na verdade, que, nos últimos trinta anos esse “destino das mulheres” foi desfeito, mas, nesse mesmo processo, novas questões foram produzidas que nos impelem a renovar as nossas reflexões sobre o tema. De alguma maneira, acredito que estamos mesmo diante de algumas “encruzilhadas”.

A partir da experiência do SOS CORPO nas áreas de pesquisa e formação e à luz das transformações ocorridas nas relações de gênero em nosso país, proponho-me a refletir sobre o modo como o corpo, a sexualidade e a reprodução foram tomados como tema e objeto da ação feminista no Brasil. Tomo como ponto de partida a crítica feminista que procura desfazer as concepções que associam as mulheres à natureza e situam no corpo e na anatomia feminina as possibilidades de existência das mulheres. A partir dessa crítica, as feministas propõem novas interpretações do mundo, que vão no sentido da constituição das mulheres como sujeitos autônomos de suas próprias vidas e da constituição do feminismo como um sujeito político atuante na construção de uma sociedade justa e democrática. Para isso, o movimento feminista irá se valer de uma pluralidade de métodos de ação, entre os quais eu destaco os grupos de reflexão e auto-exame, pelo seu caráter inovador, mas também pelo fato de serem capazes de provocar mudanças imediatas na vida das mulheres. Além disso, esses grupos se constituíram em espaços importantes de identificação e elaboração de muitos dos conteúdos dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais.

Dessa discussão, derivam duas constatações que constituem a segunda parte deste texto. A primeira diz respeito à real transformação ocorrida na situação das mulheres no Brasil e, conseqüentemente, nas relações de gênero, quando comparadas com a situação anterior ao advento do feminismo contemporâneo, ou seja, antes

dos anos 60. A segunda refere-se à permanência de situações de desigualdade e subordinação de gênero e à emergência de novas questões a respeito do corpo, da sexualidade e da reprodução que, quando associadas às “permanências”, produzem tensões e ambigüidades que estão a nos exigir novas reflexões, formas de abordagem e métodos de ação. Finalmente, apresento brevemente algumas considerações que podem contribuir para essa reflexão.

Percursos e conquistas

Ao longo do tempo, os termos da tríade corpo-sexualidade-reprodução sofreram deslocamentos, reposicionamentos e valorações diferenciadas no interior do campo feminista sem que, contudo, nenhum deles tenha sido completamente ofuscado por ou reduzido aos outros. Duas idéias básicas orientaram a própria constituição da tríade, enquanto foco central da ação feminista que viria a instaurar uma nova compreensão a respeito dos conceitos de cidadania e democracia¹. A primeira delas refere-se à constatação de que a subordinação e a opressão de gênero se dá em grande medida através do controle do corpo das mulheres. É através da posse, do domínio e do controle do corpo das mulheres pelos homens que se ordenam muitas das práticas socioculturais em nossa sociedade, como, por exemplo, o casamento e a herança. Além disso, através

1 Ver artigo de Maria Betânia Ávila, neste livro.

de mecanismos específicos e diferenciados, o corpo das mulheres vem sendo socialmente controlado, também, pelas normas religiosas, pela ciência e, em especial, pela medicina. A repressão é apenas um dos mecanismos de controle que foi e tem sido bastante eficiente na maioria das sociedades. Mas não é o único. É parte desse processo a elaboração e a disseminação de idéias que associam as mulheres à natureza e à utilização de explicações baseadas na própria natureza como justificativa para o lugar que as mulheres ocupam na sociedade. É daqui que decorre a segunda idéia que confere aos temas do corpo, da sexualidade e da reprodução sua centralidade no feminismo: a partir da crítica à subordinação das mulheres, é necessário desnaturalizar e, portanto, trazer para o campo da cultura e das relações sociais as desigualdades e as diferenças entre homens e mulheres, com o intuito de transformá-las na direção da equidade de gênero.

A crítica das mulheres a essas idéias, embora não se inicie no período das modernas revoluções ocidentais², é substantivamente reforçada pelo instrumental iluminista e racionalista, cujos princípios gerais procuravam garantir à humanidade a posse e o uso da razão, não havendo, nessa postulação, nenhuma evidência clara de que as mulheres estivessem excluídas

2 Antes disso, foram muitas as mulheres em praticamente todas as regiões do globo que, isoladas ou em pequenos grupos, ousaram criticar a subordinação de gênero (Duby & Perrot, 1991; Schumacher, 2000; Oliveira, 1981).

deste projeto. Parte importante desse instrumental foram as idéias de igualdade, liberdade e justiça que funcionaram como impulsionadoras, justificadoras e legitimadoras da reflexão e da ação feminista dos últimos dois séculos. Não é necessário aqui refazer o percurso do pensamento feminista neste período, já que há uma vasta produção acadêmica e política sobre esse tema. Basta referir que há muitos exemplos de mulheres que individualmente construíram um caminho de rompimento radical com a injustiça de gênero e, em alguns casos, foram capazes de pensar e propor caminhos que facilitassem a vida de outras mulheres. Uma dessas mulheres é a escritora inglesa Virginia Woolf, cuja trajetória de vida rompeu com muitos dos modelos de conduta de sua época, e que nos legou o pequenino, mas brilhante, ensaio “Um Teto Todo Seu” (1985), onde afirma a necessidade da autonomia e do espaço individual para que as mulheres possam vivenciar e fazer uso da razão e da criatividade. Nas palavras que Simone de Beauvoir (1980) utilizaria poucos anos depois, para que pudessem transcender, escapando da imanência que lhes fora assignada justamente pela centralidade de um corpo associado de modo imediato e inequívoco à natureza em contraposição à cultura. É esta última autora que, em 1948, produzirá a mais radical inflexão neste percurso, quando condensa em uma frase o que havia sido lenta, mas solidamente construído em um século e meio de reflexão, revolta e ação: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

A frase de Simone de Beauvoir adquire maior significado se pensarmos que é enunciada por uma mulher, coroando um ciclo e abrindo uma nova etapa de reflexões que traz mais fortemente à cena o pensamento das mulheres sobre si mesmas e sobre o mundo. Esse mesmo movimento de constituição de um pensamento “das” mulheres confirma a idéia de que as mulheres não estão confinadas ou reduzidas ao reino da natureza e de que, ao fim e ao cabo, o corpo não é o seu destino. Estamos, então, na metade do século XX e é a partir daí que se pode dizer que as mulheres, enquanto sujeito coletivo constituído através do feminismo, trazem para a cena as suas próprias interpretações do mundo que se contrapõem frontalmente às interpretações então dominantes. Nessa disputa interpretativa, a pedra de toque será justamente a tentativa de desnaturalização dos processos sociais e culturais que constroem a subordinação de gênero, entre os quais, o corpo, a sexualidade e a reprodução ocuparão lugares centrais. Os efeitos sociais e culturais da radicalidade dessa proposição só se fariam sentir, no entanto, cerca de uma década mais tarde.

Tarefa das mais complexas essa de trazer para o campo da cultura e, portanto, da razão, o que é vivido de modo imediato por homens e mulheres como pura determinação natural e entendido como base comum de uma humanidade percebida sem distinção de sexo. Onde estaria a diferença que institui a desigualdade entre homens e mulheres se o corpo, a sexualidade e a reprodução “em

si” — e, logo, o corpo, a sexualidade e a reprodução masculinas também — são, em certa medida, entendidos e justificados a partir de aspectos naturais poderosos, que também se contrapõem à razão? A idéia de necessidade sexual irrefreável e incontrolável, por exemplo, que deve ser satisfeita através do sexo sob pena de provocar danos à saúde masculina³ é apenas a face mais visível de um conjunto muito mais complexo de interpretações a respeito da sexualidade masculina que também a situam neste campo da natureza do qual as mulheres pretendem se apartar. Mas, o que diz Simone de Beauvoir e que será tomado como base do pensamento feminista a partir de então, é que, diferentemente do que ocorre com as mulheres, essa natureza não encerra nem explica todo o homem e tampouco é definidora de seu projeto no mundo. Na sexualidade masculina, a natureza permanece como resíduo em um conjunto que, a não ser por esse aspecto, já é completamente informado pela razão e, portanto, pela cultura. Os projetos de vida dos homens — pessoais, profissionais, políticos, etc. — não se ligam, de nenhum modo, a esse campo entendido como ainda natural ou “animal”. Vale lembrar que na escala de valores da maioria das sociedades ocidentais quanto mais perto da natureza mais próximo da base se está, em oposição ao topo onde residiriam as faculdades racionais, próprias da cultura.

3 No Brasil, ver a esse respeito Portella (1998; 1999; 1999a), Leal & Boff (1996) e Parker (1991). No Chile, Valdes & Olavarría (1998) encontraram essa mesma interpretação entre homens homossexuais de Santiago.

Acontece com as mulheres o oposto do que ocorre aos homens. E é isso que as feministas tratam de revelar ao mundo, com muito mais propriedade a partir d'O Segundo Sexo, e com muito maior complexidade e legitimidade teórica e política a partir da década de 60 do século XX⁴. A grande questão é que, em boa parte de nossas sociedades, **toda** mulher é definida a partir de certas características de seu corpo, mais especificamente, a partir da existência de seus órgãos sexuais e reprodutivos. "A biologia é o destino", disse-o também Simone de Beauvoir, querendo dizer com isso que o simples fato de as mulheres terem um útero capaz de gestar e parir definiria o seu projeto no mundo: a maternidade e seus correlatos, a família e a casa. A partir desse fato básico, seriam construídas as representações da feminilidade e definido o lugar das mulheres no mundo.

As representações sociais sobre o corpo feminino sexuado e reprodutor estão no centro do processo que designa a esfera pública como um espaço masculino e a esfera privada como um espaço feminino, o que justifica que o feminismo tenha tomado para si a tarefa de desconstruir e subverter essas representações no sentido de democratizar e tornar mais igualitária tanto a esfera pública quanto a privada. Para isso, o feminismo lançou mão de um vasto leque de ações que variaram de

4 É nesse período que proliferam os estudos de gênero e/ou feministas nas universidades européias e americanas e, apenas um pouco mais tarde, na América Latina e na Ásia.

pequenos grupos de reflexão a grandes articulações e mobilizações políticas internacionais⁵, passando por um processo sólido e contínuo de produção de conhecimento que, pouco a pouco, foi desvendando os meandros da subordinação de gênero e os detalhes nem sempre agradáveis das reais condições de vida das mulheres no mundo.

A partir da década de 60 do século XX, no contexto da intensa movimentação cultural e política⁶ que revolucionou muitas das concepções ocidentais a respeito da sociedade, da política e das relações entre as pessoas, o movimento feminista deu início ao processo de politização das questões relativas ao corpo, à sexualidade e à reprodução. No centro dessa politização, estava a concepção do corpo como algo profundamente moldado, tanto materialmente quanto em termos de representações, por ideologias culturais e práticas “disciplinares” e, portanto, muito distante da natureza na qual a racionalidade ocidental pretendia que ele estivesse imerso (Bordo, 2000: 13). A idéia de autonomia – individual, como projeto a ser alcançado por cada uma das mulheres, e coletiva, como condição de existência política do movimento feminista diante de outros movimentos e organizações políticas – foi basilar neste

5 A respeito das conexões entre os níveis local e internacional na ação feminista ver o artigo de Enaide Teixeira, neste livro.

6 O feminismo atual consolida-se nas décadas de 60 e 70, período que também consolidou a cultura *pop*, os movimentos contestatórios da juventude, a publicidade, os meios de comunicação de massa e a tecnologia aplicada à vida diária, como os eletrodomésticos e os automóveis, por exemplo.

processo que teve no “slogan” *nosso corpo nos pertence*⁷ um de seus principais eixos de reflexão e ação política.

Ao afirmar *nosso corpo nos pertence*, as feministas chamavam a atenção para o caráter de objeto do corpo feminino, entendido como a face mais visível da subjugação das mulheres. Foi durante as décadas de 60 e 70 do século XX, que a expressão mulher-objeto se disseminou popularmente como contraposição à idéia de mulher-sujeito, elaborada no campo do feminismo. No livro “Mulher: Objeto de Cama e Mesa”, Heloneida Studart explora de modo irônico, mas também bem-humorado, os muitos sentidos e as diferentes situações através das quais as mulheres seriam entendidas e, de fato, utilizadas como objeto, especialmente pelos homens, mas também pelas estruturas globais da sociedade. Objetos de cama, porque seu desejo e sua sexualidade eram pouco levados em consideração nas parcerias amorosas. Quando esposas, o sexo é dever conjugal e, às vezes, trabalho; quando prostitutas, o sexo é trabalho na rua e, em casa, também dever. Restaria, às amantes e às “transgressoras”, a prerrogativa de uma sexualidade autônoma e prazerosa, mas, de maneira geral, a sexualidade feminina estaria informada por e seria conduzida e controlada pelos homens. No outro

7 Tradução para o português da expressão inglesa *Our Bodies, Ourselves*, cunhada em 1970 pelo Coletivo de Mulheres de Boston e utilizada, até hoje, como título de uma espécie de manual feminista sobre sexualidade, saúde e reprodução que é reeditado anualmente pelo Coletivo, em inglês e espanhol, tendo-se tornado uma referência para a ação feminista no mundo.

registro, as mulheres seriam objeto de mesa pelo fato de serem as responsáveis exclusivas pelo trabalho doméstico. O corpo trabalhador é o mesmo corpo sexuado, ambos servindo ao mesmo senhor — o homem, chefe da família e da casa e centro da sociedade androcêntrica.

Vale a pena lembrar que, nesse período, as feministas falavam para um país bastante diferente do que temos hoje, onde a maior parte das mulheres, de fato, seguia o “destino” supostamente inscrito em seus corpos. Dados dos censos demográficos indicam que, em 1960, 55% da população residiam em áreas rurais, reduzindo-se para 44% em 1970 — o que ainda representava mais que o dobro dos atuais 18,8%. Mais importante para o que nos interessa, as taxas de fecundidade eram de 6,2 (1960) e 5,8 (1970) filhos por mulher; em 1999, esse número caiu para 2,5. A união consensual, um dos emblemas da liberdade sexual defendida na época, limitava-se a meros 6,45% (1960) e 6,95% (1970), tendo subido para 18,29% em 1996. Do mesmo modo, o percentual de mulheres solteiras com filhos entre todas as mulheres solteiras era de 2,95% em 1960. Em 1970, esse percentual quase dobra, indo para 5,29% e chega a 10,74% em 1991 (Goldani, 1999; IBGE/PNAD, 1999; IBGE, 2000). Esse era um tempo em que havia poucas mulheres nas universidades e no mercado formal de trabalho e menos ainda nas organizações sindicais, nos partidos políticos e em cargos públicos. Nesse contexto, eram imensas as dificuldades para que

as mulheres pudessem construir um projeto de vida pessoal e autônomo.

A palavra de ordem *nosso corpo nos pertence* é um chamado para romper com essa alienação e para que as mulheres recuperem para si o lugar primordial da existência humana, o corpo. Desfazer o lugar do corpo (da anatomia) como destino, desconstruir a heteronomia em que estiveram (e continuam) mergulhados os corpos femininos são os fundamentos de uma concepção renovada da cidadania, que irá incorporar as vivências da sexualidade e da reprodução e, por esse caminho, abrir campo para que seja superado o “desposuimento de si” experimentado pelas mulheres nessas duas esferas (Ávila, 1999: 46).

Os percursos dessa politização do corpo, da sexualidade e da reprodução foram múltiplos e variados, expressando uma das mais fortes características do feminismo que é a defesa da convivência com diferentes concepções e práticas políticas. Mas, de maneira muito geral e correndo o risco de incorrer em simplificações, podemos dizer que esse percurso se inicia simultaneamente com manifestações públicas – como as passeatas e atos públicos, entre os quais, a queima de sutiãs foi apenas um deles – e práticas político-educativas baseadas nos grupos de reflexão⁸ e, a partir daí, ramifica-se em um sem-número de atividades que chegam até a influência, elaboração e implementação de marcos legais no plano internacional e políticas públicas, nos planos nacionais.

8 Também conhecidos como grupos de *self-help*.

O SOS CORPO é um dos grupos brasileiros que foram parte ativa dessa construção. A sua própria origem remonta aos muitos grupos de reflexão criados em Recife por jovens feministas, algumas das quais recém-chegadas da Europa e dos Estados Unidos, onde haviam mantido estreito contato com o movimento feminista local. No final dos anos 70 do século XX, havia em Recife um bom número desses grupos de reflexão que reuniam mulheres de classe média, universitárias e jovens profissionais, especialmente das áreas de Ciências Humanas e da Saúde, que, muito cedo, ampliaram o seu raio de ação para os bairros mais pobres da cidade. Essa é uma das características marcantes do feminismo brasileiro que se revela de modo acentuado no SOS CORPO, qual seja, a concepção de que a subordinação de gênero está estreitamente articulada à dominação de classe e à necessidade de que as ações feministas voltem-se, prioritariamente, para as mulheres mais pobres e mais excluídas, na tentativa de se construir articuladamente justiça de gênero e justiça social. Mais recentemente, e graças às feministas negras, as questões étnicas e raciais vêm sendo articuladas às de gênero e classe, com ganhos substantivos não apenas no que se refere a uma maior e mais refinada compreensão da realidade das mulheres brasileiras como também no que toca à qualificação da ação política.

Os grupos de reflexão tinham como objetivo promover, como o próprio nome diz, a reflexão a respeito da condição feminina, em um ambiente seguro e acolhedor formado só por mulheres e no qual se pudesse estabelecer relações de confiança e respeito mútuo. Eram

lugares de promoção da fala e da escuta femininas a respeito de suas próprias vidas, entendidos como a construção de espaços de autonomia das mulheres em uma sociedade que lhe negava essa autonomia. Mas é importante ressaltar que tais “reflexões” estiveram intimamente articuladas à leitura e ao debate político-teórico a respeito das questões feministas mais gerais. Ou seja, as reuniões não se restringiam a debater as histórias individuais de cada uma, como acontece atualmente com os inúmeros grupos de auto-ajuda que proliferam em praticamente todas as áreas da vida humana — uso de drogas, vida amorosa e sexual, dificuldades no trabalho, auto-estima, dependências diversas, etc. — e que têm uma base psicoterapêutica de perfil adaptativo e nenhuma conotação política emancipatória.

Pelo contrário, os grupos de reflexão procuravam articular e inserir a experiência individual de cada uma das mulheres no contexto global das relações de gênero e das relações socioculturais, num tipo de ação “político-educativa” muito próxima das concepções do educador Paulo Freire. A experiência individual era valorizada na medida em que representava, ao mesmo tempo, um microcosmo das relações de subordinação — e nesse sentido era exemplar — e um lugar de constituição da autonomia pessoal que era potencialmente libertador pelo fato de ser tratado coletivamente a partir de interpretações políticas, sociais e culturais que tinham na construção do movimento feminista um de seus mais fortes elementos. A idéia era de que as mulheres não apenas

compartilhassem o poder com os homens na sua vida privada e adquirissem autonomia para a realização de seus projetos pessoais, mas também que, enquanto grupo social e sujeito coletivo, passassem a ocupar os espaços públicos de poder e decisão.

Considerando as análises existentes no período a respeito da condição feminina em que as noções de corpo, sexualidade e reprodução ocupavam um lugar central para a compreensão da situação das mulheres, nada mais natural do que a emergência ou a eleição desses temas como pautas privilegiadas das discussões nos grupos de reflexão. Assim, paulatinamente, as histórias sexuais, amorosas, reprodutivas e familiares das mulheres vão se constituindo num certo “núcleo-duro” desses grupos que, com o tempo, passaram a exigir novas formas de abordagem, entre as quais sobressaíram-se os grupos de auto-exame, tanto pelo ineditismo de seu formato e de seus resultados, quanto pelas conseqüências que iriam provocar nas futuras ações no campo da saúde da mulher, dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais.

Os grupos de auto-exame foram uma tentativa de recuperação do conhecimento do corpo que às mulheres fora negado. Junto com a linha da vida⁹, o

9 Técnica que consiste em elaborar graficamente a história de vida de uma mulher, marcando os seus momentos significativos, para, em seguida, através da comparação entre as diferentes histórias individuais construir uma história coletiva do grupo em questão. Ver a esse respeito o livreto *Como Trabalhar com Mulheres*, de Dulcinéa Xavier *et al.*

auto-exame foi um poderoso mecanismo de resgate da auto-estima, de construção de solidariedade e identidade coletiva e, como consequência, de fortalecimento individual e coletivo das mulheres. Orientados pelo pressuposto de que a história das mulheres fora construída pelos homens, tendo sido-lhes negada a possibilidade de elaborar uma interpretação do mundo baseada em suas próprias experiências e reflexões, os grupos de auto-exame se constituíram em um modo de acesso autônomo, coletivo e reflexivo das mulheres aos seus próprios corpos, às suas próprias vidas e ao mundo em que viviam. As reflexões sobre a condição feminina, baseadas na recuperação da história pessoal de cada uma delas e tendo como objetivo identificar e valorizar os pontos de interseção existentes entre elas, foram acompanhadas de uma série de atividades corporais que buscavam desfazer/desconstruir o corpo moldado pelo outro. Exercícios de consciência corporal e de liberação dos movimentos, assim como a exploração do uso dos sentidos e, sobretudo, do exercício da fala, foram tentativas bastante interessantes de apropriação do corpo que, no limite, significavam a apropriação de si mesma, rompendo com a alienação provocada por séculos de subordinação de gênero.

O auto-exame representou, talvez, o momento mais radical desse processo no sentido de que o conhecimento da própria anatomia e dos processos corporais forneceu a base de um discurso que iria se

contrapor vigorosamente aos discursos médico, científico, religioso e político sobre as mulheres e que, muito pouco tempo depois, iria resultar nas complexas elaborações a respeito dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais.

Mas, afinal, o que era o auto-exame? Apenas um exame ginecológico feito em grupo, com o objetivo de identificar, deixar conhecer, parte da anatomia feminina. Em grupo, aprendia-se a manipular e utilizar o espéculo de modo a se observar o canal vaginal e o colo do útero em diferentes momentos do ciclo menstrual. Com isso, aprendia-se a identificar as alterações normais e patológicas do trato reprodutivo. Do conhecimento para as propostas de ação o caminho não foi muito longo e é assim que surgem as críticas contundentes ao uso indiscriminado dos contraceptivos hormonais e da cesariana e à medicalização dos processos reprodutivos, apresentando-se como contraproposta o uso dos métodos de barreira, os tratamentos alternativos para as patologias vaginais e a defesa do parto normal numa clara demonstração de preservação e defesa do corpo feminino da manipulação médica e científica¹⁰.

Estabelecem-se aí as premissas a partir das quais serão elaborados os conceitos de direitos reprodutivos e

10 É desse período a edição do livreto "Corpo de Mulher", a primeira publicação do SOS CORPO, que trata dessas questões. O livreto teve cinco edições, a mais recente em 1990.

direitos sexuais, fundamentadas no que atualmente denominamos de valores feministas afirmativos. Com isso se quer dizer que as mulheres devem ter o direito de determinar a própria identidade sexual, de controlar seu próprio corpo, sobretudo no estabelecimento de relações íntimas e de escolher quando, com quem e se quer ter ou educar seus filhos (Petchesky, 1999: 24). Essas são premissas que tratam do estabelecimento do “sujeito mulher”, fundado na idéia de autonomia contraposta à heteronomia que historicamente define as mulheres, o que, em tese, alça as mulheres reais a um patamar de igualdade com relação aos homens. Mais importante, no entanto, é o fato de que esse processo também ressignifica a própria idéia de sujeito na medida em que invocam uma alteridade feminina oprimida ou não reconhecida como um caminho para a crítica e a reconstrução das formas dominantes de racionalidade (Bordo, 2000: 16).

A desnaturalização do corpo e a dissociação entre sexualidade e reprodução darão forma a boa parte da ação feminista nestas últimas décadas, explicando, por exemplo, a ênfase política e teórica nas questões da legalização do aborto, da disseminação dos contraceptivos e da liberdade sexual. A autonomização da esfera da sexualidade com relação à reprodução traz à cena o tema do prazer e da realização pessoal como componentes centrais da vivência sexual, ao mesmo tempo que desfaz a maternidade e o casamento como

destinos inexoráveis de toda e qualquer mulher. No início dos anos 80, grupos feministas do Recife, entre os quais incluía-se o SOS CORPO, encheram os muros da cidade com a frase *Pergunta se ela goza*, num tipo de agitação política que, atualmente, pode nos parecer simplória e redutora, mas que teve o mérito de expressar o debate que então se travava no feminismo nacional e de, ousadamente, trazer para a cena pública de uma cidade nordestina a questão do dever e do prazer no sexo.

Todas essas questões reverberam de modo particularmente forte nas relações de intimidade entre homens e mulheres, colocando-nos o desafio de imaginar novas formas de relação amorosa que suponham dois sujeitos interagindo de modo igualitário. Não é necessário descrever aqui o movimentado cenário de experimentos amorosos que teve lugar nas décadas de 60 e 70 do século passado, como resultado dessas novas elaborações a respeito do sexo, da reprodução e dos afetos. Basta apenas referir alguns dos seus efeitos na atualidade, como o fim do tabu da virgindade para as mulheres, o aumento no número de divórcios e separações, a redução na taxa de fecundidade, a diversificação das formas de família e o crescimento do número de domicílios chefiados por mulheres, a crescente visibilidade das relações homoeróticas, o adiamento da idade de casamento para mulheres e homens e o aumento do número de mulheres que não desejam e não têm filhos.

Do ponto de vista histórico, trinta anos podem significar muito pouco, mas, para as mulheres brasileiras, esse curto período de tempo adquire o sentido de uma revolução sem precedentes, inesperada e, em certa medida, inimaginável. Embora as pesquisas nesse campo sejam rigorosas e abundantes, não é necessário recorrermos a elas para verificarmos o que mudou na vida das mulheres. É suficiente apenas que as jovens de hoje perguntem às suas mães e avós como foi, por exemplo, a sua iniciação sexual, como se deram suas escolhas reprodutivas e como se construiu a sua vida profissional. Nesses aspectos, a distância entre essas duas gerações é imensa e nada desprezível se pensada nos termos da proposição feminista de construção da autonomia das mulheres.

Até os anos 70, com exceção de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo - e mesmo assim para grupos muito reduzidos, as mulheres deviam chegar virgens ao casamento. O casamento era um imperativo e quando não acontecia fazia reviver a figura da “solteirona” ou da “tia”, mulheres que viviam à margem da vida social considerada normal e aceitável. É evidente que transgressões sempre aconteceram, mas era alto o preço que as mulheres pagavam por elas: a vida dupla na qual o sexo era vivido às escondidas; o casamento imposto como reparação pela sexualidade descoberta ou quando por qualquer razão, o casamento não acontecia, a má fama, a pecha de mulher sem valor. Em duas décadas,

as mulheres conquistaram o direito a uma sexualidade livre e desvinculada do casamento. O surgimento do “ficar” como modalidade de relacionamento entre jovens tem permitido às meninas o que antes era prerrogativa dos rapazes. O “ficar” oferece às jovens mulheres a possibilidade de relacionar-se com diferentes parceiros, de estabelecer relações circunscritas ao encontro sexual e, não menos importante, lhes dá a liberdade de não namorar, sem que necessariamente tenham que abrir mão de sua sexualidade (Portella, 2000: 17). Ou seja, atualmente, as adolescentes brasileiras, se assim desejarem, têm a possibilidade de experimentar uma variedade de vivências sexuais e afetivas nunca imaginada por suas avós.

Ao tomar a sexualidade e a reprodução como foco, no entanto, outras questões emergem desse processo que levam ao debate sobre a própria estrutura e o ordenamento global da sociedade. Assim, foi possível perceber na vida das mulheres o modo como, a partir da sexualidade e da reprodução, irradiava-se um amplo campo de responsabilidades materializado em um significativo volume de trabalho que, ao fim e ao cabo, era estruturador da própria vida em sociedade. As atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito da esfera privada eram – e ainda são – de tal modo desvalorizadas e, por isso, invisibilizadas que, durante séculos, convivemos com

a idéia de que as mulheres eram seres que não trabalhavam e que a vida doméstica significava um eterno nada fazer ou, pior, uma eterna e inerte disponibilidade para o desenrolar de processos supostamente naturais. Essa invisibilidade do doméstico, vinculada à menor valorização social do feminino, opera por deslizamento alcançando praticamente todas as esferas nas quais as mulheres desempenham, atividades¹¹. Tamanha é a magnitude dessa idéia que, até muito pouco tempo dizia-se que as mulheres apenas haviam começado a trabalhar na década de 60, ignorando-se, por exemplo, no caso do Brasil, o extraordinário contingente feminino da mão-de-obra escrava e as pioneiras operárias da indústria têxtil nacional¹².

Não fossem as feministas até hoje acreditar-se-ia que o trabalho doméstico e as atividades reprodutivas são desnecessárias ao mundo. Em um minucioso trabalho de desvelamento da vida privada e do cotidiano de mulheres anônimas, as feministas lograram construir um inventário detalhado desse

11 Não é difícil perceber como, no último século, foram sendo socialmente desvalorizadas algumas das profissões em que as mulheres passaram a ser maioria, como foi o caso do Magistério e da Medicina. Sendo as mulheres, atualmente, maioria em parte significativa das profissões é de se esperar que esse processo não se mantenha, como tem sido o caso da gestão pública estatal, onde as mulheres passam a ser valorizadas pela competência e postura ética.

12 O que é um fenômeno da segunda metade do século XX é a crescente participação das mulheres no mercado formal de trabalho e o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

“mundo feminino” que, contrariamente ao que se pensava, implicava não apenas trabalho, mas também uma poderosa engrenagem que reproduzia desigualdades *ad infinitum*. Na dinâmica interna de organização da esfera doméstica, foi possível identificar com clareza o lugar de subordinação ocupado pelas mulheres e suas conseqüências dramáticas para cada uma das que aí vivem. Indo mais além, foi possível perceber como a articulação entre uma esfera privada, estruturada com base no trabalho reprodutivo das mulheres, e uma esfera pública, estruturada com base no trabalho produtivo de mulheres e homens, era funcional e imprescindível para, por exemplo, o bom andamento da economia e da política.

No plano microsocial, mulheres e homens – muito mais aquelas que estes – são ambos negativamente afetados por esse arranjo que, operando através da associação entre mulheres/natureza/esfera privada e homens/cultura/esfera pública, reproduz no cotidiano e projeta para o futuro as desigualdades de gênero. No plano macrossocial, no entanto, esse arranjo é não apenas funcional como estruturador da sociedade. É graças a ele que o Estado pode se desobrigar da esfera da reprodução, concentrando seus esforços no campo da produção e da política, esta última pensada como esfera reguladora sobretudo das relações econômicas. O setor privado da economia, por sua vez, também auferia vantagens do fato de as mulheres serem as principais responsáveis pelas atividades reprodutivas e

só muito recentemente parece ter se dado conta do fato de que metade de sua força de trabalho – as mulheres – sofre as consequências negativas do mesmo arranjo que lhe favorece.

Não fosse o extraordinário contingente de mulheres a realizar cotidianamente as tarefas que nos mantêm vivos/as a todos/as, Estado e sociedade teriam que dar conta das mesmas de modo que a vida social e econômica pudesse seguir seu curso. Isso implicaria não apenas custos financeiros, mas também uma reordenação da vida social e política de modo a valorizar e legitimar socialmente o que, hoje, sequer é visto como trabalho, mas quase como uma extensão do corpo e da vida das mulheres.

O tema da dupla jornada adquire centralidade no feminismo motivada pela injustiça de um arranjo social que reserva às mulheres um lugar de minoridade, mas também pelas suas consequências concretas na vida das mulheres. A sobrecarga de trabalho trazida pela dupla jornada implica menos tempo, ou tempo nenhum, para a constituição de um espaço individual e social próprio das mulheres, que termina por limitar imensamente as suas possibilidades de inserção criativa e construtiva no mundo. Hanna Arendt (1987) sintetiza esse processo ao afirmar que, para as mulheres, o espaço privado é o espaço da privação e não, como o é para os homens, o da privacidade, uma vez que lhes priva das possibilidades de intervenção no mundo público e de crescimento pessoal.

Na prática, as mulheres, além de cuidarem de si mesmas – o que deveria ser um imperativo para toda e qualquer pessoa adulta, independente de sexo – responsabilizam-se e cuidam sozinhas dos mais frágeis – crianças, velhos/as e doentes – e dos adultos saudáveis do sexo masculino. A injustiça desse arranjo é óbvia, mas, durante muito tempo, apoiou-se na idéia da divisão sexual do trabalho, baseada, por sua vez, nas idéias de complementaridade e reciprocidade no interior da família: aos homens caberia prover o sustento material e às mulheres caberia garantir a vida cotidiana dos membros da família. Em outras palavras, aos homens, a produção e, às mulheres, a reprodução, entendida aqui em seu sentido mais amplo de reprodução cotidiana da vida. Uma das questões aqui colocadas é que, talvez com exceção de algumas sociedades menos complexas, nem a complementaridade nem a reciprocidade que justificam esse arranjo baseiam-se na equivalência, ou seja, em uma troca justa de atividades e benefícios entre homens e mulheres adultos/as. Concretamente, as mulheres sempre realizaram atividades produtivas – dentro ou fora do ambiente doméstico – sem que fosse verdadeira a recíproca masculina de realização de atividades reprodutivas. Outra questão liga-se, mais uma vez, ao modo heterônomo como o próprio arranjo é instituído, que não leva em conta os desejos e as aspirações pessoais e profissionais das mulheres.

Em um outro plano, o excesso e as más condições de trabalho, tanto produtivo quanto reprodutivo, sem as compensações do lazer, do descanso ou da vida cultural, têm resultado em uma série de problemas de saúde para as mulheres, entre os quais, podemos citar a depressão¹³, o envelhecimento precoce e as dores difusas. No campo da saúde reprodutiva propriamente dita, essa situação agrava-se pela ausência e/ou ineficácia dos serviços públicos de saúde, que têm feito da reprodução uma vivência arriscada para as mulheres brasileiras, pela qual muitas delas pagam com a própria vida.

Novos impasses: velhas questões?

Diante disso, podemos dizer que, de fato, as esferas da sexualidade e da reprodução sofreram um importante reordenamento, provocando mudanças significativas nas relações de gênero em nosso país. Mas ainda restam intocadas algumas das questões centrais do projeto feminista emancipatório, entre as quais eu destacaria a real democratização da vida privada – e, em especial, da vida amorosa – e a complicada tensão entre liberdade, igualdade e autonomia, tanto na vida privada quanto na pública. Um pouco disso deve-se ao

13 Psicanalistas feministas, entre as quais, Juliet Mitchell se sobressai pelo pioneirismo e alcance do seu trabalho, associam alguns quadros psicopatológicos encontrados em mulheres às especificidades da condição feminina em seus contextos sociais particulares.

fato de que muitos dos conteúdos que o feminismo trouxe para o debate público foram também absorvidos e reaproveitados pela mesma ordem social que era criticada e combatida. Assim, sendo parte e também motor de um momento de intensas transformações culturais, algumas idéias e conquistas feministas foram muito rapidamente apropriadas pela cultura dominante e, em especial, pelos meios de comunicação de massa e pela publicidade, em um processo com o qual nos enfrentamos até hoje.

A liberdade sexual, por exemplo, é um dos temas que mais têm alimentado a imprensa e a publicidade nas últimas décadas. A imagem da mulher sempre foi privilegiada como recurso publicitário, sobretudo pela idéia de que transmite beleza e delicadeza, sendo agradável para os olhos de quem vê e, portanto, sedutora para o bolso de quem compra, mas é a partir dos anos 60 que os atrativos sexuais somam-se e, de certo modo, sobrepõem-se às já tradicionais imagens de beleza e delicadeza das mulheres. É então que se inicia uma verdadeira onda publicitária, que se estenderia à TV e ao cinema, onde o corpo feminino nu ou seminú passa a ser utilizado como atração de venda para qualquer produto. Perversamente, muito do que é feito passa a ser justificado pela liberdade, notadamente a sexual, de que as mulheres passaram a gozar depois da “revolução sexual”. A crítica feminista ao fato de que as mulheres são tratadas como objetos na sociedade

androcêntrica associada à sua ação política transformadora provoca mudanças reais na vida de algumas mulheres e contribui para mudanças significativas no contexto sociocultural, mas essas mudanças, por sua vez, são reapropriadas por essa mesma sociedade e são mais uma vez reificadas, permanecendo-se, portanto, no mesmo registro de mulheres-objeto que, no caso da publicidade, deixa de ser metáfora para tornar-se expressão literal dessa reificação.

Segundo Petchesky (1999:27), a palavra de ordem “nosso corpo nos pertence”, apesar de retoricamente poderosa, também pode ser perfeitamente compatível com o mercado hegemônico global atual, pois exige liberdade contra os abusos, mas não contra as condições econômicas que obrigam as mulheres a vender seu corpo e sua capacidade sexual ou reprodutiva. Eu diria que estamos diante de um processo de construção seletiva de alternativas reais de vida para certos grupos de mulheres, onde a “venda” do corpo ou a opção por profissões que têm no corpo e/ou na capacidade sexual e reprodutiva das mulheres o seu principal requisito são apenas algumas dessas alternativas. Quando vistos sob a ótica de gênero, os efeitos perversos da nova ordem econômica terminam por reforçar alguns campos de escolha profissional que se baseiam nas tradicionais concepções de heteronomia e do corpo como destino. A redução do emprego, da renda e da capacidade de consumo, a deterioração das

condições de vida nas periferias das grandes cidades e o reduzido alcance das políticas sociais compensatórias, quando associadas ao rápido e intenso processo de difusão de informações, sobretudo vinculadas aos bens de consumo pessoal, amplificam imensamente o *gap* entre desejo e possibilidade de realização anunciado já nos anos 50. É neste espaço entre o desejo de autonomia — um ganho real das mulheres nas últimas décadas — e as reais possibilidades de escolha profissional, que o corpo continua a atuar como mecanismo privilegiado de realização pessoal para algumas mulheres.

No Brasil, a profissão de modelo expressa, de modo particularmente inquietante, algumas dessas ambigüidades, nem tanto pelo que de fato realiza mas, sobretudo, pelo fato de ter-se tornado atraente como projeto de vida para milhares de meninas, especialmente para aquelas de menor renda, mas não só. A carreira de modelo acena com promessas — nem sempre realizadas, mas extremamente atraentes — que não se apresentam em outras profissões, como, por exemplo, fama, prestígio e dinheiro rápidos. Além disso, baseia-se mais no atributo natural da beleza física e menos na escolaridade ou no desenvolvimento de habilidades técnicas. É uma profissão calcada muito mais na beleza do corpo do que em qualquer outro atributo feminino e que solicita às modelos que se deixem manipular por outros — maquiadores, estilistas, cabeleireiros, fotógrafos, esteticistas, nutricionistas e, mais recentemente,

cirurgiões-plásticos – no exercício cotidiano da atividade.

A principal ambigüidade da carreira de modelo, enquanto projeto pessoal e profissional de jovens brasileiras, está no fato de que essas jovens mulheres, diferentemente de suas avós, expressam publicamente o desejo de ter um projeto profissional próprio, uma carreira que lhes propiciará autonomia financeira e projeção no mundo público, escapando da anatomia como destino na medida em que se recusam, ao menos na primeira juventude, a serem exclusivamente esposas e mães. Mais importante, esse projeto é socialmente valorizado e estimulado. Mas podemos dizer, sem medo de exagerar, que, escapando dos limites do doméstico e do privado que circunscrevia a anatomia à sexualidade e à reprodução, o que opera aqui é a anatomia como profissão realizada na esfera pública, havendo ainda uma tensão entre a autonomia profissional e financeira propiciada pela profissão e a natureza heterônoma da própria atividade em que o corpo atua como suporte para uma modelagem exercida por outros. Nesse caso, o “destino” das mulheres escapa da reclusão da vida privada e recusa a reprodução, mas é ainda o corpo e a sensualidade que lhes oferecem a possibilidade de realização. É preciso reconhecer que ainda há algo a ser feito, quando, dentre tantas profissões e possibilidades colocadas para as mulheres, seja justamente aquela mais

marcada pelo corpo a que adquire maior valorização social e, conseqüentemente, possui maior poder de atração sobre meninas e jovens mulheres¹⁴.

A manipulação do corpo não se restringe, obviamente, à estética das passarelas e capas de revistas. É bem verdade que o *slogan* “nosso corpo nos pertence” permite variadas interpretações, entre as quais, pode-se muito bem incluir a resposta da apresentadora Carla Perez quando perguntada se os seus seios eram realmente seus: “Sim, eu mesma os comprei”. Esse é um exemplo que demonstra, mais uma vez, a tensão entre uma autonomia que leva a que as mulheres disponham de seu corpo, inclusive para modificar sua anatomia, e uma extrema receptividade e vulnerabilidade ao poder médico e científico que, de nenhum modo, limita-se às questões estéticas.

No campo da reprodução, podemos enumerar bom número de situações que atestam tanto essa receptividade quanto a vulnerabilidade das mulheres. A realização indiscriminada de partos cesáreos chegou a um ponto tal que foi necessária a promulgação de uma lei para coibir essa prática no Brasil. Os métodos de barreira, em que pese a epidemia da Aids, continuam

14 Um pouco mais perturbador, no entanto, é verificar que muito do que se disse acima estendeu-se para os corpos masculinos que passaram a ser também cultuados como objetos de apreciação e consumo. Há um deslizamento do sentido da reificação que ultrapassa as diferenciações de gênero, fornecendo novos significados ao corpo masculino e, como decorrência, às masculinidades. O que não necessariamente indica que as fronteiras do gênero, tampouco as dinâmicas de poder, sejam significativamente alteradas.

sendo preteridos em nome dos contraceptivos hormonais e da esterilização. Aliás, não custa lembrar que o Brasil é o “campeão mundial” em esterilizações femininas, o que expressa a radical recusa das mulheres à imposição da reprodução como destino, ao mesmo tempo que revela a perversidade de uma escolha sem alternativas. O diafragma é raramente encontrado na rede pública de saúde e, pior, é muito pouco conhecido dos profissionais de saúde sendo por isso pouquíssimo indicado como método contraceptivo. Nos últimos dez anos, vimos o surgimento de um discurso científico que nega a própria menstruação porque seria um “resquício da primitividade do corpo das mulheres”¹⁵ e propõe a sua suspensão através da administração regular de medicamentos hormonais. Não são poucas as mulheres que concordam com esse discurso e, avidamente, utilizam-se desses “tratamentos”. Do mesmo modo, os tratamentos químicos continuam a reinar soberanos no campo das enfermidades sexuais e reprodutivas¹⁶.

A manutenção dessas práticas revela algumas das valorações negativas que, a despeito dos esforços dos grupos de reflexão e auto-exame, ainda são dadas a certos processos corporais femininos — como a menstruação e o parto normal, por exemplo — e indica o quão

15 O Dr. Elsinar Coutinho é o principal defensor dessa idéia, mas não é o único.

16 A medicalização da vida é um traço característico das atuais sociedades não estando restrita às enfermidades das mulheres, mas suas consequências impactam mais fortemente sobre as mulheres pelo fato de viverem a sexualidade e a reprodução em um contexto de subordinação de gênero e de desigualdades socioeconômicas.

reduzido ainda permanece o espaço social para vivenciá-los. Em outras palavras, não logramos novos arranjos socioculturais que acomodem positivamente esses processos. Pelo contrário, as tentativas de evitá-los continuam a acontecer com uma frequência e um grau de sucesso que não são nada desprezíveis. Emblemático desse processo é o caso das novas manipulações do corpo com fins estéticos que incidem com toda a sua força sobre os corpos femininos, embora tendam a se ampliar para o universo masculino.

Sem minimizar os poderosos interesses da indústria farmacêutica e do próprio setor médico – com suas clínicas, complexos hospitalares e, não menos importante, o campo das disputas acadêmicas e científicas – podemos dizer, no entanto, que estamos diante de um fenômeno que não é absolutamente novo. Perpetua-se — modernamente, é verdade — a construção de imagens ideais da mulher que continuam a ser perseguidas pelas mulheres reais através de diferentes tipos de intervenção sobre o corpo em um processo no qual a heteronomia ainda prevalece. Não deixa de causar algum espanto a facilidade com que certas mulheres, com a ajuda de médicos e esteticistas, dispõem do próprio corpo na tentativa de amoldar-se ao modelo considerado belo e desejável. O uso indiscriminado do silicone, da cirurgia plástica, da musculação e das dietas de emagrecimento chama a atenção para o modo como a aparência física permanece sendo um atributo positivo em nossa sociedade e para o modo quase

natural, eu diria, com que as mulheres continuam a perseguir esse atributo positivo independente dos custos financeiros e para a saúde que qualquer um desses procedimentos possam trazer. O crescimento dos casos de anorexia e bulimia entre jovens mulheres é apenas o efeito mais dramático desse novo modo de as mulheres tentarem amoldar-se a uma imagem-padrão de mulher.

Em um pequeno ensaio sobre a mentira, Adrienne Rich (1983) diz que das mulheres sempre se esperou que mentissem e que mentissem com seus corpos, modelando-os aos ditames de sua época. A aparente reviravolta de nossa época é que se saiu do registro do recato, diretamente vinculado à reprodução e à maternidade, tomando-se como referência para o novo modelo alguns aspectos ligados à sexualidade – como, por exemplo, a sedução, a sensualidade, a volúpia e/ou agressividade. Seria irônica, se não fosse perversa, a valorização do silicone como recurso de embelezamento se pensarmos que esse foi um recurso inicialmente utilizado por homens para se aproximarem das formas femininas. É indicativo da permanência da (des)valorização das mulheres em nossa sociedade o fato de que a sua melhor imagem é aquela artificialmente fixada em um corpo masculino que tomou como padrão de beleza uma certa imagem das mulheres reais. Nos travestis, o resultado do embelezamento pelo silicone, no entanto, ficando muito distante do que são as

mulheres reais, é poderoso o suficiente para constituir-se em um modelo do que deveriam ser as mulheres reais.

* * *

É possível, ainda, identificar em nossa sociedade outras formas de controle do corpo feminino em que, sutilmente, resiste à idéia de que a anatomia é o destino, embora sob novos formatos e com algumas diferenças importantes, se pensarmos no modo como aconteciam há algumas décadas.

A primeira delas refere-se ao modo diferenciado como são educados/as meninos e meninas ou, em outras palavras, como são disciplinados os corpos masculino e feminino em nossa sociedade. Embora seja possível perceber mudanças importantes nessa esfera, há uma forte marca de gênero na socialização das crianças que ainda aponta para a importância da sexualidade e da reprodução na definição das condutas, atitudes e práticas sociais que devem ser apropriadas pelas meninas. De maneira geral, ainda prevalece a idéia de que as meninas devem ser seres apreciáveis, ou seja, devem ser bonitas, devem cuidar bem da aparência e devem cultivar qualidades que lhes façam simpáticas e agradáveis diante dos outros e, em especial, diante de meninos e homens.

Não deixa de ser surpreendente observar nas lojas de brinquedos a manutenção de diferenças fabulosas entre as gôndolas destinadas aos meninos e àquelas destinadas às meninas. Estas estão repletas de brinquedos que são miniaturas de objetos pertencentes

ao universo das mulheres adultas, numa clara indicação de que os brinquedos funcionam como uma etapa da aprendizagem de tudo o que a menina irá viver no futuro. Há estojos de maquiagem, guarda-roupas completos para bonecas que incluem acessórios para cabelo, bolsas, sapatos, óculos, enfim, o arsenal da vaidade que será capaz de transformar qualquer mulher em um objeto de desejo masculino. Além disso, foram atualizados os tradicionais brinquedos de “casinha”, alguns dos quais são praticamente similares dos objetos reais encontrados nas cozinhas de classes média e alta. Há fogões, aspiradores de pó, geladeiras cheias de comida, jogos completos de panelas e pratos, liquidificadores, batedeiras, vassouras, que, junto com bonecos que reproduzem minuciosamente bebês reais com suas fraldas e mamadeiras e na mesma suposição de que a brincadeira é aprendizagem de vida futura, compõem o conjunto das atividades reprodutivas¹⁷ que continuam sendo exercidas majoritariamente pelas mulheres. Através dos brinquedos, um destino se constrói, ainda baseado na idéia de que ser mulher é ser sexualmente atraente, ser mãe e dona de casa. Nas entrelinhas, escondem-se os outros elementos do conjunto: através do corpo e, em especial, do sexo, as

17 Estou chamando de atividades reprodutivas todas aquelas atividades relativas a cuidados com crianças, doentes e idosos/as e a cuidados com a casa (o que inclui todas as tarefas domésticas, mas também a organização ou supervisão dessas tarefas, quando realizadas por outras mulheres).

mulheres atraem os homens, casam-se com eles, têm filhos e cuidam da casa e da família. O espantoso é que, pelo menos desde os anos 70, essas mesmas meninas são também educadas para serem estudantes e profissionais financeiramente autônomas, tendo havido uma agregação de atividades e responsabilidades sem qualquer correspondência no que se refere aos meninos.

Por outro lado, os brinquedos para meninos continuam no reino da fantasia ou do puro lazer: monstros, bichos, bonecos que não são réplicas humanas, bolas, *skates*, patins, enfim, objetos que não têm nenhuma relação imediata com a sua vida futura e que estimulam a criatividade e o desenvolvimento da criança. É claro que muitas meninas têm acesso a esses brinquedos e muitos deles situam-se numa zona “neutra”, sendo utilizados por ambos os sexos, mas, para as meninas, continua a existir aquele outro conjunto a lembrar-lhes que ainda existe, sim, uma vida de mulher que, de algum modo, relaciona-se aos seus órgãos sexuais e reprodutivos.

A mesma situação repete-se com a moda infantil. No Brasil, as roupas das meninas são miniaturas das roupas de mulheres adultas — na maior parte das vezes, justas, curtas e decotadas — enquanto as roupas dos meninos seguem sendo confortáveis, folgadas e “com cara de criança”. Continuamos, portanto, no mesmo registro: há um corpo feminino que precisa ser educado para cumprir com suas funções sexuais e reprodutivas

na esfera privada e há um corpo masculino, cuja educação relaciona-se com a atividade e o desenvolvimento físico e intelectual, entendidos como fundamentais para que meninos tornem-se homens, ou seja, ocupem seus lugares na esfera pública.

Uma outra situação refere-se ao efetivo controle masculino sobre a mobilidade das mulheres e ao modo como esse controle é ainda socialmente legitimado. Um caso extremo é o de trabalhadoras rurais do Nordeste que vivem em regime de agricultura familiar e, portanto, estão isoladas dos núcleos urbanos e mesmo de vizinhança, cujas histórias de vida são marcadas pelo simples, mas imenso desejo de “andar” e de não serem “empatadas” de viver pelos maridos e pais. A idéia de que o lugar das mulheres é em casa cuidando da família sobrepõe-se, nesse caso, ao direito constitucional de ir e vir, do mesmo modo que, até alguns anos atrás, a defesa da honra masculina justificava que se quebrasse a lei brasileira que faz do homicídio um crime. Encontramos esse mesmo tipo de sentimento – que nada mais é do que o desejo de liberdade e de autonomia – entre adolescentes urbanas que, ao se compararem com rapazes da mesma faixa etária, percebem que suas vidas são muito mais limitadas no que se refere aos espaços sociais que podem freqüentar, ao tempo que podem permanecer fora de casa, às companhias que escolhem para conviver e à necessidade de dar conta de seus passos para os pais (Portella, 2000: 6-7).

Passados trinta anos da chamada “revolução sexual”, e sendo as mulheres maioria nas escolas, universidades e em muitas profissões, continuam, no entanto, sendo socialmente controladas no que se refere à sua inserção na esfera pública e são ainda orientadas para a construção de um projeto de vida, no qual a maternidade ocupa um lugar central e a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família ainda é vista como tarefa prioritariamente sua.

Nesse contexto, a vivência da sexualidade será marcada por muito mais ambivalências e contradições do que o que supõem os que a tratam unicamente como um elemento indissociável do amor e da vida a dois. Não custa lembrar que, no Brasil, o sexo no casamento e, por extensão, nas uniões livres, ainda é entendido jurídica e popularmente como uma obrigação conjugal. Ou seja, mais (ou menos) do que prazer ou realização pessoal, o sexo é visto como dever, sendo parte do conjunto de funções e atribuições femininas e masculinas inseridas no “contrato” de complementaridade e reciprocidade que rege as relações entre mulheres e homens. A força dessa interpretação alcança também a vivência da sexualidade fora do casamento e das uniões estáveis e, como apontam muitas autoras¹⁹, articula-se de tal modo às desigualdades de gênero, que o dever torna-se mais feminino e o prazer, mais masculino.

19 Rubin (1993), Pateman (1998), Corra (1995), Diniz *et al.* (1998), entre outras.

Não é por outra razão que o sexo não consentido é tão freqüente para as mulheres e, muitas vezes, sequer é entendido como um problema, nem por elas nem pelos homens. Dessa compreensão deriva também boa parte das dificuldades que muitas mulheres encontram para denunciar os estupros de que são vítimas por parte de seus pais, padrastos, irmãos, vizinhos, maridos e companheiros. De algum modo, também elas acreditam que não deveriam recusar o sexo, que é seu dever aceitar a relação sexual, quando algum homem a deseja. Não posso deixar de apontar, aqui, o nexó evidente entre a lenta preparação das meninas para seu futuro de mulher e a vida presente das mulheres adultas, em que o sexo e a reprodução ainda são experimentados também como dever e trabalho.

Considerações finais

Nos últimos trinta anos, acompanhamos muitas mudanças no campo da sexualidade e da reprodução que contribuíram para produzir não apenas novas concepções a respeito do que é ser homem e do que é ser mulher, como também contribuíram para a alteração do modo como se ordenam as relações de gênero em nosso país, na direção de uma redistribuição mais justa do poder entre mulheres e homens. Se tomarmos a idéia de constituição da autonomia das mulheres como parâmetro de comparação entre os períodos anterior e posterior ao surgimento do feminismo contemporâneo, é possível verificar que algumas das principais premissas dessa autonomia estão estabelecidas no Brasil, tanto sob

a forma de novas representações sociais a respeito do que é e do que deve ser uma mulher, quanto sob a forma de mudanças concretas na vida das mulheres. Para o nosso propósito, três dessas premissas são as mais importantes, embora de nenhum modo as transformações de gênero estejam restritas a elas.

A primeira refere-se ao estabelecimento de valoração positiva e legitimidade social à idéia de que as mulheres devem estudar, ter uma profissão e autonomia financeira. Embora o casamento ainda persista como projeto, já não é o único e deve adequar-se à vida profissional das mulheres. Com isso, perde imensa força a idéia de que as mulheres deveriam estar restritas à vida privada, cumprindo o destino supostamente inscrito no seu corpo. Os indicadores dessa mudança podem ser encontrados nos índices de escolaridade das mulheres, que crescem e superam os masculinos nestas duas últimas décadas, na crescente participação feminina na população economicamente ativa e no crescimento do número de domicílios chefiados por mulheres.

A segunda liga-se ao reconhecimento e à aceitação da sexualidade feminina como uma vivência legítima que pode acontecer dentro ou fora do casamento. Entre muitos outros exemplos dessa transformação, eu indicaria o fim do tabu da virgindade e o “ficar” como modalidade de relacionamento afetivo-sexual.

A terceira das premissas é a legitimação social das múltiplas possibilidades reprodutivas para as

mulheres, entre as quais, destacam-se, sem sombra de dúvida, o uso de contraceptivos e a redução no número de filhos. A queda nas taxas de fecundidade atesta esse novo fenômeno.

No entanto, se não acreditamos nas interpretações totalizantes nas quais se inscreve um momento final de chegada, onde a igualdade de gênero seria definitivamente conquistada e se, pelo contrário, pensamos o feminismo como um projeto dialético fundado muito mais na idéia de uma utopia que se mantém como móvel da ação do que propriamente na crença de uma etapa final a ser alcançada, temos que entender as mudanças elencadas acima como parte de um processo dinâmico e muito mais complexo do que supõe a simples defesa da justiça de gênero. Como em qualquer processo social, as mudanças nas relações de gênero produzem novas tensões, ambigüidades e contradições que merecem ser recolocadas no debate sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução.

Há, pelo menos, duas diferentes tensões que daí emergem. A primeira é entre autonomia e a heteronomia. Essa é uma tensão que se revela, por exemplo, na valorização de profissões fundadas no corpo e na beleza como projetos de vida das mulheres. Pela tradicional via da beleza corporal e em profissões em que atuam tendo o corpo como suporte para a criatividade e a produção de terceiros – o que é radicalmente diferente da prostituição, por exemplo, na qual a atuação e a criatividade são da própria mulher —,

as mulheres podem ter acesso a dinheiro, fama, prestígio e poder. Nesse caso, a positividade dos fins – a autonomia e a inserção na esfera pública – ofusca e, em certa medida, positiva a permanência de valores tradicionais relacionados ao corpo e ao trabalho femininos.

Ainda relacionadas à tensão entre autonomia e heteronomia, estão as “novas” manipulações do corpo. A aceitação e a procura pelas novas manipulações do corpo com fins estéticos, embora tenham um importante componente de cuidados com a saúde, revelam uma busca muito mais antiga, que é a de adequação a uma imagem de mulher socialmente valorizada e padronizada. Aqui, a positividade da afirmação feminista *nosso corpo nos pertence* é perversamente utilizada para justificar um processo que está muito longe de permitir a livre, prazerosa e saudável expressão dos corpos femininos com suas diferentes formas e experiências de vida. As manipulações do corpo reprodutivo, por sua vez, revelam que, em nosso país, a “acomodação” social dos processos reprodutivos tem se dado preferencialmente pela via da tecnologia e da medicalização. O que, ao fim e ao cabo, pode representar muito mais uma tentativa de negação desses processos do que propriamente de acomodação e absorção. Penso que, nesses dois casos, estamos diante de um novo processo de disciplinamento e controle cujas características e conseqüências ainda não foram suficientemente dimensionadas.

A segunda tensão dá-se entre autonomia e subordinação e se expressa, por exemplo, na educação diferenciada e na manutenção de um maior poder dos homens nas relações amorosas que, por sua vez, reconstroem em novos contextos a dupla jornada de trabalho e a vivência do sexo como dever. O que chama a atenção aqui é o reduzido impacto produzido pela autonomia das mulheres na relação de intimidade com os homens, quando comparado aos impactos produzidos na vida pública. Desde meninas, continuam a ser preparadas para atraí-los e para deles cuidarem; uma vez adultas, pouco importa o fato de que tenham trabalho e dinheiro, o poder maior ainda é dos homens e exerce-se sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. Na vida íntima, portanto, a democracia e a igualdade ainda estão por realizar-se para a maioria das mulheres.

Novas questões produzem sempre novos desafios, especialmente para quem está no campo da ação social e política sobre o mundo. Entendo que, em se tratando de temas que são centrais ao feminismo, estamos desafiadas a responder a essas questões em diferentes planos. Uma primeira necessidade é a reinserção mais vigorosa dos temas do corpo e da sexualidade na agenda feminista, que foram relativamente ofuscados pela preeminência dos temas da reprodução nos últimos dez anos. Essa reinserção exige, obviamente, a produção de conhecimento sobre os novos contextos e significados das relações de gênero, mas também requer

uma maior atenção para os jovens – de ambos os sexos – enquanto público de nossas ações. Do ponto de vista dos métodos de ação, os grupos de reflexão e os grupos de auto-exame podem ser uma maneira muito interessante de recuperar a discussão de alguns temas que não são facilmente tratados nas já tradicionais oficinas. Mas estas também podem agregar às suas técnicas outras que propiciem maior conhecimento corporal e a expressão de sentimentos e desejos e que, além disso, possam criar solidariedade e confiança entre as mulheres.

Enfim, não se trata aqui de operar um retorno direto às raízes do feminismo contemporâneo em busca das respostas aos desafios que nos são colocados. Mas trata-se, sim, de recuperar um pouco do que foi feito à luz do que foi aprendido e construído nestas últimas décadas.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- ÁVILA, Maria Betânia. Direitos Reprodutivos, Exclusão Social e Aids. In: BARBOSA, Regina Maria & PARKER, Richard. *Sexualidades pelo Averso*. Direitos, Identidades e Poder. Rio de Janeiro: IMS/UERJ-Editora 34. pp. 39-48.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BORDO, Susan. A Feminista como o Outro. In: *Estudos Feministas*. v. 8/nº 1 pp. 10-29, Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC, 2000.
- BOSTON WOMEN'S HEALTH BOOK COLLECTIVE. *Our Bodies, Ourselves*. Boston: BWHC, 1975.
- CORRÊA, Sonia & ÁVILA, Maria Betânia. Discurso Feminista no Mundo Ocidental. In: CORRÊA, S. & ÁVILA, M. B. *Os Direitos Reprodutivos e a Condição Feminina*. Recife: SOS CORPO, 1989.
- _____. & PORTELLA, Ana Paula. *Percursos da Sexualidade Feminina*. Recife: SOS CORPO, 1989.
- _____. Gênero e Sexualidade como Sistemas Autônomos: Idéias Fora do Lugar. In: BARBOSA, Regina & PARKER, Richard (Orgs.). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.
- COUTINHO, Elsimar. *A Sangria Inútil: Uma Análise da Contribuição da Menstruação para as Dores e Sofrimentos da Mulher*. São Paulo: Editora Gente. 1996

DINIZ, Simone; MELLO e SOUZA, Cecília & PORTELLA, Ana Paula. *Not Like Our Mothers: Reproductive Rights and the Emergence of Citizenship among Rural Workers, Domestic Workers and Housewives*. In: PETCHESKY, Rosalind & JUDD, Karen. *Negotiating Reproductive Rights. Women's Perspectives across Countries and Cultures*. London: Zed Books. 1998.

DUBY, George & PERROT, Michelle (Orgs.) *Histoire Des Femmes*. v. 1, 2 e 3. Paris: Plon, 1991.

GOLDANI, Ana Maria. O Regime Demográfico Brasileiro nos Anos 90. In: GALVÃO, Loren & DÍAZ, Juan. (Orgs.). *Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Population Council, 1999.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. www.sidra.ibge.gov.br Dados capturados em outubro, 2001.

IBGE. (2001). Censo Demográfico 2000: Sinopse Preliminar. www.sidra.ibge.gov.br. Dados capturados em outubro, 2001.

LEAL, Ondina Fachel & BOFF, A. *Insultos, Queixas, Sedução e Sexualidade: Fragmentos de Identidade Masculina em uma Perspectiva Reacional*.

MITCHEL, Juliet. *Psicanálise e Feminismo*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

OLIVEIRA, José Américo de. *Dicionário de Mulheres Célebres*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1981.

PARKER, Richard. *Corpos, Prazeres e Paixões: A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, 1991.

PATEMAN, C. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

PETCHESKY, Rosalind Pollack. Direitos Sexuais: Um Novo Conceito na Prática Política Internacional. In: BARBOSA, Regina Maria & PARKER, Richard. Sexualidades pelo Averso. Direitos, Identidades e Poder. Rio de Janeiro: IMS/ UERJ-Editora 34. pp.15-38, 1999.

PORTELLA, Ana Paula. Corpo, Saúde Reprodutiva e Cultura Médica: Mulheres do Sertão Pernambucano. Recife: SOS CORPO. (no prelo).

_____. Gênero e Trabalho na Área Rural. Recife: SOS CORPO. (no prelo).

_____. Gênero, Sexualidade e Reprodução: O Olhar dos Homens. Recife: SOS CORPO. (no prelo).

_____ & NASCIMENTO, Pedro. Do Sujeito da Ação ao Objeto de Reflexão: Homens, Sexualidade e Reprodução. O Caso da Zona da Mata Canavieira de Pernambuco. Recife: SOS CORPO. Mimeo.

_____. Gênero e Sexualidade entre Jovens de Recife. Recife: SOS CORPO. (no prelo).

RICH, Adrienne. Algunas Notas Sobre El Mentir. In: RICH, A. Sobre Mentiras, Secretos y Silencios. Barcelona: Icaria. pp. 222-231, 1983.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: Notas Sobre a Economia Política do Sexo. Recife: SOS CORPO.

SCHUMAHAR, Schuma e VITAL BRASIL, Érico. (Orgs.) Dicionário de Mulheres do Brasil: De 1500 até a Atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000

SOS CORPO – Grupo de Saúde da Mulher. Corpo de Mulher. Recife: SOS CORPO, 1982.

VALDES, Teresa & OLAVARRIA. José. Ser hombre en

Santiago de Chile: a pesar de todo, un mismo modelo. In: VALDES, Teresa y OLAVARRIA, José (eds,) *Masculinidades y equidad de género en América Latina*, Santiago: FLACSO-Chile, p. 12-35.

WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Dulcinéa *et al.* *Como Trabalhar com Mulheres*. Petrópolis: Vozes/IBASE, 1998.

*As práticas educativas têm como objetivo
desnaturalizar o corpo,
revelando o seu papel como suporte de representações sociais,
discursos e práticas sociais. Por isso, a história pessoal, as
crenças, os afetos e desejos são elementos fundamentais da
nossa práxis, através da reflexão pessoal e do trabalho sobre os
conteúdos da esfera privada, da vida emocional e subjetiva.
Assim, concebemos a identidade - pessoal e coletiva - como
uma construção histórica onde cada uma e todas as mulheres
ocupam não apenas o lugar de oprimidas, mas são
principalmente sujeitos da transformação
de suas vidas e da sociedade.*



Dinâmica de trabalho educativo com mulheres: linha da vida. Recife, 1988.

Acervo SOS CORPO

da mãe e do corpo
cuidamos nós!

8 de março ♀



Trabalho educativo com jovens em comunidade de baixa renda. Recife, 1983.

Acervo SOS CORPO



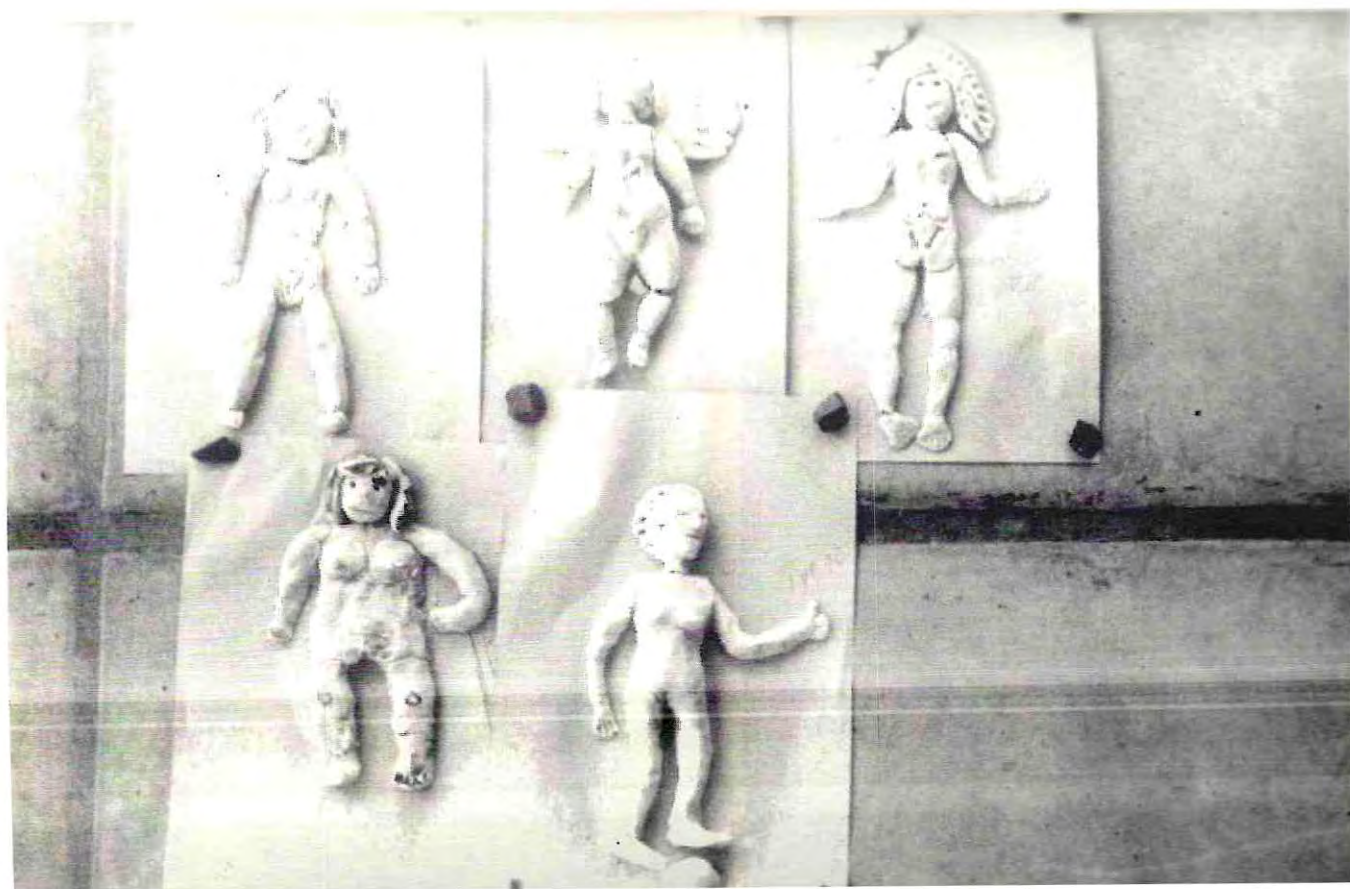
Encontro de mulheres do meio popular. Paratibe, 1986

Angela Frei



Educadora do SOS CORPO em oficina no Morro da Conceição. Recife-2001.

Gyzia Pimentel



Dinâmica de trabalho educativo: massa de modelar. Recife, 1982.



Aborto: teatro é usado como recurso para estimular o debate.
Recife, 2001.

Gyzia Pimentel

A política como questão: revisando Joan Scott e articulando alguns conceitos

Sílvia Camurça

Socióloga, Educadora e ativista do SOS CORPO.

Em 1993, o SOS CORPO traduz e publica “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, texto da historiadora feminista norte- americana Joan Scott, que veio a tornar-se referência de inumeráveis práticas e estudos no movimento feminista, dentro e fora das universidades. Joan Scott veio a ser uma referência também nas práticas de educação com mulheres. O próprio SOS CORPO editou mais de uma publicação, sozinho ou em parceria, traduzindo esse texto em linguagem acessível aos movimentos de mulheres e suas militantes. Scott é, entretanto, mais conhecida, consultada e citada na parte central de seu texto, onde apresenta sua conceituação de gênero, mais especificamente, são referidos os “quatro elementos constitutivos do conceito”. Neste artigo, tomo outro caminho, dialogo com o que considero o núcleo central de seu conceito, o tema da representação social e com uma parte secundária e pouco debatida, a parte final do texto, no qual Scott aplica a categoria de análise ao tema da política e do poder.

A política e o poder se, por um lado, estão no cerne do problema feminista são, por outro lado e por isso

mesmo, campos da vida social pouco permeáveis à presença das mulheres e pensados em geral no masculino.

Neste artigo, problematizo as dificuldades colocadas para o pensamento feminista ao tratar das mulheres na política, sublinhando problemas na teoria política ocidental. Aponto algumas contribuições feministas construídas na forma de respostas, focando três conjuntos de idéias: os conceitos e categorias para referir as mulheres na política; a contribuição de Scott sobre o conceito de gênero e sua aplicabilidade na análise do poder e, ao final do artigo, a contribuição feminista para uma perspectiva não liberal da política, do que decorre um alargamento da noção de participação.

O artigo deve, por isso, ser compreendido mais como um esforço de atualização do debate em torno do marco teórico feminista para a política que como elaboração própria original sobre o tema.

As mulheres: sujeitos em curso, pessoas em construção

O conceito de sujeito é um dos muitos conceitos polissêmicos das Ciências Sociais. Algumas vezes, seu uso remete à noção de indivíduos, outras vezes, a coletividades; às vezes, é usado alternadamente e associado ao conceito de ator. Adoto o uso de sujeito para referir a coletividades, portanto, como categoria mais adequada ao estudo dos movimentos sociais que dos indivíduos, modo como efetivamente vem sendo usado o conceito, em especial a partir do paradigma dos Novos Movimentos Sociais (Gohn, 1997). Nesses termos, retenho e su-

blinho a idéia de que o sujeito emerge do processo de identidade coletiva construída pela ação coletiva, nas lutas sociais e ações de solidariedade de e entre indivíduos: “O sujeito não é o indivíduo, ainda que seja construído através do indivíduo.” (Scherer-Warren, 1998:22). Expressando compreensão similar, Tourraine afirma que “não há possibilidade de construção do sujeito fora da referência a tal ação coletiva” e demarca que “o ponto central” de sua reflexão “é aquele onde a idéia de sujeito se une à de movimento social” (Tourraine, 1998: 97).

Para Taciana Gouveia, o sujeito, ao contrário do ator, demanda e constrói uma identidade coletiva, instaurada na esfera pública a partir de avaliação e crítica da realidade social. Tal identidade coletiva, resultante da ação contextualizada do sujeito, é histórica e transitória, pois vincula-se a um projeto - elemento estruturador do sujeito. Vale destacar que a autora distingue esta noção de sujeito do sujeito histórico do marxismo, concebendo uma idéia de sujeito permanentemente “entre a vida e a morte” (Collin, 1992) por força das múltiplas possibilidades de construção, fortalecimento, realização ou perda de sentido de sua identidade e projeto na história e pelo processo da história.

Para além da noção de movimento e ação, o conceito de sujeito demanda a atividade de representação e elaboração de sentidos e significados, pois “sujeito não é apenas o que age, mas também aquele que elabora sobre o seu estado e sua ação” (Gouveia, 1993:31). Esta concepção implica, portanto, a adoção da idéia de au-

tonomia, sem o que o sujeito não poderia se constituir enquanto tal. Criticando a noção de autonomia no individualismo metodológico, a autora recorre a Castoriadis e formula como princípio básico da autonomia a “propriedade de pensar e agir conforme si mesmo” e na qual “(...) o outro deixa de ser absoluto” (Gouveia, 1993: 69-70). A atividade de elaboração da experiência é analisada pela autora, a partir do conceito de representação social, do qual tratarei mais adiante.

Essa concepção de sujeito é operacionalmente útil para compreender, com clareza, a impossibilidade e a inadequação de adotar o conceito de sujeito para referir todas mulheres. As mulheres que estão fora do movimento de mulheres não formularam um projeto próprio que seja expressão de sua autonomia frente à realidade social genérica e não possuem uma identidade coletiva, de movimento de mulheres ou de movimento feminista¹. Milhares de mulheres não realizaram, não construíram nem implementam uma identidade coletiva legitimadora ou de resistência, muito menos de transformação de sua posição na sociedade ou de transformação da própria sociedade (Castells, 1999).

A noção de ator, cara às correntes do individualismo metodológico e da teoria da escolha racional, não

¹ A identidade coletiva do sujeito, escolhida e por ele criada em ação coletiva, difere da identidade do indivíduo, marcadamente psicológica, e difere também da identidade social que, sendo atributo de indivíduos ou grupos, não foi por eles elaboradas, preexistindo ao próprio grupo ou indivíduo.

se aplica ao debate feminista pelos limites impostos pela idéia de papel. Nessa concepção, o conceito de ator aparece e é concebido como desprovido de projeto, tendo apenas objetivos num contexto preestabelecido e imutável. Ator, ou atrizes, como querem algumas, é uma noção que coloca as mulheres de volta ao lugar de onde vieram e de onde estão querendo sair. Explico-me.

As mulheres, nesse caso, o sujeito, constituem-se movimento pela ação de confronto dos elementos definidos de sua identidade social e, mais radicalmente, pela negação a compreender sua existência cotidiana como simples execução de papéis (Rossi-Doria, 1985; Young, 1987). Assim, esse sujeito teve como principal tarefa, ao longo de sua existência, negar qualquer realidade social à idéia de papel das mulheres, ou papel feminino no mundo, elaborando não só uma crítica civilizatória às representações sociais sobre mulheres e homens, mas desnaturalizando a situação das mulheres e desorganizando o *script*. Sendo eu própria integrante e portadora da identidade coletiva do movimento de mulheres e do projeto feminista, não poderia propor representar os indivíduos mulheres como atrizes, sob pena de não estar acrescentando nada além do que já está dado.

Por todo o exposto, proponho tomar as mulheres como o indivíduo “empírico, da palavra, do pensamento, da vontade, amostra indivisível da espécie humana, tal como o observador o encontra em todas as sociedades” (Dumont, 1985).

Dumont distingue dois sentidos para a noção de indivíduo, o ser empírico, já referido acima, e o “ser moral, independente, autônomo e, assim (essencialmente), não social” (Dumont, 1985: 75). Este segundo sentido, entretanto, torna problemática a adoção da noção de indivíduo para referir as mulheres.

Essa dificuldade reside, como demonstrarei adiante, de um lado, no fato histórico de as mulheres terem sido excluídas da condição de indivíduo, portador de direitos e transmutado por esses em cidadão, e, de outro lado, no fato de a mulher, mesmo quando tomada como ser moral, não ser compreendida como ser independente e autônomo, nem como ser político, portanto, não ter sido cidadã, nos termos que fundam no mundo a cidadania. Um elemento complicador a mais, que também procurarei esclarecer adiante, reside no fato de, no caso das mulheres, haver uma relação de contraposição entre a noção de indivíduo e a identidade social de mulher.

Na esfera política, a luta pela cidadania foi, para as mulheres, “ao mesmo tempo uma luta pela individualidade e uma construção de identidade coletiva” (Rossi-Doria, 1995:110). Como assinala a autora, remonta ao pensamento político grego, aos mitos fundadores da cidade de Atenas e ao Direito Romano, a opressão das mulheres na esfera privada e sua exclusão da esfera pública. Na mitologia ateniense, as mulheres não vieram de um indivíduo, mas da ruptura do vaso de Pandora, que trouxe o mal sobre a Terra. A organização

social grega, por seu turno, reservava aos homens/indivíduos o espaço da *pólis*, enquanto as mulheres e os escravos ficavam confinados ao espaço da *oikos*, divisão de espaços associada à representação sobre as mulheres que, como os escravos, não eram consideradas indivíduos, cidadãos, mas apenas um grupo humano. Além dessa divisão de espaços entre indivíduos e grupos, destaco a interdição marcada pelo Direito Romano: a exclusão das mulheres dos direitos de transmissão e de representação (Rossi-Doria, 1995:112-115).

Avançando para a era Moderna, Rossi-Doria afirma, apoiada nos estudos de Mac Pherson e Dumont, que o conceito moderno de indivíduo é uma noção construída “com base no estreito elo entre a liberdade pessoal, entendida como independência, e propriedade, entendida na dupla referência aos bens e a si próprio” (Rossi-Doria, 1995:112), conceito de validade universal apenas aparente. “Os pontos centrais do pensamento político sufragista, que se desenvolveu desde a metade do século XVIII até a Primeira Guerra Mundial, foram a denúncia desse falso universalismo e a ruptura de interdições muito rígidas relativas à possibilidade de uma mulher ser indivíduo e poder representar e constituir herdeiros” (Rossi-Doria, 1995:110). O debate feminista subsequente veio demonstrar que, também na era moderna, as mulheres ficaram excluídas das possibilidades do indivíduo, quer pela negação do seu direito de propriedade, quer pela impossibilidade de usufruir do direito sobre sua própria pessoa, revelado no

caso extremo do estupro no casamento - em muitos países, o estupro no casamento é considerado impossível e, em outros, considerado crime contra a moral (Pantenam *apud* Rossi-Doria, 1995:110; Fraser, 1987:52).

Parece-me importante, neste ponto, proceder a um breve resgate factual que registra a construção da individualidade das mulheres. Nas Nações Unidas, é de 1928 o debate sobre os direitos civis e políticos das mulheres; datam de 1942 as recomendações da Comissão da Condição Jurídica da Mulher/ONU, quanto ao direito da mulher à livre decisão sobre o matrimônio e o direito à nacionalidade independente do marido; somente em Convenção Internacional de 1957, a ONU reconhece o direito patrimonial da mulher casada (Tabak, 1983). Entre as insígnias do movimento de mulheres ocidental nos anos 70, ainda estava presente a frase “nosso corpo nos pertence”, como denunciando e reivindicando o direito básico suposto para qualquer indivíduo, à propriedade sobre sua própria pessoa, direito experimentado até então apenas pelos homens. No Brasil, é de 1988 a reivindicação pelas mulheres rurais do direito à propriedade.

Essas e outras interdições colocadas para as mulheres e que as excluíram historicamente da condição de indivíduo fundam-se nas representações sociais sobre a mulher que, em diferentes momentos da história do pensamento ocidental, produziram uma identidade social de mulher associada à não-cidadania e ao grupo

dos que não tinham 'o direito a ter direitos', nos termos de Hannah Arendt (Arendt, 1981). A construção da individualidade como possibilidade para as mulheres é, por isso, ao mesmo tempo, a reconstrução e a atualização permanente da identidade social de mulher experimentada como identificação por todas as mulheres. Portanto, essa é também a história do desmanche de visões essencialistas sobre a mulher, história das possibilidades de construção das identidades individuais das mulheres e, em certa medida, a história da afirmação de sua multiplicidade como pessoas.

A idéia de pessoa é proposta por autoras feministas como uma alternativa às categorias de indivíduo e/ou de sujeito individual, como usado por alguns. Como demonstrado, o termo indivíduo guarda forte componente excludente, tanto em sua concepção clássica, como em sua versão moderna, como já apontado por Rossi-Doria. Quanto à noção de sujeito individual, a crítica feminista principal centra-se na noção de "sujeito como entidade transparente e racional que poderia outorgar um significado homogêneo ao campo total de sua própria conduta por ser a fonte da ação" (Mouffe, 1999). Trata-se, portanto, de uma crítica à racionalidade do sujeito universal iluminista. Mouffe aponta a contribuição da Psicanálise para argumentar em favor de uma estruturação da personalidade fora da consciência e da racionalidade dos sujeitos, afasta assim o problema do sujeito racional. Mouffe sublinha

que sua crítica ao racionalismo não é a crítica à razão, mas antes, a um sujeito ao mesmo tempo racional e isolado, confrontado com múltiplas desigualdades externas a ele.

A idéia de pessoa vem contribuir, também, como alternativa à idéia de mulher, noção portadora de uma identidade fixa e imutável para as mulheres. Mouffe destaca a contribuição de Lacan para uma compreensão não essencialista da identidade das mulheres. Em Lacan, “a história do sujeito é a história de suas identificações, e não há uma identidade oculta que deva ser resgatada para além de sua última identificação” (Mouffe, 1999:29). Mesmo compreendendo que “teoricamente, mulher é uma categoria de gênero” (Kofes, 1993:20), é preciso reconhecer, a partir da contribuição da Psicanálise, que a identidade individual das mulheres guarda forte relação com a identidade social de mulher. Talvez por isso, Mouffe propõe compreender as mulheres como “parecidos familiares”, conceito que toma a Wittgenstein, e que significa a unidade que guarda a diversidade das identidades individuais de todas as mulheres.

Em contraposição ao sujeito individual iluminista e buscando uma categoria aplicável à diversidade e distante de concepções essencialistas, Young-Eisendrath apresenta o conceito de pessoa: “Vou definir pessoa como sendo uma construção de experiência primária, de primeira ordem, que se refere a uma unidade corpo-

e-mente, uma mente corporificada ou um corpo espiritualizado” (Young-Eisendrath, 1993:182). Em Young-Eisendrath, a categoria pessoa refere-se a um ser humano que é, ao mesmo tempo, movimento, cognição e percepção, é uma categoria que articula os elementos da subjetividade e historicidade.

Diferente da concepção iluminista do sujeito individual, a pessoa não se realiza isoladamente, “a experiência pessoal é originalmente e continuamente uma existência compartilhada” (Young-Eisendrath, 1993:183), mas, de maneira semelhante, a constituição da pessoa demanda o uso da razão. A constituição da pessoa implica autoridade pessoal, a partir do que “as pessoas tomam decisões a respeito das próprias vidas e se consideram dentro dos contextos das vidas de outros” (Young-Eisendrath, 1993:191), a autoridade pessoal é, à semelhança do projeto no sujeito/movimento social, um elemento estruturador e de construção da pessoa, ao mesmo tempo que é produto desse processo, uma autoridade adquirida na trajetória de vida e que confere o sentido de liberdade e autonomia à pessoa. Por fim, Young-Eisendrath assinala o lugar das pessoas: “As pessoas são visíveis em público e são dotadas de todos os tipos de poderes e capacidade para desenvolver ação pública significativa” (Harré *apud* Young-Eisendrath, 1993:182).

O debate das categorias apresentadas expressa o esforço de elaboração feminista para solucionar a equa-

ção produzida pela prática de luta das mulheres pela individualidade, afirmando, a um só tempo, a diferença e as especificidades da identidade das mulheres, questionando o sujeito masculino universal e realizando a luta pela igualdade. Essa complexa equação organiza, de um lado, o binômio de luta pela igualdade e a crítica ao universalismo e, de outro, afirma a diferença ao mesmo tempo que luta contra a hierarquia e a desigualdade em geral a ela associada ou dela decorrente.

São por demais debatidos os termos dessa equação, que não é exclusiva do sujeito mulheres (Pierruci, 1995; Tourraine, 1998; Castells, 1999). A crítica à universalização do indivíduo masculino corre o risco de cair em simplificações, contrapondo ao masculino universal um feminino também universal e, portanto, essencializante. Esse risco pode, entretanto, ser reduzido se se afirma a igualdade de direitos no contexto das relações sociais (Jelin, 1994b). De outro lado, é também problemática a afirmação da diferença, sendo, porém, outro o resultado, quando se apontam múltiplas diferenças, afirmando-se, assim, a multiplicidade das pessoas e dos sujeitos sociais. Na história do feminismo, a pluralidade de afirmações identitárias contribuiu para enfraquecer a visão fixa e binária da igualdade-diferença, relação na qual, em geral, à igualdade corresponde homogeneização e a diferença está esvaziada de valor e poder (Scott, 1996).

Há e houve disputas dos significados da diferença e da igualdade, palavras usadas para justificar tratamen-

tos desiguais ou desvelar esses mesmos tratamentos. Como afirma Scott (1996): este par binário não é verdadeiro nem atemporal. As disputas em torno dele se travam em espaços e tempos históricos. As palavras têm história, e o discurso em torno delas implica conflito, disputa e poder.

Tendo exposto parte das dificuldades e possibilidades dos usos das categorias disponíveis para referir as mulheres, posso agora afirmar simplesmente o que parece óbvio: ao adotar a terminologia de mulheres, não estarei aqui nem me referindo às mulheres como sujeito, movimento social, nem aludindo a uma essência feminina ou identidade fixa de mulher, estarei me referindo tão-somente às pessoas do sexo feminino que, com todas as outras pessoas do sexo feminino, compartilham a identidade social de mulher e mais tantas outras identidades sociais quantas suas posições nas relações sociais.

A noção de posições do sujeito é apontada como importante contribuição pós-estruturalista para uma teoria do sujeito. “A premissa básica do pensamento pós-estruturalista sobre o sujeito é que discursos e práticas discursivas fornecem posições de sujeito, e que os indivíduos assumem uma variedade de posições de sujeito dentro de diferentes discursos” (Moore, 2000:22). Com essa referência, Moore desenvolve a idéia de sujeito marcado por múltiplos discursos de gênero, às vezes contraditórios e muitas vezes conflitantes, ao que podemos agregar a noção de divisões sociais (Anthias;

1998:509), que rompe com a possibilidade de uma identidade fixa para os sujeitos sociais posto que se constituem em relações de diferenciação politicamente não neutras.

Destaco, por isso, que o feminismo, ao focar as mulheres, está sempre analisando as mulheres sob determinado contexto histórico e cultural, com divisões sociais particulares, o que explica parte do que são e do que podem em determinada sociedade. As mulheres estão em ação nesse contexto, afirmando sua individualidade, ascendendo à cidadania, embora muitas delas ainda não estejam constituídas como sujeito.

Gênero. Categoria de representação e de análise

O conceito de gênero tem adquirido crescente importância nas análises sociais de diferentes orientações políticas. Em que pese essa tendência, gênero é ainda um conceito impreciso, um conceito em construção e disputa, exceto naquilo que se refere ao seu componente principal: a idéia de sexo socialmente construído. Esse componente afirma a desnaturalização das práticas sobre ser homem e ser mulher e confere historicidade a essas práticas. Para além desse componente, o sentido e os usos do gênero, entretanto, são múltiplos e, às vezes, erráticos.

Um uso freqüente de gênero é como categoria descritiva, ainda que utilizada de modos diversos. Em alguns estudos, gênero confunde-se com a variável sexo,

em outros, é tratado como sinônimo de mulher, há ainda o uso do conceito para descrever as relações interpessoais entre mulheres e homens (Izquierdo, 1994). Muitas são, entretanto, as proposições e os usos de gênero como categoria de análise. Esse uso analítico do gênero faz-se articulado às diferentes tradições teóricas, apontadas nos trabalhos que reconstroem a gênese da categoria (Barbieri, 1991; Gomáriz, 1992; Fonseca, 1996). Para algumas autoras, entretanto, os usos do gênero como categoria analítica ainda é pouco desenvolvido, exigindo uma “melhor explicitação metodológica do uso que se dá a ele na construção do objeto” e “uma avaliação dos limites de seu fôlego interpretativo” (Heilborn, 1992; Abbott e Wallace, 1997).

Os usos do gênero são também diversos se pensados a partir dos campos disciplinares e objetos de pesquisa, assim como também são diversos os sentidos que lhe conferem diferentes autores. Para alguns, gênero é estrutura ampla, englobando a economia e o Estado, assim como a família e a sexualidade (Connel *apud* Nascimento, 1999:189); para outros, é apenas interação entre homens e mulheres, ou configuração de modelos hegemônicos de masculinidade e feminilidade (Valdés e Olavarria, 1997). No âmbito dos estudos sobre desigualdades e divisões sociais, seu uso crescente se faz *pari passu* ao de outras categorias, não tão recentes quanto ele, como raça, etnicidade, geração, ou confrontado com categorias clássicas das Ciências Sociais como classe e

status. Sublinho ainda os usos de gênero articulado a outras categorias, classe e raça principalmente, em torno a uma única estrutura de dominação (Safiotti, 1992; Scott, 1994).

Entre os campos disciplinares, é na política onde talvez esteja menos desenvolvido o uso do gênero, ao passo que “existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social, nas questões de saúde, sexualidade, violência, artes e literatura” (Costa, 1998:74). Os estudos feministas, nas Ciências Políticas, Antropologia e Sociologia Política — inclusive no Brasil — são a fonte responsável pela maior parte das contribuições analíticas sobre gênero e as diversas configurações do poder político e do poder na política. Essas contribuições se realizam, entre outras formas, através da problematização da democracia liberal e dos diferentes modelos de Estado (Alvarez, 1988; Mouffe, 1999; Buarque, 2001).

Neste artigo, proponho a adoção de gênero como categoria de análise do poder e da política, mas não apenas nesse modo. Sublinho a pertinência da adoção de gênero como atividade, posto ser também uma relação, mais precisamente, proponho gênero como atividade humana relacional a um só tempo de representação das diferenças e articulação das relações de poder.

Para compreender gênero nesses termos, apóio-me, de um lado, na análise do conceito de representação social discutido por Taciana Gouveia (Gouveia, 1993) e, de outro, na argumentação de base pós-estru-

turalista elaborada por Scott (Scott, 1995 e 1996). Sobre esse aspecto, considero aquilo que encontrei em Scott acerca da noção de diferença e desconstrução e sobre discurso e poder relacional aportados respectivamente por Derrida e Foucault (Scott, 1996).

A já bastante conhecida conceituação de gênero, elaborada por essa autora, contém, em sua primeira parte, o elemento-chave para a compreensão da importância da representação social na construção do gênero: “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott, 1995:11). A expressão ‘percebida’ é a chave e o núcleo articulador da formulação, que afirma assim a não-fixidez da idéia de feminino/mulher, masculino/homem, categorias de gênero, e implica a necessária atividade de reelaboração sobre o dado empírico da diferença, já compreendida como percepção e não como acesso direto à diferença. A percepção das diferenças, base da atividade de construção do gênero é, pois, estritamente vinculada à atividade de representação social que, por seu turno, é atividade intrinsecamente associada à articulação do poder, como irei demonstrar.

A noção de representação constitui-se por duas diferenciações principais. Representação é atividade, relação social e não-imagem, e representação distingue-se dos conceitos de simbolização e ideologia (Gouveia, 1993). A representação pode ser atividade individual ou coletiva, embora esteja mais diretamente associada aos

indivíduos, mas sempre se estabelece como relação social e toma por base a relação sujeito/objeto.

A relação sujeito/objeto pode ser descrita, por essa autora, em dois momentos: a percepção, primeiro momento que implica operações classificatórias; e a representação, segundo momento, que implica recriação do sentido da experiência já vivida. A representação é compreendida como “atividade mediadora entre o vivido e o verbalizado” (Gouveia, 1993:78) ou, dito de outro modo, a representação é a atividade mediadora entre a experiência e a linguagem, elemento de constituição do discurso.

Nesse ponto, a noção de discurso em Foucault é conceito auxiliar importante para entendermos gênero como atividade de articulação do poder. Como enfatiza Scott, para Foucault “O discurso é estrutura histórica, social e institucionalmente específica de enunciados, categorias, termos e crenças. Foucault sugere que a elaboração de significados implica conflito e poder, sugere também que os significados são questionados localmente dentro de campos de força e que o poder de controlar certos campos reside nas possibilidades de as alegações estarem referidas a saberes incrustados em instituições, organizações disciplinares e profissionais e nas relações sociais”. (Scott, 1996:87-88).

Gênero conforma um desses campos discursivos, campo no qual a atividade de representação se faz sobre ‘as diferenças percebidas entre os sexos’. Os discursos que aí emergem constroem o masculino e o femini-

no, o que pode um homem e uma mulher em determinados contextos, ou seja, os discursos orientam as práticas de ser homem e ser mulher, construídas como diferença. O conceito de diferença que é trabalhado por Scott a partir das contribuições de Jacques Derrida, implica a noção de que o significado é construído através do contraste, e que uma noção positiva se apóia na negação de algo que se apresenta como antitético a ela produzindo oposições que operam em contextos específicos de modo diferenciado (Scott, 1996: 89).

O argumento de Derrida é que a tradição filosófica ocidental fundamenta-se em oposições binárias hierárquicas, em que o primeiro termo tem primazia sobre o segundo, seu dependente. Para Derrida, as dicotomias são construídas e encarnam processos particulares (Scott, 1995:89-91). No meu entender, essas dicotomias, inclusive a dicotomia homem-mulher, são reconstruídas e atualizadas pela atividade de representação social para propósitos particulares em contextos particulares. A compreensão de que as dicotomias encarnam processos particulares parece-me importante como elemento explicativo da não-fixidez na representação do gênero. A mesma noção me conduziu a pensar na vinculação entre produção de sentidos, cotidiano e construção do gênero na forma de oposição binária.

Para Agnes Heller, “a vida cotidiana é a vida do indivíduo” (Heller, 1989:20), inscrita no centro do acontecer histórico. Sua estrutura é constituída por esferas heterogêneas e é dotada de hierarquia. As esferas da vida

cotidiana apontadas por Heller são a “organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação” (Heller, 1989:45). Para Heller, a hierarquia das esferas heterogêneas é o que possibilita que se mantenha em movimento simultâneo no correr da vida cotidiana. Heller acrescenta, ainda, que na vida cotidiana, em suas diferentes esferas e através de sua hierarquia, atua-se de forma espontânea, pragmática, com vistas a objetivos e, ao mesmo tempo, de forma fixa, repetida, regular e rotineira. Espontaneidade e rotina implicam-se mutuamente.

Ora, como sublinha Heller, a ação na vida cotidiana e as escolhas por ela exigidas, dadas a espontaneidade e a rotina, estão orientadas por analogias com situações precedentes, juízos provisórios, preconceitos. Nesse sentido, e como a própria Heller indica, a atividade individual na vida cotidiana não é, dado o tipo de idéia que orienta suas ações, uma atividade completamente individual e tende à alienação, pelo seu automatismo, ou mimese, para usar expressão da autora.

Por outro lado, a atividade de representação, compreendida como relação social realizada através do indivíduo, encontra terreno propício para sua realização na vida cotidiana. Gouveia sublinha que “as representações sociais têm (...) a função de fazer com que os indivíduos ou grupos se apropriem da realidade a partir

de suas carências e vivências diárias”, que “relacionam-se com fragmentos da vida cotidiana, e situam-se no presente” (Gouveia, 1993:87).

Essa condição particular e vinculada a interesses/necessidades presentes daquele que representa, abre a possibilidade de produção de novos sentidos pela representação social. Destaco, por isso, a afirmação de Jovchelovich, para quem, na representação social, “o sujeito psíquico (...) não está nem abstraído da realidade social, nem meramente condenado a reproduzi-la. Sua tarefa é elaborar a permanente tensão entre um mundo que já se encontra constituído e seus próprios esforços para ser um sujeito” (Jovchelovitch, 1994:78).

Dessa vinculação entre produção de sentido, situada no presente, e objetivos pragmáticos cotidianos decorre a conformação do cotidiano como espaço de produção e reprodução de sentidos, espaço de representação social do gênero. O gênero pode, a partir desse ponto, ser compreendido como se realizando em diferentes esferas do cotidiano, e não apenas na esfera privada e doméstica, sendo possível pensar-se o gênero no cotidiano da política.

A atividade de representação, entretanto, não é a única atividade humana de produção de significados. Embora diferente, “não é possível pensar representação dissociada de processos mais amplos como a simbolização e as produções ideológicas” (Gouveia, 1993).

Esses dois processos também podem ser, e aqui o são, considerados sob o ponto de vista das diferenças socialmente construídas sobre o sexo, quer como dominação simbólica masculina (Bourdieu, 1995), quer como ideologia patriarcal (Puleo, 1995). Para efeito de meus argumentos, interessa sublinhar que a categoria de representação social me parece oferecer melhores possibilidades analíticas que as demais.

Simbolização é a atividade relativa à produção de significados e símbolos, atividade que define todos os sentidos possíveis do que chamamos cultura. “Esta capacidade de simbolização permite a constante criação, elaboração, transformação dos produtos humanos” (Gouveia, 1993:89). Nesses termos, gênero seria simbolização na medida em que as codificações culturais sobre os corpos sexuais são exigências de classificação que a vida social demanda para ter sentido. Entretanto, gênero, quando tomado como simbolização, implica uma dupla problematização para se pensar a política.

A primeira delas é que gênero torna-se um ponto de vista esvaziado da dimensão relacional do poder, tornando-se tão-somente uma atividade necessária a exemplo do que sugere Nascimento: “Em sentido mais estrito, a diferença entre os sexos é uma classificação assim como é a classificação da natureza em geral. Assim como dividimos o mundo em que vivemos em alto e baixo, esquerda e direita, sagrado e profano, puro e impuro e, a partir dessa divisão, conseguimos dar sentido às nos-

sas ações, também o dividimos em masculino e feminino, e esta divisão nos fornece recursos eficazes para a estruturação de nossa vida em sociedade” (Nascimento, 1999).

Nessa perspectiva, mulheres e homens, categorias de gênero, cumpriam função, ou papel, estruturador do todo da vida social. Ainda que seja possível pensar esses papéis como problematicamente estruturados, desigualmente distribuídos e até injustos, essa perspectiva não rompe inteiramente com uma perspectiva funcional do gênero, o que, como já apontei anteriormente, tem sido uma recusa constante das mulheres desde quando constituíram-se como sujeito político.

Em sentido inverso, ou seja, supervalorizando a dimensão de poder, gênero como simbolização pode ser absolutizado na forma de violência simbólica, base da dominação totalitária e universal masculina. É assim em Bourdieu para quem “A violência simbólica impõe uma coerção que se institui por intermédio do reconhecimento extorquido que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante na medida em que não dispõe, para o pensar e para se pensar, senão de instrumentos de conhecimento comum com ele e que não são senão a forma incorporada da relação de dominação” (Bourdieu, 1995:142).

A dominação masculina elaborada nesses termos não abre possibilidades para a individualização nem para a constituição de sujeitos, portadores de projeto e, por-

tanto, de um pensar autônomo. Na gênese de tal projeto, as determinações externas são reelaboradas, o real é apropriado através do ato de conhecer, ato reflexivo e crítico. Sob a violência simbólica, entretanto, somente é possível o pensar a partir do outro, de forma heterônoma. Sob a violência do poder simbólico, só é possível a subordinação, o que não deixa brechas para a emergência da política.

Se, por outro lado, tomarmos a produção do gênero como ideologia, teremos novos problemas. Gouveia nos remete ao conceito de ideologia em Durham: “Sistemas amplos, coerentes e cristalizados de idéias que fornecem uma explicação e uma justificação da natureza, da sociedade e das relações de poder em termos de sua legitimidade e ilegitimidade; ideologia é aquilo que diz respeito à formulação de projetos hegemônicos, isto é, propostas políticas de transformação ou manutenção da ordem social no sentido de assegurar a dominação de uma classe sobre a outra...” (Durham *apud* Gouveia, 1993:90).

Nesses termos, e considerando o gênero, poderíamos pensar tão-somente em ideologia patriarcal. O problema aqui reside em que a categoria de patriarcado já foi exaustivamente criticada por autoras feministas, em especial porque não oferece possibilidades de análise para relações de dominação não-patriarcais, o que limita sua aplicação à análise de contextos em diferentes tempos históricos, ainda que seja possível sua adoção, em alguns contextos particulares (Rowbotham, 1981).

Um segundo problema no uso da noção de ideologia patriarcal é que a ideologia precisaria ser contrarrestada por sujeitos sociais engajados na disputa por hegemonia, entretanto, o sujeito mulheres, movimento social, está ausente em muitos espaços da vida social e política. Em contrapartida, a idéia de gênero como atividade de representação social, embora não possa ser pensada isoladamente das atividades de simbolização e da ideologia, oferece a possibilidade de compreender os meios através dos quais as pessoas, indivíduos em curso e ainda não constituídas em sujeitos, e os sujeitos coletivos, vão atualizando e disputando os sentidos e significados do gênero em seu cotidiano. “Além disso, sendo os produtos ideológicos constituintes da realidade, eles serão também objetos de representações sociais.” (Gouveia, 1993:95).

Percebe-se do exposto que compreendo os três níveis de produção de significados atuando articulados, mas de modo diferente, nos termos sintetizados: “A cultura cria significados e normatizações, a ideologia vai atuar no sentido de dar ordem e legitimidade a esse universo humano”, enquanto as representações sociais atuam “situando-se num plano mais micro, na relação indivíduo/grupos e a sociedade, tendo como base as vivências do cotidiano, mas não se encerrando aí definitivamente.” (Gouveia, 1993:90)

Essa compreensão oferece-nos a possibilidade de aprofundar os elementos para superação e mudança,

nesse caso do gênero na política, tanto a partir das pessoas e seu cotidiano como através do sujeito, movimento social, posto que a representação pode ser também uma atividade coletiva.

Em resumo, os elementos de meus argumentos para adoção da idéia de gênero como atividade de representação e de articulação do poder são: de um lado, a atividade de representação é uma das formas de construção das diferenças, base de toda desigualdade, que se faz a partir da elaboração de sentido sobre a percepção que se constrói sobre as diferenças. De outro lado, sendo relação, a atividade de representação implica disputa de significados sobre a diferença em elaboração, e, portanto, a atividade de representação não exclui a dimensão de poder. Ao contrário, a inclui como relação em suas múltiplas possibilidades, dominação, subordinação, resistência, conflito. Por fim, ao abrir a possibilidade do conhecimento, a representação contribui para elaboração de discursos sobre as diferenças e para a constituição de campos de força discursivos, através dos quais, como sustenta Foucault, constitui-se o próprio poder.

Representação e articulação do poder são atividades que afastam definitivamente o gênero de qualquer possibilidade essencialista, fixa e imutável, das categorias homem e mulher e do próprio gênero. Representação e articulação do poder são atividades que, para serem compreendidas, exigem que nos detenhamos tan-

to sobre a ação dos indivíduos como de coletividades, “ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como ocorre a mudança.” (Scott, 1995:10).

Representação e articulação do poder são atividades que explicam porque o lugar das mulheres no mundo, e na política, deriva mais do sentido de que se revestem as atividades que as mulheres realizam do que das atividades elas mesmas (Michelle Rosaldo *apud* Scott, 1995). É preciso, entretanto, “substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado, por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais discursivamente constituídas em “campos de forças.” (Scott, 1995:10).

Enfim, a compreensão de gênero como atividade humana relacional de representação e de articulação de poder oferece-me respostas às perguntas teóricas que se coloca Chantal Mouffe sobre como se constrói a categoria mulher dentro de diferentes discursos, como se converte a diferença sexual em uma distinção pertinente às relações sociais e sobre como se constroem relações de subordinação através da distinção (Mouffe, 1999).

Tendo demonstrado os limites de gênero como simbolização e ideologia e justificado a minha opção pela conceituação de Joan Scott, parece-me ainda necessário tecer alguns comentários sobre os usos do gênero como categoria analítica. Apóio-me, mais uma vez,

no referencial da própria Scott (1996) que, referida em Jacques Derrida, valoriza a noção de desconstrução como função analítica. Considero ser essa uma possibilidade analítica do gênero.

A partir de Derrida, essa autora compreende que desconstruir significa analisar as diferenças nos textos e as formas como se articulam os significados para construir essa diferença. A atividade de desconstrução das diferenças revela a interdependência dos termos aparentemente dicotômicos e os mostra como oposições não naturais, mas construídas, sem, entretanto, negar as diferenças. “La desconstrucción de una oposición binaria no es por lo tanto la aniquilación de todos los valores y diferencias; es um intento por seguir los efectos sutiles y poderosos de la diferencia en acción dentro de la ilusión de una oposición binaria.” (Barbara Johnson *apud* Scott, 1996:91).

O gênero na política

Na parte final de seu artigo, Scott (1995) toma como exemplo a política e o poder na perspectiva analítica do gênero. Ela escolhe esse campo da vida social por avaliar que o gênero é corriqueiramente considerado “uma categoria antitética aos negócios sérios da verdadeira política” e por ser nos estudos sobre política onde mais fortes foram as resistências à inclusão dos estudos de gênero e da categoria, em que pese sua relevância na opinião da autora. “Quando os/as historiadores/as pro-

curam encontrar as formas pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas avançam no sentido da compreensão da natureza recíproca do gênero e da sociedade, e das maneiras particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política.” (Scott, 1995:13)

Aplicando sua própria teoria, Scott aponta como o gênero é uma das formas recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado, — demonstrando que o gênero é uma das formas de significar o poder em um jogo permanente de representações. Scott exemplifica suas afirmações recuperando exemplos de analogias entre as categorias de gênero e elementos do poder relativos aos governos e Estados: potência nacional associada à virilidade, legitimação da guerra através do apelo à virilidade dos jovens e necessidade de proteção das mulheres e crianças. Ela destaca também exemplos de analogias entre o Estado e o povo com o casamento e o lugar da esposa. Toma, nesse caso, como exemplo, argumentação de Louis Bonald, de 1816, que, debatendo sobre o divórcio, afirmava: “A fim de manter o Estado fora do alcance do povo, é necessário manter a família fora do alcance das esposas e das crianças” (Bonald *apud* Scott, 1995:13). De modo geral, essas e outras analogias apresentadas e comentadas pela autora atuam em duplo sentido, afirmam a hierarquia da política sobre a vida doméstica e do homem sobre a mulher e, ao fazê-lo, destacam a irrelevância das mulheres para a política.

Um segundo esforço analítico da autora articula o contexto dos Estados autoritários e o controle das mulheres. Os contextos por ela referidos são o do governo de Stálin na Rússia, no momento da política nazista na Alemanha e no triunfo do Aiatolá Komeiny no Irã. Nesses contextos, Scott aponta que os códigos de classificação e diferenciação de mulher e homem traduziram-se em leis de diversas ordens, proibindo a participação política das mulheres, limitando o trabalho assalariado das mães, proibindo o aborto, impondo códigos de vestuários. Sem prejuízo da análise de Scott, poderíamos lembrar aqui e incluir nesta lista de exemplos o uso do estupro como arma de guerra, a exemplo do que assistimos na Guerra da Bósnia. Em relação a todos os casos, o pensamento de Scott explica: Na maioria dos casos, o Estado não tinha nada de imediato ou nada de material a ganhar com o controle das mulheres. Essas ações só podem adquirir um sentido se elas são integradas a uma análise da construção e da consolidação do poder” (...) “uma afirmação de controle ou de força tomou a forma de uma política sobre as mulheres”. (Scott, 1995:14).

Tomando exemplos mais recentes, Scott faz referência aos regimes democráticos do século XX. Para ela, aí também o gênero referencia elementos ideológicos do poder. O Estado de Bem-Estar é tomado como caso. Nele, Scott aponta as políticas de bem-estar através das quais o Estado “demonstrou seu paternalismo protetor através das leis dirigidas às mulheres e às crianças”. (Scott, 1995:14).

Se, por um lado, como demonstra Scott, é possível perceber a significação do poder através do gênero, ou seja, de como o gênero articula e influencia a política; de outro, é também possível analisar as implicações decorrentes da política sobre a estruturação das diferenças e desigualdades entre mulher e homem. Este é o caso da “grande dicotomia” público – privado (Bobbio, 1987).

Sob esse título, Bobbio analisa a grande dicotomia da sociedade moderna, da qual, em sua opinião, derivam muitas outras. Para efeito de meus argumentos, a dicotomia público-privado e algumas de suas derivações serão analisadas, aqui, na perspectiva do gênero, tomando Bobbio e autoras feministas como referência. Tratarei das possibilidades de desconstrução da grande dicotomia e de alguns pares dicotômicos, Estado-família, política-economia, natureza-cultura, governo-cidadão, este último caso considerado no marco da democracia e cidadania liberal.

Para Bobbio, o tratamento em antítese, próprio das dicotomias, oferece diversas vantagens, seja em seu uso descritivo, axiológico ou histórico. No primeiro caso, um termo ajuda a evidenciar o outro. Bobbio observa os descritores dos termos das dicotomias e indica as falhas na vinculação direta entre as dicotomias correlatas à grande dicotomia. No uso axiológico, o tratamento em antítese oferece a vantagem de comparar o juízo de valor sobre uma frente ao juízo de valor sobre o outro. Nesses termos, Bobbio sublinha que, quando é atribuí-

do um significado valorativo a um dos termos da dicotomia, o outro passa a ter significado negativo. Isso ocorre, segundo Bobbio, porque, no sentido descritivo, os termos aparecem como contraditórios. Acrescento que o uso axiológico revela a disputa de significados no processo de estabelecimento da dicotomia e do poder que, através dela, se estrutura. Por fim, em seu uso histórico, a antítese delineia a passagem do primado de um termo sobre o outro em diferentes épocas, ao que Bobbio denomina “a revanche”. De todos os modos, o tratamento em antítese não reestrutura o poder, como veremos a seguir.

É na diferenciação entre o direito público e o direito privado que a dicotomia se funda, refletindo a situação de um grupo social em um contexto no qual já se instituiu a propriedade privada. Para Bobbio, “a dupla de termos público / privado, fez seu ingresso na história do pensamento político e social do ocidente” a partir do direito e no contexto de formação do Estado moderno (Bobbio, 1987:13).

Ao público, o direito atribui a sociedade de desiguais, no caso, o Estado, enquanto ao privado atribui a sociedade de iguais com base em contrato de reciprocidade. Aqui temos nosso primeiro problema com a grande dicotomia. A família, compreendida como instituição da esfera privada, é uma sociedade de desiguais, quer pela diferenciação geracional, pela desigualdade de gênero ou pelo poder patriarcal, modelo hegemônico de família à época de constituição do Estado moderno.

Deveria, por isso, estar considerada na mesma esfera que o Estado, mas não está.

Esse exemplo, para Bobbio, demonstra que as duas dicotomias, público/privado e Estado/família, não se sobrepõem por completo. Na perspectiva da categoria de gênero, entretanto, a questão oferece o primeiro argumento para desconstruir a dicotomia. Afirma-se que “sem medo de errar, podemos dizer, de imediato, que essas tradicionalíssimas instituições da sociedade são completamente maleáveis diante da vontade econômica e, portanto, também da vontade política” (Buarque, 2001:3). Essa autora toma, como exemplo, a confrontação entre a ampliação do poder do Estado e a redução das funções da família, no Estado do Bem-Estar, e as propostas atuais de redução do Estado e a ampliação das funções da família. A dupla antitética Estado-família / público-privado demonstra-se mais complementar que antitética, suas fronteiras são fluidas e alteradas sem reservas. A dicotomia revela-se, então, apenas meio através do qual o poder articula-se em torno do controle sobre o Estado e a família, os espaços públicos e privados, construindo a diferença na forma de oposição binária.

A argumentação de Alvarez explicita como a articulação do poder através da dicotomia público/privado se faz também através do gênero que reveste de significado os dois espaços. “Como o Estado moderno representa a divisão institucional quinta-essencial entre as esferas ‘públicas’ e a ‘privada’ ou o pessoal da atividade

poder genérico ao restringir o gênero feminino à última esfera, reforçando politicamente os limites que têm confinado a mulher social e historicamente. A política torna-se então o domínio do homem e das questões ‘masculinas’, e questões (...) como reprodução, (...) guarda das crianças, (...), etc, são predefinidas como externas à esfera política propriamente dita.” (Alvarez, 1988:319).

Uma segunda dicotomia derivada de público/privado é a dicotomia política-economia. A política é associada à esfera do Estado, espaços dos desiguais, enquanto a economia está associada à esfera privada, espaços dos iguais. Também aqui a dicotomia política - economia não se sobrepõe completamente a público-privado e esfera da desigualdade - esfera da igualdade. O próprio Bobbio aponta o desencontro decorrente da divisão do trabalho, que nos impede de entender a economia como esfera da igualdade. Em termos similares, poderíamos argumentar que, na articulação do poder através do gênero, economia e política constituíram-se como esferas similares, sendo espaços de igualdade, ainda que apenas para alguns homens, enquanto as mulheres estiveram excluídas de ambas. A cidadania, na esfera da política, sequer se colocava como possibilidade para as mulheres como grupo. Como apontado por Bobbio (1987) e ratificado por Rossi-Doria (1995), as mulheres estiveram privadas da propriedade e de representar.

No âmbito do feminismo, duas linhas de argumentação principais podem ser levantadas na desconstrução da dicotomia público/privado. A primeira delas já foi referida. Trata-se do falso suposto da representação da esfera privada como esfera da igualdade, “as relações de poder na esfera íntima têm sido tratadas como se não existissem”. (Benhabib *apud* Pedreira, 1999:283).

Outra linha de argumentação, mas, nesse caso, firmada sobre a elaboração da diferença, oferece-nos Carole Paternam. Essa autora afirma que: “A separação entre o privado e o público é a separação do mundo da sujeição maternal, quer dizer, das mulheres, do mundo das relações convencionais e individuais, quer dizer, dos homens. O mundo feminino, privado, da natureza, particularidade, diferenciação, desigualdade, emoção, amor e laço de sangue, está posto à parte do âmbito público, universal - e masculino - da convenção, igualdade civil e liberdade, razão, acordo e contrato” (Paternam, C. *apud* Mouffe, 1999:38).

Essa argumentação é um exemplo dos sentidos que a disputa de significados pela dicotomia pode tomar, qual seja reforçar uma visão essencialista das categorias de gênero e reforçar a própria dicotomia, em novas bases, ao invés de desconstruí-la. A citação ilustra também os equívocos em que se pode incorrer ao não se adotar gênero tal como aqui proposto. Dela deriva, em parte, a dicotomia público-doméstico, uma variação da grande dicotomia.

No caso do gênero, a identificação do privado com o doméstico desempenhou papel importante na subordinação das mulheres. Ortnner considera que essa associação deriva de uma terceira dicotomia, na nossa ordem de tratamento aqui, qual seja natureza – cultura, na qual a cultura é o termo dominante e as mulheres estão associadas ao primeiro termo, a natureza (Ortnner *apud* Branco, 1988). À natureza, associam-se a reprodução biológica, os cuidados com a vida e a morte das pessoas, atividades referidas à vida íntima e doméstica na era moderna. O sujeito portador do discurso, que elabora sobre a cultura e a natureza, articulando seu poder através do gênero, produz a exclusão das mulheres e de tantos grupos humanos quanto o seu próprio poder puder associar com a natureza, as crianças, por exemplo.

A dicotomia natureza-cultura vem sendo reeditada a partir dos debates recentes sobre desenvolvimento sustentável. Para Fiúza (2001), “por detrás da valorização da preservação ambiental, escamoteiam-se relações sociais de exploração que relegam a mulher a uma condição universal de proximidade com a natureza” (Fiúza, 2001:88). Moore (Moore *apud* Branco, 2000) procedeu ao esforço de desconstruir essa argumentação apontando a complementação dos dois termos, natureza e cultura, e sua vinculação ao projeto ocidental iluminista, incluindo, portanto, a dicotomia entre os produtos de

uma tradição intelectual particular e de uma trajetória histórica específica.

Participação: engendrando a cidadania

Resta-nos ainda analisar a dicotomia governo-cidadão referida à cidadania que aqui terá sua desconstrução observada mais detidamente. Como referido, apóio-me nos estudos políticos feministas do campo não-liberal. A dicotomia será, por isso, criticada a partir da discussão sobre a democracia e a cidadania e na perspectiva da crítica ao liberalismo, componente dela estruturador.

No âmbito do feminismo, pelo menos três vertentes podem ser sistematizadas quanto a uma crítica à perspectiva liberal da cidadania. Uma delas é elaborada na perspectiva essencialista e será apresentada acompanhada das críticas do próprio campo feminista. Uma segunda vertente de críticas apóia-se no marxismo, mas, nesse caso, não aponta alternativas, evacuando de sentido idéias como cidadania, participação (Dietz, 1999) e, por isso, não será aqui analisada. A terceira vertente está referida à idéia de democracia radical, para qual o projeto democrático radical é aquele cujo objetivo seja a articulação de distintas formas de opressão, tantas quantas as diferentes posições dos sujeitos sociais, onde se deveriam aplicar os princípios da liberdade e igualdade (Mouffe, 1999).

Em bases essencialistas, o chamado feminismo maternal reedita uma dicotomia. Tal pensamento opõe a ética do cuidado à ética da justiça, compreendendo esta última como masculina e liberal, e aponta a família como o espaço de onde deve ser buscada uma nova moralidade política que contrarreste o individualismo liberal (Carol Gilligan *apud* Mouffe, 1999). Temos aqui uma reedição ou nova diferenciação entre masculino e feminino, colocando em oposição a ética do cuidado e a ética da justiça. Mary Dietz desconstrói facilmente a dicotomia afirmando sua oposição aparente: “As virtudes maternas não podem ser políticas posto que estão conectadas com e emergem de uma atividade que é especial e distintiva. São a expressão de uma relação desigual entre mãe e filho a qual é também uma atividade íntima, exclusiva e particular. A cidadania democrática, ao contrário, deve ser coletiva, inclusiva e generalizada. Como a democracia é uma condição na qual os indivíduos aspiram ser iguais, a relação mãe-filho não pode contribuir com um modelo adequado de cidadania”. (Dietz, *apud* Mouffe, 1999:36).

Dietz, em sua crítica à cidadania liberal, afirma ainda que: “No liberalismo a cidadania chega a ser não tanto uma atividade coletiva e política como uma atividade individual e econômica (...) De maneira semelhante, a democracia está mais relacionada com um governo representativo, e com o direito a votar, que com a idéia da atividade coletiva e participativa dos cidadãos no âmbito público.” (Dietz, 1999:10).

Como indivíduo, no liberalismo, é uma noção excludente, a esfera da economia não é representada como própria da mulher, e o governo representativo foi espaço interdito para as mulheres por longo tempo. O feminismo propõe como alteração uma cidadania coletiva e participativa. Para Dietz, a política não é redutível ao governo representativo nem ao mundo público, mas compromisso coletivo e de participação dos cidadãos na resolução dos assuntos de sua comunidade, no que se inspira em Hannah Arendt. Em grande medida, essa formulação confronta os pares dicotômicos que opõe, de um lado, a economia-o privado-o cidadão à política-o público-o governo, rearticulando o poder.

Sob o ponto de vista do gênero, a dicotomia público-privado foi construída e atua como princípio de exclusão que articula o poder através da constituição das desigualdades, do gênero inclusive. Mouffe considera, por isso, que as limitações de cidadania, em grande parte daí derivadas, somente serão superadas se uma nova concepção de cidadania for construída e na qual a diferença sexual se converta em algo efetivamente não pertinente: “Podemos imaginar perfeitamente bem a possibilidade de que a diferença sexual se converta em algo irrelevante em muitas das relações sociais nas quais atualmente é relevante (...) minha tese é que o domínio do político e no que toca à cidadania, a diferença sexual não deve ser uma distinção importante” ... isso vai exigir, segundo Mouffe, “uma concepção verdadei-

ramente diferente do que é ser cidadão e como atuar como membro de uma comunidade política.” (Mouffe, 1999:40).

Ainda para a autora, “Os problemas com a construção liberal do público e o privado não se resolvem abrindo mão da distinção” (Mouffe, 1991:41), mas com uma concepção mais ativa de cidadania, sem deixar de lado a noção de direitos, contribuição liberal mais relevante da cidadania. Em Jelin, a cidadania está formulada nestas novas bases: “(...) de uma perspectiva analítica o conceito de cidadania refere-se a uma prática conflitiva vinculada ao poder, que reflete as lutas em torno de quem poderá dizer o quê no processo de definir quais são os problemas comuns e de que forma serão abordados. Tanto a cidadania como os direitos estão sempre em processo de construção e de transformação.” (Jelin, 1994:119).

Essa noção decorre das exigências colocadas pela presença na cena política de novos sujeitos sociais que, ao mesmo tempo, iluminam as desigualdades, razão de sua exclusão da cidadania, e ingressam na disputa pelos termos do debate sobre os direitos e a política. Entre esses sujeitos, estão as mulheres. Trata-se, agora, não tanto de luta por um poder legítimo, mas da luta pela “legitimidade de um debate sobre o legítimo e o ilegítimo – debate esse forçosamente sem avalista e sem término.” (Lefort *apud* Jelin, 1994:120).

Até aqui, pude demonstrar como, de certa maneira, o poder esteve constituído através do gênero e

como o gênero é construído pelo poder e, de outro lado, apresentar o que vem sendo elaborado pelo sujeito feminista como alternativa para uma rearticulação da política e do poder, em que o gênero seja algo irrelevante. Essas análises, entretanto, não apontam explicitamente para a resposta sobre como se constrói a mudança ou como sair do círculo vicioso da construção simbiótica do poder e do gênero.

Tendo a concordar com Scott (1995), quando afirma que, somente através do processo político, a mudança é possível. Alguns autores, entretanto, consideram que mudanças nas representações do gênero e da articulação do poder através do gênero dependerão de fatores externos ao próprio gênero e involuntários em relação à vontade dos agentes. Esse seria o caso, por exemplo, das situações revolucionárias que colocassem em questão a ordem estabelecida, ou de reestruturação dos processos produtivos e reprodutivos que colocassem em causa a hierarquia das esferas do cotidiano. Em todos os casos, porém, considero que os efeitos dessas mudanças não são automáticos, dependeriam das representações que se efetivassem a partir dessas experiências. Nessa mesma direção, Scott problematiza a dinâmica entre mudanças e permanência: "Noções antigas serviram igualmente para balizar novos regimes. Transformações nas estruturas de emprego podem modificar as estratégias de casamento (...) oferecer novas possibilidades para a construção de subjetividades, mas elas podem também ser vividas como novo espaço de

atividades para filhas e esposas obedientes. Crises demográficas causadas pela fome, pestes ou guerras colocaram, às vezes, em questão as visões normativas do casamento heterossexual (...) mas também, provocaram políticas natalistas que insistiram na importância exclusiva das funções maternas e reprodutivas das mulheres” .(Scott, 1995: 15).

Existem argumentos de que através das políticas públicas ou da maior participação das mulheres na política poder-se-iam promover compensações pela maior exclusão das mulheres e talvez reestruturações na organização social. Entretanto, a política de cotas é colocada em questão quanto à sua capacidade de promover a reestruturação do poder e as políticas públicas podem apenas funcionar como cooptadoras dos movimentos de mulheres, reinvestindo o Estado de seu poder paternalista, uma versão do patriarcado.

Há ainda a possibilidade de novos símbolos culturais emergirem, na constituição de novas subjetividades, novas representações e, quem sabe, até de novas ideologias, que poderiam reestruturar o gênero e o poder. Nesse caso, Scott sublinha que se novos símbolos “podem tornar possível a reinterpretação ou mesmo a reescritura da história edipiana, pode servir para atualizar este drama terrível em termos ainda mais eloquentes.” (Scott, 1995:15).

Enfim, só os processos políticos, compreendidos aqui como disputa de significados, elaboração de discursos do quais decorrem novas práticas e acordos, po-

dem oferecer alguma segurança sobre o sentido das mudanças. A idéia de constituição e fortalecimento de um espaço público de debate torna-se, então, estratégica, assim como a presença e participação política das mulheres - temas que merecem aqui alguns comentários posto ser a categoria participação política uma categoria em disputa.

Compreendo que a política não é redutível ao governo representativo nem ao mundo público, mas, nos termos de Dietz (1999), compromisso coletivo e de participação dos cidadãos na resolução dos assuntos de sua comunidade. Entretanto, como analisam muitas autoras, nas Ciências Políticas e na Sociologia Política, os estudos sobre participação política estão, no mais das vezes, associados ao Estado, participação em eleições, no Legislativo ou no Executivo (Costa, 1998). Algumas autoras consideram que “deve-se abrir mão da noção de representação como capaz de dar conta da participação política das mulheres” (Pinto, 1994:197), uma vez que “as mulheres têm uma participação afastada dos conceitos de participação política estabelecidos”.(Costa, 1998:72).

Por outro lado, algumas autoras apontam para problemas na noção de participação política das mulheres, ou da representação sobre a participação das mulheres: “As atividades coletivas e públicas das mulheres tendem, ainda hoje, a ser qualificadas como fruto de um engajamento social ou moral, mas não político” (Rossi-Doria, 1995:113). Seja pelo fato de a catego-

ria ser insuficiente para incluir as mulheres, seja pela necessidade de requalificá-la, ou, ainda, por se compreender política em termos mais largos do que as ações relacionadas ao Estado, em comum todas as autoras demandam uma outra concepção de participação.

A forma encontrada para ampliar a abrangência da categoria é, por um lado, incluir os significados da participação política não-institucional, ou seja, movimentos sociais e manifestações de massa (Pinto, 1994), e, de outro lado, incluir ações individuais das pessoas, o votar, ler caderno de política dos jornais, assistir a noticiários de política, ter preferência partidária (Siani *in* Bobbio, 1991).

Uma formulação que tomo como referência é a de Tabak (1983), que associa participação política com participação em processo decisório, definição de políticas públicas e sociais e mudança social. “Consideraremos que, ao filiar-se a um sindicato, passando a interessar-se pela sua atuação, ao participar de um congresso para discutir temas ligados à sua condição feminina, ao freqüentar reuniões de pais de alunos e até mesmo assembléias de condôminos de seu edifício, assim como ao manifestar-se publicamente contra ou a favor de determinadas medidas do governo, a mulher está fazendo política, no melhor sentido do termo e disso deve estar bem consciente. Qualquer uma dessas formas de ação significa influir, ainda que em níveis distintos, na formação e na condução da opinião pública, de importância marcante na sociedade que vivemos, na medida

mesma em que condiciona a ação dos órgãos de poder.” (Tabak, 1983:60).

Em resumo:

Ao tomarmos a política como questão feminista, é relevante considerar que a luta feminista pelo direito à política para as mulheres é também uma luta de cada mulher, no feminismo e fora dele, pela constituição de sua própria individualidade, condição primeira da constituição do sujeito. Em segundo lugar, é necessário compreender como gênero é constitutivo do poder e das relações de poder, inclusive o poder político. Neste âmbito, o do poder político, é importante considerar as interações entre liberalismo e essencialismo, assim como as críticas feministas a ambos. Por fim, sublinhamos a impossibilidade de inclusão das mulheres na política sem a necessária reestruturação da noção de política e participação política.

Referências bibliográficas:

ABOTT, Pamela e WALLACE, Clarie. *Introduction to Sociology. Feminist Perspectives*. London and New York: Routledge, 1997.

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In: STEPHAN, A. (org.), *Democratizando o Brasil*, Tradução de Ana Luíza Pinheiro...[et al.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ANTHIAS, Floya. Rethinking social divisions: some notes towards a theoretical framework. In: *Sociological Review*, 46, 3 : 505-535, 1998.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense-Universitária, Salamandra, Ed.Universidade São Paulo, 1981.

BARBIERI, Teresita de. Sobre la categoría género. Una introducción teórico-metodológica. In: AZEREDO, S. & STOLCKE, V. (coords.), *Direitos reprodutivos*. São Paulo: FCC/DPE, 1991.

BOBBIO, Norberto (org.). *Estado, governo, sociedade. Para uma teoria geral da política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira, 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Dicionário de política*. v.2 Brasília: UNB, 1991.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. Organizador da coletânea Renato Ortiz, tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

_____. A dominação masculina. *In: Educação e Realidade*, 20 (2): 133-183, 1995.

BRANCO, Adélia de Melo. *Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre*. João Pessoa: Editora UFPB, 2000.

BUARQUE, Cristina. *Reflexões sobre o poder e as instituições sob a ótica do feminismo*. Trabalho apresentado na Oficina Gênero, Poder e Instituições. GT Gênero da Plataforma de Contrapartes Novib no Brasil. Recife, 2001.

CASTELLS, Manuel. *O poder da indentidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v.2. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLLIN, Françoise. *Práxis da diferença. Notas sobre o trágico do sujeito*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, Recife: SOS CORPO, 1992.

COSTA, Ana Alice Alcântara. *As donas no poder. Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/FFCH/UFBA, 1998.

DAHLERUP, Drude. De uma pequena a uma grande minoria: uma teoria da 'massa crítica' aplicada ao caso das mulheres na política escandinava. *In: LAMAS, Marta (dir.) Debate Feminista. Cidadania e feminismo*. Edição Especial: 142-186. Brasília: Agende, 1999

DIETZ, Mary G. O contexto é o que conta. *Feminismo e teorias da cidadania*. *In: LAMAS, Marta (dir.), Debate Feminista. Cidadania e Feminismo*. Edição especial: 3-28. Brasília: Agende, 1999.

DUMONT, Louis. *O Individualismo. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

- FONSECA, Claudia. Uma genealogia do gênero. In: *Revista de Antropologia*, 1, 2: 1996.
- FRASER, Nancy. O que há de crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In: BENHABIB, S. E CORNELL, D. Tradução de Nathanael da Costa Caixeiro, *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. Mulheres na política de desenvolvimento sustentável, In: BRUSCHINI C. e PINTO, C. R. (orgs.), *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2001.
- GOUVEIA, Taciana Maria de Vasconcelos. *Repensando alguns conceitos: sujeito, representação social e indetidade coletiva*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco. (Mimeo.) 1993.
- GOMÁRIZ, E. Los Estudios de Género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: *Fin de Siglo. Género y Cambios Civilizatorio*. Ediciones de Las Mujeres n. 17. Santiago: Isis Internacional. 1992.
- GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano na história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder, 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: BRUSCHINI, C. & COSTA, A.O. (org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

IZQUIERDO, María Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, M. (org.), *Pensar las diferencias*, Barcelona: Universitat de Barcelona. ICD, 1994.

JELIN, Elizabeth. Las Familias en América Latina. In: *Familias Siglo XXI. Ediciones de Las Mujeres* n. 20: 75-106. 1994 a.

_____. Mulheres e Direitos Humanos, Tradução de Irene Giambiagi. In: *Estudos Feministas*, 2, 3: 117-149. 1994.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, S. (orgs.), *Textos em Representações Sociais*, 4. ed Petrópolis: Vozes, 1994 b.

KARL, Marilee. *Women and empowerment. Participation and decision making*. London & New Jersey: Zed Books Ltd, 1995.

KOFES, Sueli. Categorias analítica e empírica: gênero e mulher: disjunções, conjunções e mediações. In: *Cadernos Pagu*, n.1: 19-30. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero / UNICAMP, 1993.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. In: *Cadernos Pagu*, 14: 13-44, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero / UNICAMP, 2000.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: LAMAS, Marta (dir), *Debate feminista. Cidadania e feminismo*. Edição especial: 29-47. Brasília. Agende, 1999.

NASCIMENTO, Pedro Francisco Guedes do. *Ser Homem ou Nada: Diversidade de experiências e estratégias de*

atualização do modelo hegemônico da masculinidade em Camaragibe/PE. Dissertação de Mestrado em Antropologia Cultural. Universidade Federal de Pernambuco: (Mimeo), 1999.

PEDREIRA, Elena Beltrán Público e privado. Sobre feministas e liberais: argumentos em um debate sobre os limites da dimensão política. In: LAMAS, Marta (dir.), **Debate Feminista. Cidadania e feminismo**. Edição Especial: 279-298. Brasília: Agende, 1999.

PIERUCCI, Antonio F. Problemas com a igualdade. In: ADORNO, S. (org.), **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: UFRGS, SBS, 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFIOTTI, H. e MUÑOZ-VARGA, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: NIPAS; UNICEF, 1994.

PULEO, Alicia H. Patriarcado. In: AMORÓS, C. (dir.), **Diez palabras claves sobre mujer**. Madrid: Editorial Verbo, 1995.

ROSSI-DORIA, Anna. Representar um corpo. Individualismo e alma coletiva nas lutas pelo sufrágio. In: GROPPi, A. e BONACCHI, G. (orgs.), **O Dilema da Cidadania. Direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

ROWBOTHAM, Sheila. The trouble with patriarchy. In: SAMUEL, R. (Ed.) **People's history and socialist theory**. Londres: Routledge, 1981.

SAFIOTTI, Heleieth I. B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (org.) **Uma**

- Questão de Gênero.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos - Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem Fronteiras: Ações Coletivas na Era da Globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCOTT, Alison MacEwen **Divisions and Solidarities. Gender, Class and Employment in Latin America.** London: Routledge, 1994.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2. ed. Recife: SOS CORPO, 1995.
- _____(1996), Igualdad versus diferencia: los usos de la teoría postestructuralista. **Debate Feminista**, marzo-96: 203-222. Mexico: Debate Feminista, 1996.
- TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- TOURRAINE, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes.** Tradução de Jaime A. Clasen e Ephraim F. Alves. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- VALDÉS, Teresa y OLAVARRÍA, José (eds). **Masculidad/es: poder e crisis.** Chile, Santiago: Ediciones de las mujeres, 24, 1997.
- YOUNG-EISENDRATH, Polly. A pessoa do sexo feminino e como falamos dela. In: MACCANNEY GERGEN, M. (ed.), **O Pensamento feminista e a estrutura do conhecimento.** Rio de Janeiro / Brasília, Rosa dos Tempos- Editora da UnB. 1993
- YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico: algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In: BENHABIB, S. e Cornell, D. **Feminismo como crítica da modernidade.** São Paulo: Rosa dos Tempos, 1987.

O fortalecimento dos sujeitos individuais é fundamental e sem ele dificilmente conseguiremos chegar aos outros processos, mas ele não é suficiente. De modo geral, quando as mulheres começam a participar de alguma atividade educativa, há um momento inicial onde são feitas muitas queixas e onde dores passadas são atualizadas. É a descoberta de que não se está sozinha e de que há razões materiais e lógicas para o sofrimento. Do ponto de vista educativo e político, é muito importante identificar estes momentos e encontrar formas de atravessá-los sem desqualificar a experiência e a descoberta das mulheres, mas valorizando a sua posição de sujeito tanto na construção quanto na superação da subordinação.



Encontro Internacional Feminista na Argentina. Buenos Aires, 1990

Acervo SOS CORPO



Encontro com mulheres do meio popular.
Recife, meados dos anos 80.

Acervo SOS CORPO



"Pacaxufa" se apresenta em Casa Amarela
no Dia Internacional da Mulher. Recife, 1983.

Angela Freitas



Em debate: políticas públicas e participação política das mulheres. Recife, 1993.

Acervo SOS CORPO



Lenira Carvalho, liderança das trabalhadoras domésticas, falando em congresso nacional da categoria. Recife, 1985.

Acervo SOS CORPO



Curso de formação com lideranças do meio popular. Porto de Galinhas, 2001

Local e global: uma visão dialética

Enaide Maria Teixeira de Souza
Educadora e ativista do SOS CORPO

A perenidade de uma organização é quase sempre sinônimo de vitalidade, capacidade de inserção e de adaptação ao contexto no qual atua, bem como significa a aptidão em responder aos problemas que se propõe a resolver. Pode-se dizer que, tanto para as pessoas como para as organizações, as datas de aniversário têm um grande valor simbólico, sobretudo aquelas que demarcam os anos caracterizados por números terminados em zero. Comemoramos de forma diferente, assim, os 23 anos ou os 30 anos de alguém ou de uma organização. Os aniversários quase sempre exercem em nós um desejo de festas, comemorações e, mais ainda, de refletir sobre a forma e o conteúdo dessa passagem do tempo.

Não é diferente o aniversário de 20 anos do SOS CORPO. Ele nos traz o desejo de comemorar, mas abre, sobretudo, espaço para um tempo de reflexão sobre o significado de sua existência. Um significado que mistura diversos elementos convergentes, cuja direção aponta e formata as características da organização: feminismo, movimento social de abrangência

internacional. Instituição fundada no início dos anos 80, justamente no período marcado pelo processo de democratização do país; organização fincada no Nordeste, região de profundas desigualdades sociais e de... gênero. Assim, a vinculação com o feminismo, por exemplo, fundamentou sua intervenção social na luta pelo fim da discriminação e da opressão das mulheres, baseada nos ideais de liberdade, justiça e igualdade para todos e na defesa da pluralidade política. Da mesma forma, a dimensão espacial e temporal condicionou a origem da organização e as orientações político-metodológicas que nortearam a construção e a consolidação de um trabalho voltado para o combate à pobreza e à injustiça social, a promoção da cidadania das mulheres e a transformação das relações de gênero.

Seria o aprofundamento de tais características que balizaria a análise. Ora, foi justamente o entrelaçamento de tais elementos que constituiu a especificidade do SOS CORPO, seja relacionando a organização aos problemas mais “globais”, como o feminismo e as questões de gênero, seja relacionando-a ao local e ao específico, como a inscrição do gênero na singular formação histórico-social brasileira, em particular, o Nordeste. O SOS CORPO perfaria tal dialética entre o local e o global, entre o específico e o geral, entre o gênero, enquanto uma categoria abstrata e um valor universal, e o gênero, enquanto materialização histórica e singular de uma determinada interação humana.

Feminismo - vinculação e contexto

Os estudos sobre feminismo, enquanto movimento social, demarcam dois momentos distintos em sua história. O primeiro período foi conhecido como sufragista, deu-se no final do século XIX e tinha como eixo de luta a conquista do direito ao voto para as mulheres; no segundo período, o do feminismo contemporâneo, a chamada “segunda onda”, surgiu na década de 60, no bojo dos movimentos libertários que sacodem grande parte dos países europeus e os Estados Unidos.

O feminismo sufragista explorou com clareza as contradições de uma doutrina liberal que enfatizava os ideais de igualdade e universalidade, mas que excluía um enorme contingente da população, as mulheres, dos direitos civis e políticos. O feminismo dos anos 60 continuou essa luta pela ampliação de direitos das mulheres, mas flexionou sua crítica para a própria concepção de igualdade contida nas teses liberais, isto é, tais teses “acentuam a separação entre o público e o privado, o primeiro sendo espaço dos interesses impessoais, civis e universais, lugar do político e dos negócios, arena exclusiva dos homens, e o segundo, como espaço da vida doméstica, das relações interpessoais, lugar do feminino, da subjetividade” (Lena Lavinas *apud* Ávila, 2000).

Nessa separação, excluía-se todas as mulheres da política, lugar de poder, onde se define quem poderá dizer o que pode ser dito sobre os problemas comuns e

como serão tratados (Jelin), ou seja, o objeto de reflexão feminista não se restringiu a uma mera extensão de direitos para as mulheres, mas enfatizou, sobretudo, a necessidade da constituição das mulheres como sujeitos políticos. Nesse sentido, o feminismo coloca a questão da politização do privado, trazendo para a esfera pública a questão do aborto, da violência doméstica, das relações de poder na família, assuntos considerados do âmbito privado e, como tal, fora da esfera política. Ao mesmo tempo, coloca, de forma radical, a busca por igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, na participação política e no acesso aos direitos humanos. Enfim, ao valorizar a experiência cotidiana das mulheres, o feminismo questiona a dicotomia público-privado, geradora de desigualdades.

Portanto, uma das primeiras reivindicações das mulheres foi a de ter direito à voz, pois queriam ser ouvidas, sair do espaço doméstico e estar no mundo como sujeitos. Essa dinâmica inicial de abertura para o mundo, presente tanto na origem dos seus grupos como no próprio conteúdo das suas reivindicações, faz parte da constituição e da trajetória do movimento feminista. Fazendo parte dos movimentos sociais, desde cedo, o feminismo teve consciência de que “os conteúdos de sua ação transnacional transcendem os conteúdos e contextos nos quais transcorrem as dinâmicas nacionais, mas estão em estreita relação com esses, influenciando-se mutuamente, potencializando e desarticulando dinâmicas, transportando estratégias, reinventando

outras, ampliando ou estreitando os espaços de atuação”. (Vargas, 2001).

E, nesse aspecto, o dos lugares de inserção, a segunda onda do feminismo na América Latina assume características marcantes. O movimento feminista inseriu-se, de uma maneira radical, na luta pelo fim dos regimes autoritários, através de alianças com outros movimentos, sociais ou partidários, sobretudo os movimentos políticos de esquerda. Piñeda (1992) enfatiza a posição anticapitalista, anti-imperialista e marxista que predominava entre as novas feministas latino-americanas. No entanto, a aliança com os setores de esquerda nem sempre foi fácil, sobretudo com os de tradição marxista que subordinava todas as formas de dominação e opressão, inclusive a de gênero, a uma maior: a opressão e a exploração da classe operária.

Patriarcado *ou* capitalismo contrapunha-se a patriarcado *e* capitalismo (Delphy, 2000). Esse dilema não existia apenas na relação com os setores da esquerda do continente, mas também foi um dos primeiros embates internos do movimento. Uma parte das mulheres do movimento participava dos partidos políticos e trouxe o debate ao seu interior, ocasionando a primeira grande tensão no feminismo, já que essa posição ia de encontro a questões consideradas fundamentais ao movimento: sua autonomia organizativa e política em relação aos partidos e a outras organizações; horizontalidade nas decisões — impossível de se manter nos espaços externos ao movimento — e a

manutenção de espaços de reflexão próprios sobre os problemas das mulheres.

De fato, para as feministas, a luta pela redemocratização das sociedades políticas latino-americanas não poderia prescindir do debate a respeito de dois pontos considerados fundamentais: a) o caráter da sociedade patriarcal que organiza e estrutura a desigualdade de gênero e b) o aprofundamento do conceito de democracia, através do reconhecimento dos direitos políticos, sociais e culturais das mulheres. Nesse sentido, o movimento participa dessa luta a partir de suas próprias reflexões a respeito da posição subordinada da mulher na sociedade e da opressão peculiar que esta sofre, recusando o conceito de desigualdade natural e reivindicando a efetivação da igualdade de direitos em todos os campos da cidadania.

Como diz Letellier, “a inserção do feminismo no movimento pela recuperação da democracia passava por uma crítica ao autoritarismo não apenas como o sistema político-militar que governava a maioria dos países latino-americanos, mas ampliava essa crítica identificando o autoritarismo também como sistema de relações de disciplinamento e de dominação que aprofundava a situação de subordinação e opressão das mulheres no continente.” (Letellier, 2000).

Para as feministas latino-americanas, a luta pela recuperação da democracia incluía a crítica radical ao patriarcado, entendido como a principal ideologia presente em nossas sociedades. Tal ideologia trabalha o sexo como uma categoria de poder, produzindo

implicações políticas e culturais importantes, entre as quais a hegemonia masculina e a naturalização da discriminação social e política das mulheres, através da sua simples “appartenance” a um dos dois sexos biológicos.

O feminismo latino-americano inicia-se pelo local, procurando desvelar e desmontar o sistema patriarcal que, sendo um conjunto de inter-relações de gênero, atua e incorpora as próprias mulheres à sua lógica de funcionamento. Para as feministas, o privado é o lugar de privação e deve ser politizado. A partir desse questionamento, ganha importância a compreensão do papel de subordinação e de opressão da força de trabalho produtiva das mulheres, bem como do peso da produção e da reprodução social que recai, exclusivamente, sobre seus ombros via maternidade e reprodução da vida doméstica.

No Brasil, tal época coincide com o processo de abertura política que permite a volta de muitos exilados e exiladas e, na composição inicial dos grupos de auto-ajuda fundados pelas feministas, constata-se a presença de mulheres que já tinham participado de grupos semelhantes na Europa, influenciados, por sua vez, pelo movimento feminista americano. A influência do feminismo internacional nesses grupos é, portanto, tanto nas idéias como na sua própria organicidade.

A origem do SOS CORPO pode ser encontrada nesses grupos feministas de auto-ajuda disseminados pelo Brasil a partir da década de 70. A formação e o

desenvolvimento desses grupos tiveram um impulso muito grande em 1975, com a instituição, pela ONU, do Ano Internacional da Mulher e da Década da Mulher. Foram dez anos que ajudaram a consolidar a segunda onda do feminismo, iniciada nos anos 60, ao permitir maior visibilidade aos temas do movimento de mulheres.

Os grupos de auto-ajuda propunham-se a refletir sobre essas relações, mostrando que os problemas que atingem as mulheres não podiam ser confinados à esfera do privado, nem tratados de forma individual. A importância desses grupos consubstanciou-se na possibilidade de abrir um “espaço de palavra” livre e franco, lugar onde as mulheres reuniam-se, rompendo drasticamente com o silêncio no qual foram confinadas.

Outro aspecto organizativo e político desses grupos era a possibilidade de as mulheres socializarem experiências, descobrirem que seus cotidianos eram parecidos, regidos por normas e valores que as colocavam num lugar de desigualdade subordinada. A consciência dessa subordinação foi o detonador de um processo de transformação no qual as questões do cotidiano tornaram-se temas de lutas políticas em busca da igualdade de gênero.

Os grupos de auto-ajuda foram uma das primeiras formas de organização do movimento feminista, mas sempre conviveram com uma multiplicidade de organizações, coletivos, redes de ação e redes temáticas que incorporavam novos sentidos e significados ao movimento. Porém, foi sobretudo através

dos encontros feministas da região latino-americana e caribenha que a ampliação dos debates e das questões do feminismo fez-se de maneira crescente. A partir da realização dos encontros feministas latino-americanos – o primeiro em 1981, com intervalo inicial de dois anos, atualmente trienal- as mulheres ampliaram sua capacidade de organização.

Esses encontros foram espaços de articulação nacional e transnacional, de incorporação de setores do movimento de mulheres (movimentos populares, lesbianos, raciais e étnicos), de construção de agendas políticas (novos encontros, calendário unificado com datas de luta contra a violência doméstica, pela descriminalização do aborto), novos temas (racismo, lesbianismo, desenvolvimento) e de novas reflexões sobre o movimento (da homogeneidade inicial a uma maior diversidade). A crescente complexidade dos temas, trazidos pela ampliação do movimento, trouxe divergências e conflitos, seja no conteúdo, nas estratégias de ação ou nas formas de organização do movimento. Sem querer abranger toda a riqueza das divergências presentes no movimento, podemos dizer que uma das bases dos conflitos é a crescente inserção de uma parte das feministas em um processo de “institucionalização” da agenda das mulheres e a aparente contradição com a autonomia do movimento.

Na década de 90, a agenda internacional, trazida pelas conferências do ciclo social da ONU, rearticula o movimento não apenas no espaço regional. A

experiência acumulada nos encontros regionais mostrou-se determinante para a preparação da intervenção articulada das feministas latino-americanas. A decisão de participar dessa agenda global também não se deu sem conflito, mais uma vez evidenciado no tema da preservação da autonomia do movimento. Na realidade, a discussão parece encerrar um nó górdio, pois tentava-se delimitar a forma de exercício de uma política autônoma a partir de um movimento cada vez mais plural, tanto no seu conteúdo como nos seus espaços de atuação. Para muitas, essa diversidade de discursos era a principal riqueza do movimento, geradora de dinâmicas e propostas políticas de atuação possíveis de modificar a estrutura desigual de poder vigente na sociedade. Ou seja, a ética do feminismo não poderia ser outra que o respeito à diversidade sem perder de vista a igualdade.

Ao mesmo tempo em que lutou contra o autoritarismo e a opressão política do regime militar, o feminismo brasileiro participou ativamente dessa articulação transnacional citada acima. O fim do regime autoritário e as novas condições impostas pelos ajustes estruturais no continente latino-americano mudaram o contexto de atuação do movimento. As alianças articuladas em torno de um eixo unificado de redemocratização dão lugar a processos mais complexos de formação de agendas políticas, nos quais tudo ainda está sujeito a negociação, desde a definição de sujeitos, conteúdo, propostas e formas de organização.

Ao analisar as “razões da desordem”, Santos (1993) enfatiza que a política social na América Latina foi concebida para conciliar a participação ampliada da cidadania a uma baixa institucionalização dos processos democráticos e dos conflitos, ou seja, foi através da política social que os populismos da região incorporaram amplas massas ao estado nacional sem mexer com a dinâmica de competição do poder, essencialmente realizada intra-elites. A baixa institucionalização, referida acima, dificultou a inclusão dos setores sociais menos organizados na competição política formal, isto é, tais setores ficaram alijados do processo decisório e de definição das “políticas nacionais”, cujos temas, inclusive, sempre tiveram uma repercussão direta no bem-estar da população mais carente, como a distribuição das riquezas, a elaboração e o controle de políticas públicas. Para a grande maioria da população, a política reduz-se ao voto nas eleições formais, não existindo nenhum tipo de controle dos representantes eleitos pelos seus eleitores. A essa exclusão política junta-se a exclusão dos direitos sociais imposta pela política econômica de cortes nos gastos públicos, agravando ainda mais as condições de vida da maioria da população.

Nesse contexto, um dos eixos da atuação política do movimento de mulheres, em conjunto com outros setores da sociedade, é a necessidade de ampliação e de alargamento do sentido e do espaço da democracia, e o questionamento sobre que tipo de projeto de desenvolvimento devemos lutar para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Ao incluir, em sua

agenda, questões reais sobre a vida cotidiana, como o acesso ao trabalho, à igualdade jurídica, aos direitos reprodutivos e sexuais, as mulheres passaram a reivindicar um lugar, de fato, na construção da cidadania, em vários níveis, do local ao global, sem recortar esses espaços de maneira artificial, mas religando-os através da produção de conhecimento e da ação política.

Hoje, parece óbvio dizer que todo sujeito social fala a partir de seu lugar: Nesse sentido, a elaboração de diversos teóricos das Ciências Sociais sobre a importância do contexto é particularmente relevante para o movimento feminista, sobretudo na América Latina. Contexto, na verdade, não apenas local, mas que abrange as relações complexas entre o interno e o externo, entre o local e o global, sem a pretensão de segmentá-los. Compreender o lugar onde estamos inseridas não é somente entender de que forma estão construídas as relações sociais locais, mas também suas formas de inserção no contexto nacional e internacional.

Tentaremos fazer isso a partir de duas abordagens: a) através de uma discussão sobre o patriarcado como base da desigualdade de gênero presente na sociedade brasileira; b) através da análise do acesso desigual dos homens e das mulheres do nosso país ao conjunto de direitos humanos, sejam civis, políticos, sociais ou culturais — dito de outra forma: através da análise do processo de construção de políticas públicas, abrindo espaço à construção real de igualdade de oportunidades.

Patriarcado – relações de gênero

Em seu livro, *O Poder da Identidade*, Manuel Castells caracteriza o patriarcalismo como “a forma de autoridade, imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e os filhos no âmbito familiar”. Para o autor, o exercício dessa autoridade passa pela inserção do patriarcalismo em toda a organização social, passando da esfera da produção e do consumo para a esfera da política, legislação e cultura, mas sendo essencialmente enraizado na estrutura familiar e na reprodução social e biológica. A partir de indicadores como o aumento dos divórcios, a inserção crescente da mulher no trabalho e a proliferação de novas formas de arranjos familiares, Castells conclui que a família patriarcal está em crise e, conseqüentemente, há um enfraquecimento do modelo familiar baseado na dominação masculina. Concordamos com o autor que esses indicadores apontam para possibilidades de mudança nesse modelo, mas eles não colocam em xeque a divisão sexual do trabalho que ainda coloca o peso da reprodução biológica e social nos ombros das mulheres. Além do mais, como analisa Arriagada, as bases do modelo foram alteradas, mas “persistem formas dominantes de representação e imagens culturais”. Para a autora, as mudanças na distribuição de poder e trabalho no interior da família são mais graduais ao contrário das transformações rápidas nas práticas de trabalho das mulheres, divididas entre responsabilidades domésticas e trabalho remunerado.

As controvérsias sobre a chamada crise do patriarcado nas sociedades contemporâneas é retomada por Carole Pateman, em seu livro *O Contrato Sexual*. Seguindo a tradição weberiana, a autora não somente faz uso do conceito de patriarcado, como também analisa sua evolução histórica a partir da teoria do contrato.

A polissemia dos conceitos nunca foi um problema para as Ciências Sociais, desde que se defina seu uso e seu significado para a explicação do fenômeno estudado. O conceito de patriarcado não foge a essa regra: seu uso é bastante controverso, sendo utilizado de várias formas. Para Pateman, foi a teoria política que, a partir do conflito entre os contratualistas e os patriarcalistas, praticamente sepultou a teoria e o direito patriarcais. Nessa arena social, apenas as feministas sustentavam que a subordinação patriarcal continuava presente nas sociedades modernas e contemporâneas.

Tentando fazer uma simplificação dos debates acerca dos significados do termo patriarcado, Pateman começa conceituando o termo como sendo uma forma de poder político. Ela distingue três formas de apresentação argumentativas do patriarcado nos textos políticos clássicos. Essas formas não são excludentes entre si e nem limitam sua aparição temporalmente.

A primeira, chamada de pensamento patriarcal tradicional, mostra a família sob o comando da autoridade paterna como modelo para as relações de poder e de autoridade de todos os tipos, ou seja, todas

as relações de poder estão incorporadas ao regime paterno. O poder conjugal era o poder político. A segunda forma de argumentação, baseada no patriarcado, não se utiliza da analogia com a família para explicar o poder político, isto é, os poderes políticos e paternos são vistos e analisados como idênticos. Essa teoria, chamada clássica, diz que o poder político não é baseado no consentimento ou no contrato, sendo um poder natural, paternal, originado no poder de reprodução do pai. Por último, com o advento do contratualismo e da nova forma de sociedade civil que ele estrutura, o patriarcado toma sua forma moderna. O pai deixa de encarnar o direito político; agora são os filhos e os pais que o encarnam. Ou seja, a mulher continua fora do pacto de origem da nova sociedade civil. Como diz a autora, “o patriarcado moderno é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista”.

Pateman afirma que a discussão sobre o contrato social ou a substituição do *status* pelo contrato, trazida pela modernidade, foi feita apenas pela metade, ou seja, o contrato original, sob o qual está baseada a nova forma de sociedade civil e do direito político, é um pacto sexual-social que, na verdade, estabelece para os homens a liberdade e, para as mulheres, a sujeição. A nova sociedade contratualista é estruturada sob a base de um direito patriarcal masculino de acesso sexual regular ao corpo das mulheres, tanto através do casamento (esfera privada), como também através do mercado público: a

prostituição. Esse direito não regula apenas a esfera privada, alcançando todos os aspectos da vida civil. Não podemos esquecer que a separação entre esfera pública e privada faz parte da própria construção de valores positivos associados à vida pública, espaço/atributo dos homens, e “desvalores” ligados à vida privada, espaço das mulheres. Como analisa a autora, esse direito patriarcal dos homens “é o principal suporte estrutural unindo as duas esferas (pública e privada) num todo social”.

Esse mesmo aspecto estrutural é enfatizado por outras autoras feministas. Ao analisar a história semântica do termo patriarcado, Delphy constata a mudança de seu significado, dada pelo movimento feminista, ao designá-lo como uma formação social em que os homens detêm o poder. Tal mudança de significado tem o mérito de apontar para a existência de um sistema que organiza e legitima esse poder. Para a autora, nas Ciências Sociais, o uso do termo atualmente sofre a concorrência de outros como “relações de gênero” ou “relações sociais de sexo” (esse exclusivamente de uso da língua francesa), em relação aos quais não há um consenso geral sobre o uso dos mesmos. No entanto, “esses três termos têm em comum que eles visam descrever não as atitudes individuais ou de setores precisos da vida social, mas um sistema total que impregna e comanda o conjunto das atividades humanas, coletivas e individuais” (Delphy, 2000). O uso de cada um deles vai depender

do contexto histórico e geográfico nos quais está inserido o fenômeno do poder masculino e da subordinação da mulher.

No contexto das sociedades latino-americanas, achamos que o aspecto estruturante do sistema patriarcal, aliado a outros sistemas explicativos baseados na hierarquia de classe e etnia, acaba definindo os espaços e lugares diferenciados ocupados no cotidiano por homens e mulheres em nossa sociedade. O peso dessa estrutura pode ser sentido ao se analisar as conquistas jurídicas de determinados direitos e as dificuldades reais de efetivação dos mesmos. Mesmo após duras lutas pela conquista de igualdade jurídica nos espaços públicos, a mulher continua tendo dificuldades de ocupá-los de maneira efetiva.

De fato, essas são conquistas ainda permeadas pela desigualdade. Tomemos como exemplo uma questão importante que é o trabalho das mulheres: apesar das mudanças ocorridas com o processo de industrialização e urbanização do início do século XX — processo que se amplia e se desenvolve no país durante e depois da segunda grande guerra — e do conseqüente aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, essa inserção e participação sempre sofreram algumas limitações advindas da legislação e dos usos e costumes. Outro exemplo: as mulheres precisavam da autorização dos maridos para exercer qualquer profissão fora do lar, e as ofertas de trabalho disponíveis para o contingente de mulheres quase sempre eram para aquelas profissões próximas do que se considerava as

atribuições naturais das mulheres, uma espécie de extensão das atividades exercidas no lar, com ênfase para a função de cuidados com os filhos, doentes, comida e vestuário: professora, enfermeira, datilógrafa, telefonista, operária das indústrias têxteis, de confecções e alimentícias (Maluf e Mott, 1998).

A separação de papéis sociais entre o homem e a mulher, identificados com o público e o privado, respectivamente, foi acompanhada de uma valorização dos atributos e das prerrogativas destinadas à figura masculina, associada sobretudo com o fato de ser o provedor da família, possuidor dos recursos para a manutenção do lar, o que lhe conferia poder, também, no espaço doméstico.

Não importa que essa imagem, mostrando as mulheres confinadas ao espaço doméstico, responsáveis estritamente com os cuidados do lar, e os homens - trabalhadores, provedores e protetores de suas famílias - não correspondesse à realidade de uma boa parte de famílias, as famílias das classes populares, que não possuíam a constância da presença masculina e que sobreviviam dos ganhos de mulheres trabalhando fora, sobretudo em trabalhos domésticos. Não, pois o que importa é que esse modelo serviu, e ainda serve, para tornar invisível a contribuição do trabalho doméstico na manutenção da família, tornando o trabalho feminino acessório e, como tal, remunerado de maneira desigual, com ganhos menores, impossibilitando a igualdade na esfera pública. E, sobretudo, encobriu, sob

o manto de uma perfeita harmonia no lar, os conflitos e as relações de poder desiguais que se estabelecem no interior do espaço doméstico (Maluf e Mott, 1998).

As autoras também chamam a atenção para o fato de que o Código Civil de 1916, que regulava a instituição do casamento, atribuía a cada um dos cônjuges um atributo essencial: ao marido, cabia o papel de provedor, de manter sua família, à mulher, cabia o papel social de mãe e esposa, ou seja, para um, a identidade pública, para a outra, a doméstica.

A força cultural dessa separação não pode ser subestimada, sobretudo se lembrarmos a imensa dificuldade em realizar a reforma do Código Civil, e que alguns de seus dispositivos só foram modificados a partir da promulgação da Constituinte de 1988 — como, por exemplo, a atribuição ao homem do papel de “cabeça-de-casal” e a necessidade de autorização do marido para o exercício de atividade comercial da sua esposa. Mesmo essas modificações ainda não foram regulamentadas, pois a reformulação do Código Civil só se deu recentemente, em agosto de 2001, com dois anos de prazo para sua promulgação e efetividade no mundo jurídico.

Portanto, a conquista de igualdade jurídica nos direitos e nas garantias formais é importante, “porque serve de base para pressionar o poder público, para construir novas representações sobre o que é justo e injusto na sociedade, para elevar a percepção de justiça social e direitos humanos e construir a cidadania” (Ávila,

2001). No entanto, a autora chama a atenção para a necessidade de efetivação real desses direitos e garantias, sem a qual essas conquistas caem no vazio, servindo apenas para legitimar o aparente jogo democrático com a formalização de regras aceitas por todos, mas beneficiando poucos — sobretudo em um país onde o acesso à justiça (formal) é ainda privilégio de poucos.

De fato, analisando a participação da mulher no mercado de trabalho nos dias de hoje, tomamos consciência de que alguns elementos da análise de Maluf e Mott sobre trabalho e situação das mulheres urbanas do final do século passado permanecem inalterados. O mercado de trabalho não é um espaço neutro, apesar de suas regras ditas universais, cujas bases de diferenciação de remuneração estariam associadas essencialmente ao tipo de trabalho realizado e à necessária competência para sua realização. Ou seja: as diferentes retribuições para a força de trabalho articular-se-iam em torno do tipo de tarefa cumprida, e a principal base de diferenciação foi a dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, esse último muito mais valorizado na modernidade. Essa ilusão de igualdade no espaço social específico, que é o mercado de trabalho, derrete-se com um simples olhar sobre os dados estatísticos, mostrando desigualdades reais estruturadas não apenas no tipo de trabalho e qualificação profissional, mas também em termos de idade, sexo e etnia.

Na maior parte das vezes, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, seja formal ou informal, dá-se

em atividades relacionadas ao espaço doméstico, com esmagadora predominância nos trabalhos mais relacionados com os cuidados da reprodução. Além disso, a atribuição social que produz um caráter de complementaridade ao seu salário estabelece uma remuneração sempre menor para as mulheres para o mesmo tipo de trabalho efetivado pelos homens. Essa realidade de remunerações diferenciadas contrapõe-se às regras explícitas do mercado de trabalho, “a trabalho igual, salário igual”, como também desconhece a realidade cada vez mais atual do aumento de mulheres que se tornam chefes de família sem a presença masculina, principalmente nas classes populares.

Um estudo do Dieese sobre o trabalho feminino na Região Metropolitana do Recife mostra que quase um quinto das famílias são chefiadas – formalmente – por mulheres. Se pensarmos no fenômeno de mobilidade dos homens à procura de trabalho, podemos inferir que o número de famílias chefiadas, de fato, por mulheres é bem maior.

Nesse mesmo levantamento, o Dieese mostra que o rendimento médio anual da população feminina corresponde a 65% dos rendimentos auferidos pelos homens. Essa desvalorização salarial da mão-de-obra feminina não está associada a graus de instrução, pois, em todos os níveis de escolaridade, ela está presente, aumentando ainda mais na faixa de maior nível de instrução. Não é à toa que as pesquisas demonstram um grau de vulnerabilidade maior das famílias chefiadas

por mulheres, já que acabam assumindo o papel de provedor sem o mesmo nível de remuneração dado à população masculina.

As atividades nas quais as mulheres atuam predominantemente mostram, de forma eloqüente, os limites de inserção das mulheres no mercado de trabalho e da associação feita de seu trabalho produtivo com seu papel reprodutivo. De fato, são atividades que guardam características próximas ao trabalho doméstico, podendo-se dizer que são extensões desse trabalho no espaço público ou mesmo variantes dele: serviços domésticos remunerados (20%), serviços (51%, com predominância nas áreas de educação, saúde e alimentação), comércio (20%) e indústrias têxteis e de confecção (5,4%). Além disso, algumas atividades de caráter rotineiro e repetitivo são alocadas às mulheres pela sua “natural” destreza manual e paciência, criando “guetos” ocupacionais, dificultando o acesso a outras atividades e ainda mais sua mobilidade vertical.

Portanto, as mulheres acabam entrando nas categorias de menor prestígio e de menor remuneração, bem como estão sujeitas a uma taxa mais elevada de desemprego, comparativamente à população masculina. Também no caso do desemprego, podemos notar que a responsabilidade da mulher com o trabalho de reprodução social a impede de procurar formas alternativas de remuneração. De fato, tomando como exemplo a Região Metropolitana do Recife, as mulheres ou estão claramente desempregadas ou desistiram de

procurar emprego – desemprego aberto ou oculto pelo desalento¹ – enquanto a população masculina é atingida pelo desemprego, mas consegue se inserir no mercado de trabalho precário, o que demonstra a maior disponibilidade de tempo e de mobilidade do trabalhador, abrindo maiores possibilidades de competição no mercado de trabalho formal.

Ao lado das diferenças de remuneração e de inserção no mercado de trabalho, a invisibilidade do trabalho doméstico é a outra face da desvalorização da força de trabalho feminina. Nas áreas urbanas, o não reconhecimento do trabalho doméstico está na base da dupla jornada de trabalho das mulheres, tripla, no caso das mulheres de áreas populares, e entra como contribuição indireta na reprodução da família do/a trabalhador/a. Nas áreas rurais, sobretudo nas áreas de agricultura familiar, o que se chama trabalho doméstico faz parte da reprodução familiar, mas também faz parte da produção. As grandes desigualdades de poder nas relações familiares dificultam o acesso das mulheres rurais à renda e ao crédito, o que, aliado ao isolamento e à ausência de infra-estrutura e equipamentos sociais, tornam-nas mais vulneráveis ao fenômeno da violência doméstica.

1 Essas categorias foram criadas pelo Dieese, como forma de dar “expressão a comportamentos típicos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra e marcado por uma estrutura produtiva diferenciada em termos de empresas (metodologia básica da pesquisa de emprego e desemprego-ped). Com isso, pretendem criar indicadores mais adequados a um mercado de trabalho precarizado como o brasileiro.

Podemos dizer que, no Nordeste, aos valores e representações do patriarcado – visto como “um tipo de dominação que se sustenta na tradição e tem a cultura como campo de legitimação” (Weber *apud* Ávila, 2000) – associa-se o patrimonialismo como forma de organização social e política que produz desigualdades profundas na região.

Nordeste – pobreza, desigualdade e desenvolvimento

Quando falamos em Nordeste, há um automatismo no pensamento, já que é associado logo à seca, à pobreza, à fome, à miséria, ao analfabetismo e à ignorância. Não há porque pensar que esse automatismo acontece por acaso ou é fruto de um preconceito existente no resto do Brasil contra o Nordeste. Os estereótipos quase sempre são construídos com base em dados do real, mesmo que seja um real fragmentado, mas são fundamentalmente a construção de significados que cumprem uma função social.

O discurso sobre o Nordeste como unidade analítica e como “questão social” foi e é bastante utilizado pelas elites políticas conservadoras. A naturalização da seca e da pobreza do Nordeste foi a base de inserção dessas elites regionais no processo de unidade nacional e principal argumento utilizado por essas elites na disputa pela partilha dos recursos públicos e das benesses do Estado (Albuquerque, 1999).

Ao longo dos últimos anos, grande parte desse discurso foi sendo colocada em xeque pelas lutas de

movimentos sociais, incluindo o de mulheres, tanto urbanos como rurais, que começam a denunciar a falta de planejamento no combate aos problemas climáticos e suas repercussões sociais, sendo a denúncia mais contundente aquela feita a respeito da famosa “indústria da seca”, a qual, durante anos, lucrava e ainda lucra nas situações de emergência nas secas.

Devemos salientar que esse discurso não é estático, pois passa por um processo de reelaboração: o antigo regionalismo ancorando-se em amálgamas acerca da natureza, do clima, do meio e da formação de um tipo universal nordestino, o que nos tornava todos iguais entre nós e diferenciados pelos “outros” nacionais. A força atual do discurso regionalista poderia ser vista como a construção de um porto seguro de significados para boa parte dos setores mais fragilizados pelo processo de globalização, uma retomada da comunidade-região como forma de reação a um processo sobre o qual não temos controle e do qual não nos sentimos como sujeitos. Ou, ainda, pode ser visto como mera continuidade de um discurso que deu certo durante anos, que serviu de pano de fundo para a apropriação dos recursos da região e que ainda pode servir para uma modernização sem mudanças estruturais, ou seja, para a continuidade do velho projeto dos setores conservadores e oligárquicos.

No entanto, as duas últimas décadas do século XX trazem modificações fundamentais no quadro acima. A década de 80 é marcada por uma crise no

modelo de desenvolvimento brasileiro, acentuada pelas políticas de abertura comercial e financeira dos anos 90. O ajuste estrutural, então em voga na América Latina, fruto da crise fiscal do Estado, veio pôr fim a um alto grau de crescimento econômico baseado numa política de endividamento externo. Em consequência dessa crise, há um aprofundamento das condições de pobreza e exclusão da maioria da população brasileira. Apesar de atingir toda a América Latina, essa crise adquire contornos locais ancorados nas condições sociais e econômicas específicas, isto é, o local impõe também sua lógica, dada a singularidade de cada região, mesmo que esteja subordinado ao modelo de desenvolvimento nacional. Na realidade, o aumento da pobreza, nesse período, deu-se em quase todos os países, colocando em xeque o modelo econômico preconizado pelas instituições de desenvolvimento internacional, colocando, na agenda internacional, o problema da pobreza.

O Nordeste é particularmente atingido pela crise. Observando os dados sobre a pobreza no Brasil, vemos que o Nordeste apresenta indicadores sociais abaixo da média nacional: 71% da sua população é formada de excluídos, os índices de desemprego e subemprego são muito elevados e às vulnerabilidades climáticas do semi-árido juntam-se políticas públicas e sociais fragmentadas e deficientes para a solução desses problemas.

No entanto, as condições gerais de pobreza no Nordeste não escondem as profundas diferenças que existem no interior da própria região. Segundo o Atlas

do Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado em 1998, nota-se uma tendência de mudança na configuração da pobreza no Brasil, na qual, o componente socioeconômico começa a predominar sobre o componente espacial. Ou seja, nas duas últimas décadas do século XX, as desigualdades entre regiões e entre estados começam a diminuir, ao passo que as desigualdades inter e intramunicípios aumentam com a formação de bolsões de pobreza encravados em regiões em franco desenvolvimento.

Essa tendência é reforçada pela escolha de modelos de desenvolvimento que não incorporam a dimensão social nem a preocupação com a ampliação da cidadania das populações localizadas nos espaços abarcados por esses modelos. Um exemplo marcante é o recente processo de desenvolvimento da região do pólo do São Francisco. Observa-se a prioridade em um modelo agro-industrial exportador, cuja preocupação fundamental é com a geração de divisas e com a balança comercial, excluindo de sua pauta de prioridades a incorporação e a participação das populações locais no processo de desenvolvimento e a avaliação do impacto ambiental dos projetos de irrigação. A incorporação de parte da mão-de-obra local dá-se sem os vínculos trabalhistas e com péssimas condições de trabalho, precarização que atinge sobretudo as mulheres colhedoras de uvas, consideradas mais aptas a realizar o trabalho da colheita pela “delicadeza” no trato com as frutas (Branco, 2000). Neste estudo, a autora demons-

tra as diversidades de situação das mulheres na área do sequeiro, diferenças relacionadas à forma de inserção no mercado de trabalho na cidade pólo da região, trabalhadoras na agricultura irrigada ou no trabalho doméstico, e à mobilidade espacial, migrantes ou não. No entanto, fica patente o caráter emergencial e paliativo das políticas públicas que não incluem a preocupação com o desenvolvimento social e com as necessidades das mulheres.

Tanto no campo como nas cidades, o que vemos no Nordeste é um modelo econômico, político e social que marginaliza a grande maioria da população, relegando-a a uma condição de subcidadania sem acesso aos serviços básicos e a bens como emprego, saúde, educação e, sobretudo, excluindo-os da participação política.

No entanto, essa realidade é dinâmica e, contrapondo-se ao modelo econômico hegemônico, os setores sociais excluídos sempre discutiram projetos alternativos de desenvolvimento. O problema da inclusão de amplos setores no processo de desenvolvimento, seja local ou nacional, torna-se crucial com as medidas de ajuste estrutural impostas pelas instituições internacionais de financiamento que aumenta o fosso existente entre as nações dos hemisférios Norte e Sul e o conseqüente aumento da pobreza nas regiões menos desenvolvidas.

A inclusão do tema da erradicação da pobreza na agenda internacional é impulsionada pela ONU,

através da realização do seu ciclo social de conferências, iniciado na década de 90. As conferências têm o mérito de trazer, para o debate global, as discussões já existentes em vários espaços políticos e sociais e de abrir novas visões sobre o desenvolvimento, direitos humanos, igualdade de gênero e promoção do bem-estar. Como observam Corrêa e Roque, a realização da Cúpula de Desenvolvimento Social em Copenhague, em 1995, abre espaço para ressignificar o conceito de desenvolvimento, ao mesmo tempo que obriga governos e sociedades a realizarem diagnósticos sobre a pobreza e a formularem medidas para solucioná-las. No Brasil, são realizados estudos sobre o tema da pobreza, desnaturalizando-a e colocando-a na agenda política nacional. O próprio conceito de desenvolvimento social, definido na Conferência de Copenhague, inclui a noção de igualdade e sustentabilidade socioambiental, rompendo com o modelo puramente econômico de desenvolvimento. As pessoas passam a ser vistas não apenas como alvo ou objeto das políticas públicas de desenvolvimento, mas como seu fim último, através da promoção do bem-estar, de acesso igual aos bens públicos, de melhorias nas suas condições de vida e da sua participação como sujeitos ativos desse desenvolvimento.

Como dito acima, a Conferência traz, para a esfera global, o debate sobre o desenvolvimento, criando referências conceituais e práticas para as políticas nacionais, estabelecendo parâmetros para as relações

Norte-Sul e criando novos espaços de articulação intratemas e intra-regionais. Abre espaço, também, para a discussão do papel de políticas públicas, econômicas ou sociais, como fundamentais para o processo de desenvolvimento.

Para o feminismo latino-americano, o tema do desenvolvimento não é novo. De fato, ao reivindicar igualdade no acesso aos recursos econômicos e sociais, desde a década de 70 as mulheres confrontaram-se com políticas de desenvolvimento que desconheciam tanto os papéis desempenhados por elas na sobrevivência da família como suas necessidades específicas, fixando e naturalizando a dominação expressa na divisão sexual de trabalho e na dicotomia público/privado.

Analisando as contribuições mais significativas do movimento de mulheres sobre a questão do desenvolvimento, Corrêa aponta os principais pressupostos dos programas que pretendiam incorporar as mulheres no processo de desenvolvimento: subestimação do trabalho efetivo das mulheres na produção econômica e na reprodução social; falsa suposição sobre a repartição igual, entre homens e mulheres, das cargas e dos benefícios da pobreza ou da riqueza; desconhecimento do peso da reprodução social nas situações de miséria e pobreza; e, finalmente, desconhecimento das desigualdades de poder entre homens e mulheres como geradoras de desigualdades sociais, ao não permitir uma maior distribuição das riquezas produzidas. A autora enfatiza que esses pressupostos fazem parte da naturalização das relações

de gênero por parte dos formuladores de políticas para o desenvolvimento.

De fato, segundo a já conhecida análise de Caroline Moser (1995), a grande maioria das mulheres de baixa renda têm um triplo trabalho nas sociedades latino-americanas: o reprodutivo, relacionado com as tarefas de cuidados e alimentação da família; o trabalho produtivo, relacionado ao aporte de renda para a família e, por fim, o trabalho na gestão comunitária, através dos serviços para assegurar a provisão e a manutenção de recursos de consumo coletivo como água, saúde e educação. Nessa última função, as mulheres trabalham voluntariamente em seu tempo “livre” para assegurar serviços para toda a coletividade. A chamada “tripla jornada” aumenta a carga de trabalho das mulheres, fazendo com que recaia sobre elas a maior parte do peso da reprodução biológica e social.

Associadas a esse triplo papel social e à posição subordinada das mulheres, a autora relaciona suas necessidades específicas e que devem ser contempladas em programas de desenvolvimento. As necessidades práticas ou imediatas são aquelas que podem melhorar as condições de vida das mulheres através do acesso a emprego, saúde, educação, creches, escolas em tempo integral. As necessidades estratégicas, identificadas ao aumento do poder das mulheres (“empoderamento”), visam à transformação das relações de gênero, através de conscientização, mudanças nas relações de poder, ampliação da participação, da autonomia e do controle das mulheres sobre suas vidas (Portella e Gouveia, 1999).

A maior parte dos programas de desenvolvimento ou não incluem as necessidades específicas das mulheres, tornando invisível seu trabalho, ou cristalizam os papéis sociais das mulheres, enfocando-as como mais um recurso produtivo que não deve ser desperdiçado. As chamadas políticas MED (mulher e desenvolvimento) concentram-se nas mulheres sem questionar as estruturas das relações de gênero e sem levar em conta as diferenças locais e nacionais. Para o enfoque feminista, a articulação gênero e desenvolvimento deve levar em consideração a estrutura social e as relações desiguais de poder, colocar o problema da subordinação das mulheres e ter como meta um desenvolvimento humano e sustentável, através da participação autônoma das mulheres nas decisões relativas às suas vidas, da ampliação das oportunidades de acesso e controle de recursos. Para isso, as políticas de Gênero e Desenvolvimento (GED) concentram-se no tema gênero ao invés das questões das mulheres, dando uma ênfase especial à construção dos papéis e relações de gênero. Também enfatizam a importância de examinar a divisão sexual do trabalho em sociedades específicas - sobretudo naquelas em que à desigualdade de gênero junta-se a desigualdade social – e os aspectos mais invisíveis do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres e a relação entre esses padrões de trabalho e os demais aspectos da desigualdade de gênero.

Isso não significa que às mulheres só interessa se inserir em projetos de desenvolvimento que

contemplem as necessidades estratégicas de gênero. O acesso a direitos e equipamentos sociais (emprego, benefícios, creches), além de melhorar as condições concretas de vida das mulheres no seu cotidiano, constroem espaços de inserção, abrindo maiores possibilidades de construção da sua autonomia. Mais ainda, ao entrarem nos espaços que lhes são “concedidos”, as mulheres reapropriam-se desses espaços, criando novas relações e ampliando sua participação.

Como vimos, esses espaços não são apenas os locais. Ao participar ativamente das conferências internacionais da ONU, as mulheres levaram para a arena global suas preocupações sobre direitos humanos, desenvolvimento, igualdade e cidadania. O movimento de mulheres conseguiu negociar propostas e incluí-las nos acordos e nas plataformas de ação das conferências. Esses servem como referência para a criação de normas ou mecanismos nacionais que possibilitem vivência da cidadania e dos direitos humanos da grande maioria da nossa população.

Para isso, é necessário “um processo de aprendizagem sobre o conhecimento objetivo dos direitos e a construção subjetiva para seu uso, numa educação para a cidadania, que produz mudanças culturais e que cria a sustentabilidade democrática para o desenvolvimento da cidadania” (Ávila, 2001). A autora enfatiza que é no cotidiano – lugar de reprodução da desigualdade – onde se forjam os sentimentos da injustiça e os sentimentos de mudança.

Feminismo: global\local, universal\particular

O feminismo, enquanto conjunto de valores, seria o meio pelo qual uma organização como o SOS CORPO poderia realizar o vínculo entre a situação histórica da mulher nordestina, por exemplo, e a situação geral da mulher na história da humanidade. São justamente tais valores, histórica mas criticamente conectados ao iluminismo, que conseguem universalizar uma situação particular ou, invertendo o pólo dialético, singularizar uma situação, digamos assim, universal. São valores que se amalgamam com outros valores, como a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade, podendo ser considerados como uma forma específica de ampliar a luta por tais valores — a igualdade não pode reduzir-se a uma igualdade “misógina”, por exemplo, mas deve ser ampliada para o nível do gênero. O feminismo, enquanto luta concreta pela emancipação feminina, seria um momento privilegiado ou “particular” da emancipação do gênero humano.

E, se o feminismo, enquanto luta pela emancipação feminina, almeja tornar-se um movimento de longo alcance e “global”, por outro lado, sendo um conjunto de valores construídos historicamente, seria tipicamente moderno e ocidental. A luta pela emancipação feminina está inscrita no campo de valores inaugurado pela modernidade, sendo assim típica da cultura ocidental e moderna. Inclusive, o feminismo estaria inserido na dualidade característica da modernidade: o *feedback* eternamente repetido entre a universalização do particular e a particularização do

universal ou, falando-se concretamente, luta-se pela emancipação de mulheres que vivem numa dada sociedade historicamente determinada no bojo de uma luta mais ampla, envolvendo outras formações sociais e valores postulados como “gerais”.

O feminismo refere-se, assim, a um sistema de valores específicos de uma determinada cultura, a dita cultura ocidental. Mas, tal sistema de valores, apesar de específico, possui uma característica curiosa: ao realizar-se historicamente um valor, como a tolerância ou a igualdade de gênero, por exemplo, abre-se um leque de opções ou amplia-se o sistema de escolhas no qual está inserido o indivíduo. Seria dessa forma que a luta por tais valores singulares da modernidade poderia conectar-se a um valor tão abstrato como a “emancipação da humanidade”. Liberdade é a liberdade de ser minoria, como disse Rosa de Luxemburgo; liberdade é a liberdade de o indivíduo poder manobrar parâmetros morais diferentes e mutuamente contraditórios sobre questões diferentes; enfim, liberdade é a liberdade de escolha.

Assim, o feminismo, ao defender a igualdade de gênero, não pode desacoplar tal defesa da luta por uma sociedade livre e pluralista. Pois a única forma para que a luta por valores “universais” não seja uma “imposição” de valor ou se transforme numa caricatura totalitária seria a defesa irrestrita da tolerância à diferença. O “valor universal” do feminismo é a defesa da igualdade de gênero, e a materialização dessa luta em sociedades específicas exige uma série de mediações políticas e

ideológicas. Como defender a igualdade de gênero, por exemplo, numa sociedade ultrapatriarcal? De forma geral, ampliando o leque de escolhas para a mulher. Exige a luta pela cidadania e pelas liberdades civis, acopladas à desmistificação do patriarcalismo e à demonstração concreta de que há outros valores e outros modos de vida; em suma, de que a vida heteronômica da mulher — uma vida sem possibilidade de escolha — baseia-se *também* no exercício de um tipo de poder, e que a luta contra qualquer tipo de poder envolve uma luta pelo reconhecimento da diferença.

O SOS CORPO, assim, estaria inserido nesta dialética entre o local e o global, isto é, luta pela igualdade de gênero numa cultura específica como a brasileira, em particular, a nordestina. Insere-se num contexto cultural, no qual domina o patriarcalismo e tenta contrapor-se a tal poder, sintonizando a igualdade de gênero a um campo mais largo de valores que ultrapassa, inclusive, a própria questão de gênero. Para isso, o SOS CORPO compartilha e respeita uma determinada demanda da sociedade brasileira: uma demanda de gênero, por assim dizer, de liberdade e de igualdade — uma demanda de emancipação.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

ÁVILA, Maria Betânia. *Gênero, desenvolvimento e democracia*. Recife: SOS CORPO-Gênero e Cidadania, 1996.

_____. *Cidadania, direitos humanos e direitos das mulheres*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2001.

BRANCO, Adélia de Melo. *Mulheres da seca: luta e visibilidade numa situação de desastre*. João Pessoa: Editora Universitária, 2000.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação, economia e cultura*. v. 2, São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Sônia. *Relações desiguais de gênero e pobreza*. Recife: Edição SOS CORPO, 1994.

_____. ROQUE, Atila. *Prefácio ao Observatório da Cidadania*, nº 4, Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania 2000.

DELPHY, Christine. *Théories du patriarcat*. In: Hirata, H., Laborie, F., Le Doaré, H., Senotier, D. (coord) *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris: Presses universitaires de France, 2000.

DIEESE. *Mulheres trabalhadoras na Região Metropolitana do Recife*, estudo capturado pela Intenet em agosto 2001.

JELIN, Elizabeth. *Mulheres e direitos humanos*. In: *Estudos Feministas*, v. 2, nº 3/94, Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1994.

LETELIER, Lilian. *Percurso político das idéias do movimento feminista latino-americano e do Caribe*: de

Cali, Colômbia (1981) a Cartagena, Chile (1996), Revista Política e Trabalho, nº 13, (pp 191-199). João Pessoa: UFPB / Dept^a Sociologia, 1997.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador.** Dissertação de Mestrado. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, 185p, 1999.

MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. **Recônditos do mundo feminino.** In: **História da Vida Privada**, nº 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOSER, Caroline. **Planificacion de Género y Desarrollo.** Lima: Red entre mujeres/Flora Tristan Ediciones, 1995.

PIÑEDA, E. **Propuestas emancipadoras del feminismo, Iniciativa Socialista**, nº 21, 1992.

PORTELLA, Ana Paula, GOUVEIA, Taciana. **Políticas Sociais de Saúde: Uma Questão de Gênero? O caso das agentes de saúde de Camaragibe,** Recife: SOS CORPO 2000.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina.** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

VARGAS, Virgínia. **Los feminismos latinoamericanos construyendo espacios transnacionales: Beijing y los encuentros feministas latinocaribeños.** Brasília: Agende, 2001 (Curso de Advocacy), 21 p. Mimeo.

*Por compreender a ação educativa e política
como um processo,
as nossas estratégias de intervenção se dirigem
no sentido de atingir as várias dimensões que
constituem os problemas a serem enfrentados.*

*Assim sendo, trabalhamos a partir das
dinâmicas entre ações de curto prazo - que
implicam benefícios pontuais e cotidianos - e de
longo prazo - voltados para a transformação
estrutural entre os diferentes espaços de
intervenção - local, nacional e internacional - e
entre os vários atores políticos e sociais que
constituem o campo político institucional
de nossa intervenção.*



Estagiária do SOS CORPO em oficina de multiplicação com jovens na Argentina. Buenos Aires, 1997.

Acervo SOS CORPO



Campanha: Saúde da mulher, um direito a ser conquistado. Recife, 1989.

Acervo SOS CORPO



Lideranças fazendo prevenção de DST/Aids no Morro da Conceição.
Recife, 2001

Gyzia Pimentel



Trabalhadoras rurais no agreste de Pernambuco. Meados da década de 80.

Acervo SOS CORPO



Apresentação de resultados de pesquisa para população pesquisada. Serra Talhada, 1995.

Gil Vicente



IV Conferência da ONU sobre a Mulher Beijing 95):
a tenda da diversidade. 1985.

Angela Freitas



Economista indiana, Gita Sen aborda a globalização e direitos humanos em seminário Recife, 2001

Gyzia Pimentel

Antinomias e contradições: a dinâmica da institucionalidade

Taciana Gouveia
Coordenadora do Núcleo de Educação do SOS CORPO



construção da institucionalidade em uma ONG feminista parece, à primeira vista, um tema repleto de antinomias e contradições: é possível conciliar os princípios e projetos feministas com a rigidez que uma instituição, pelos menos no campo da representação mais geral, implica? Não seria a institucionalidade uma espécie de rendição aos princípios hegemônicos do mundo masculino? A institucionalidade não estaria em oposição à própria dinâmica do movimento, de ser movimento?

A história das organizações não-governamentais brasileiras e das organizações feministas, em particular, possibilita novas formas de analisar os processos de desenvolvimento institucional, demarcando, com mais clareza, suas antinomias e contradições.

Por que tomo as noções de antinomia e contradição como balizadoras dessa análise? Ao pensar os conteúdos que considero fundamentais para a reflexão sobre a institucionalidade numa organização feminista, percebi que há um campo de conflitos e tensionamentos que decorrem da própria dificuldade de nos pensarmos como uma instituição, conflitos esses que podem ser analisados como meras resistências, mas

que, na verdade, são questões de fundo e que se remetem ao próprio projeto político institucional e, conseqüentemente, à sua identidade. O momento histórico em que o tema do desenvolvimento institucional começa a ganhar peso dentro das organizações não-governamentais e dos movimentos sociais coincide com os processos de reestruturação produtiva e as profundas alterações nas formas de organizar o trabalho e a gestão das empresas. Além disso, como não somos uma ilha isolada das demais instituições sociais, há uma ponte de mão dupla entre os nossos conceitos e princípios e aqueles que têm regido as teorias organizacionais aplicadas às empresas. Nesse trânsito, os conteúdos se modificam, adquirindo, muitas vezes, conotações completamente opostas às suas formulações originais. Assim sendo, considero necessário para uma reflexão coerente e que nos permita imaginar novas formas de ação, demarcar quais são as nossas antinomias e as nossas contradições. Para efetuar tal demarcação, baseio-me na definição de Jamenson (1997), para quem a “[a antinomia] afirma duas proposições que efetivamente são radicais e absolutamente incompatíveis (...) enquanto a contradição é uma questão de parcialidades e aspectos: apenas uma parte dela é incompatível com a proposição que a acompanha, na verdade, ela pode ter mais a ver com forças ou estados das coisas do que com palavras e implicações lógicas. Supostamente as contradições deveriam, a longo prazo, serem produtivas.”

Um outro marco importante na construção deste

artigo é a enunciação de seu sentido. Já é mais do que sabido que as conceituações são momentos *a posteriori* que funcionam como organizadores da experiência e da realidade, ajudando-nos a compreender o vivido em outro nível e possibilitando um retorno a ele de modo diferenciado. Assim sendo, este artigo é uma reflexão teórico-política derivada da experiência de trabalho no e do SOS CORPO-Gênero e Cidadania. Isso não significa que seja uma narrativa histórica nem uma análise desta experiência em particular, mas, sim, que nela se inspira para pensar e entender o que é o processo de institucionalização em uma organização feminista construída nos últimos 20 anos. Portanto, as duas últimas décadas são a dimensão temporal em que essas reflexões se localizam.

Retraçar de modo completo todos os processos ocorridos nos últimos 20 anos é uma tarefa que não cabe neste artigo,¹ assim sendo demarcarei alguns pontos que se articulam de modo mais imediato com as questões e tensões, antinomias e contradições que enfrentamos na atualidade.

Há um conjunto muito amplo de análises, no Brasil e no mundo, sobre a emergência dos chamados de novos movimentos sociais no final da década de 70, início da década de 80. Fazendo uma breve revisão dessas análises no que se refere às explicações para o surgimento

1 Ver textos anteriores.

dos mesmos, destaco dois processos políticos profundamente interligados. O primeiro refere-se ao fechamento dos canais institucionais da sociedade civil brasileira durante a ditadura militar, levando alguns setores a tentarem estabelecer novos espaços políticos para as suas reivindicações, além de demonstrarem seu descontentamento com a ordem vigente. Por outro lado, a não realização das propostas de transformação social de caráter totalizante que marcaram a década de 60, provocou certa desconfiança com relação a esses modos de fazer política e também a formulação de uma crítica por parte de alguns setores dos movimentos sociais, notadamente as mulheres, que haviam participado dos partidos de esquerda, no sentido de que suas demandas eram sempre relegadas a um segundo plano, sendo resolvidas quase que “naturalmente” após a vitória revolucionária.

O segundo processo relaciona-se com a posição do Estado durante o período em questão. No final da década de 70, o Brasil vivia sob o signo da “abertura” e o regime militar já não tinha a mesma “vitalidade” ou legitimidade dos tempos do “milagre brasileiro”. Como afirma Fontes (*apud* Gouveia 1993) “o regime tolhido pela onda crescente dos movimentos sociais descobre que somente a repressão não lhe garante a continuidade. Torna-se preciso o uso de instrumentos legitimadores. Decerto, tão-somente o discurso ideológico não é suficiente; será necessário abrir espaços aos setores não hegemônicos da sociedade civil que, embora restritos -

por conseguinte não suficientes para o deslocamento dos grupos sociais no poder - são bastante significativos. Esse é o sentido da chamada abertura política.” Dessa forma, houve, por parte do Estado autoritário , o reconhecimento da necessidade de abrir espaços de diálogo com a sociedade civil e suas organizações.

As transformações que se dão na própria administração pública, com o surgimento de projetos e políticas específicas também foram um elemento fundamental nesse contexto, pois, como afirma Cardoso(*apud* Gouveia 1993) “a formulação destas políticas e a criação de mecanismos para implementá-las tem efeito indutor de reivindicações”.²

Não menos importante é o fato de que os movimentos sociais contemporâneos quebraram a lógica interpretativa e da ação que colocava nas relações de produção o eixo explicativo e orientador tanto dos conflitos como das possíveis soluções. Dado que o modo como entendemos o mundo e nele agimos é diretamente relevante para as conformações organizacionais , os movimentos sociais que se consolidaram na década de 80 instituíram novos princípios organizativos e também novas sociabilidades, que procuravam dar conta da complexificação crescente da sociedade e da incapa-

2 Em estudo recente realizado com as organizações e movimentos que compõem a Rede PAD (Processo de Articulação e Diálogo) Armani e Gonzalez (2000) constataam que 51,9% dessas têm seu ano de fundação no período que vai de 1980 a 1989.

cidade das instituições tradicionais em lidar com as novas demandas surgidas (Oliveira 2001).

Nesse cenário, o movimento feminista ocupa um lugar de destaque, configurando-se para muitas/os autoras/es no paradigma dos novos movimentos sociais. Para Heller e Fehér (1998), “o feminismo foi, e continua sendo, a maior e mais decisiva revolução social da modernidade. Ao contrário de uma revolução política , uma revolução social não explode : ocorre. Uma revolução social é sempre, também, uma revolução cultural (...) A revolução feminista não é apenas um fenômeno novo da cultura ocidental, é um divisor de águas em todas as culturas até agora existentes.”

Muitas transformações efetivadas pela ação do movimentos de mulheres / feminista , e dos demais movimentos sociais, vão muito além do plano das mentalidades, rupturas epistemológicas ou modos de intervenção. Há um avanço sem igual no campo dos direitos e da cidadania configurado na Constituição de 1988³. A sociedade brasileira, no final dos anos 80, adquire uma dinâmica democrática que tem como um dos seus marcos simbólicos mais fortes a eleição direta para presidente realizada em 1989.

No cenário internacional, o final dos anos 80 também tem dimensões políticas profundamente

3 Para análises mais aprofundadas, ver artigo de Maria Betânia Ávila neste livro.

significativas. Em muitos países da América Latina, há processos de democratização e modernização do Estado, seja em função do fim das ditaduras militares ou do aprimoramento de mecanismos institucionais em sociedades que não viviam sob regimes ditatoriais. Há também o desmantelamento dos governos socialistas da Europa, sendo a queda do muro de Berlim, em 1989, um marco histórico repleto de implicações e reformulação para a ação dos movimentos sociais em todo mundo, na medida em que significou o fim de uma utopia que em maior ou menor grau, com críticas mais ou menos severas, iluminou o pensamento e o projeto político dos movimentos sociais. Além disso, as mudanças do final dos anos 80 alterou, de modo decisivo, a geopolítica mundial.

Os anos 90 serão marcados por tendências que, à primeira vista, podem parecer opostas, mas que, em realidade, são dimensões de um mesmo processo. Por um lado, os movimentos sociais crescem em legitimidade e visibilidade, aumentando, inclusive, o seu poder de articulação (Associação Brasileira de ONGs / ABONG e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos foram fundadas em 1991); há instâncias no aparelho de Estado que possibilitam a participação e o controle social o que irá demandar, para os movimentos e as organizações, mudanças no seu modo de ação e uma interlocução institucionalizada com o Estado. No plano internacional, as conferências

das Nações Unidas⁴ trouxeram novas questões para a sociedade civil organizada , fortalecendo também as articulações internacionais intra e entre os vários movimentos sociais , além de possibilitar o diálogo e a confrontação com o Estado no campo das políticas macros.

Por outro lado, há uma consolidação das políticas neoliberais que se traduzem nas várias reformas do Estado, e os correlatos processos de privatização que terminam por reduzir as conquistas obtidas no campo dos direitos e proteção social. O aprofundamento dos processos de globalização aumentam o abismo das desigualdades sociais e econômicas, tanto no plano das relações entre os países quanto das relações intra-sociedade. Como afirma Oliveira, “a saída do precário estado de Bem- Estar não se faz numa sociedade desigual, a não ser aumentando a própria desigualdade”.

Uma das estratégias do estado brasileiro tem sido delegar para a sociedade civil a responsabilidade pela execução de políticas sociais, ao mesmo tempo em que cria uma legislação para regulamentar o acesso ao fundos públicos pelas organizações não governamentais (lei das OSCIPs) ainda muito polêmica nos seus significados e conseqüências para as ONGS e os movimentos sociais.

⁴ Por ordem cronológica, algumas das principais conferências : Cúpula do Meio Ambiente - (ECO) 92, Direitos Humanos - 93 ; População e Desenvolvimento - 94, Cúpula de Desenvolvimento Social - 95, Mulher ,Desenvolvimento e Paz - 95, Hábitat - 96.

Um outro aspecto muito importante refere-se ao fato de que o mundo do trabalho e o seu próprio sentido foram profundamente alterados nos anos 90. A organização da produção baseada nas inovações tecnológicas atrelada a mudanças no sistema de proteção social precariza as relações de trabalho e, também, a ação dos movimentos sindicais, pois, como aponta Fridman(2000), “ a reorganização da produção supõe novas motivações para o trabalho. Para seguir em frente no mundo da especialização flexível, deve-se habilitar às freqüentes inovações e não associar a atividade produtiva à estabilidade das carreiras ou ainda a laços contínuos e duradouros com tarefas e companheiros de labuta.”

Confluindo com essas dimensões temos ação das instituições financeiras multilaterais que não podem mais ser pensadas como atuando apenas nos processos e programas de ajuste estrutural e financiamento de projetos de desenvolvimento, mas também, ou principalmente, na mudança de seu discurso, e, por que não dizer, prática, no que se refere à participação da sociedade civil, movimentos e ONGs . É impossível negar que estas instituições - especialmente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - passaram a utilizar algumas noções muito caras ao pensamento e à prática das ONGs e movimentos. Contudo, como esse não foi um processo de incorporação, mas, sim, uma espécie de tradução, os princípios de

participação, descentralização, responsabilidade e transparência, entre outros, ganharam significados bastante distintos, provocando, muitas vezes, opacidade e indistinção no diálogo e na confrontação dos movimentos e organizações com essas instituições.

Além disso, há um percentual significativo de organizações não-governamentais que recebem recursos financeiros oriundos das instituições financeiras multilaterais. De acordo com pesquisa da ABONG, em 1998, em torno de 25% de suas afiliadas possuíam esse tipo de financiamento (Armani e Gozales, 2000). Trabalhando apenas com o universo das organizações de mulheres e/ou feministas, pesquisa recente indica que em torno de 18% desse universo têm acesso a recursos dessas instituições (Camurça, 2001).

Assim se passaram 20 anos e, à primeira vista, parece que as questões com que nos confrontávamos nos anos 80 sofreram uma ruptura profunda com o virar da década. Contudo, sabemos que a História é movimento e que a construção do nosso projeto político está irremediavelmente ligada ao desenrolar desses processos. E foi nesse contexto que as organizações feministas construíram sua institucionalidade.

A construção da institucionalidade

A questão da institucionalidade dos grupos e organizações da sociedade civil brasileira e das organizações de mulheres, em particular, tem sido analisada a partir de alguns pressupostos que trazem a marca da contraposição histórico- cronológica anos 80 X anos 90, ou seja, há 20 anos éramos movimento, hoje, somos instituições. Há ainda visões que decretam a morte dos movimentos sociais nos anos 90, e essas análises, muitas vezes, são acompanhadas de um sentimento nostálgico como se tivéssemos perdido a pureza ideológica, o sentido da luta, a rebeldia.

Considero que tais análises sofrem de duas dificuldades estruturais: por um lado, desconsideram todas as conquistas dos movimentos sociais no campo da democratização da sociedade e da ampliação da cidadania. A existência, legitimidade e visibilidade dos movimentos sociais como sujeitos políticos da sociedade brasileira nos últimos 20 anos, alterou, de maneira irreversível, a dinâmica sociopolítica, levando necessariamente a uma modificação nos objetivos e nas estratégias dos movimentos, no sentido de sua permanência e do fortalecimento de seus projetos.

Por outro, mas de modo profundamente articulado com as questões acima mencionadas, essas análises são construídas a partir de uma imprecisão entre os conceitos de instituição e organização, e a isso se

agregam os elementos da formalidade e legalidade, como sendo, também, tomados como definidores de um maior ou menor grau de institucionalização.

Isso fica patente não só nas análises críticas sobre os movimentos sociais, como também nos trabalhos do campo de desenvolvimento institucional (tanto no nível teórico como no prático) que ganharam espaço, durante os anos 90, no contexto das ONGs brasileiras.

Em outras vertentes, a institucionalidade dos movimentos e grupos é pensada a partir da ocupação de lugares no Estado, sendo, portanto, alter atribuída, no sentido de que é um outro (nesse caso, um outro extremamente poderoso) que é o único definidor da institucionalidade. Essa é uma compreensão, a meu ver, muito restrita e tradicional, dos sentidos e significados de instituição.

Essas imprecisões têm ressonâncias tanto no plano político quanto no da dinâmica cotidiana das organizações.

Assim sendo, a presente reflexão irá se pautar por uma compreensão de instituição localizada no plano político. De acordo com Cavalcanti, Cardoso e Rocha (2000), a instituição é “aquilo que funda e estabelece uma dada modalidade de relações sociais, definidos padrões de troca , produção e interação, dando sustentação à identidade de um grupo e afetando os valores e as significações dos fatos e as experiências”. Já organização, para as mesmas autoras, refere-se “à forma e ao modo de operação de determinados dispositivos

que dão concretude ao que é institucionalmente estabelecido, tornando realidade o projeto de um grupo e produzindo formas de gestão específicas para administrar a realização do projeto e dos vínculos que aí se constituem.”

Trabalhar com essas noções possibilita, em um mesmo movimento, a distinção conceitual e a articulação entre os termos, na medida em que, se a organização deriva e realiza o projeto político institucional, os modos como ela opera podem funcionar tanto como potencializadores quanto como inibidores desse mesmo projeto. Nesta seção, irei enfocar o campo institucional para, na terceira parte do texto, analisar alguns elementos da conformação do campo organizacional feminista.

Em síntese, a instituição não é aqui tomada nem no seu sentido restrito nem como algo quase metafísico- a Instituição com maiúscula- que paira eternamente sobre a sociedade esvaziada de toda historicidade e, portanto, de toda possibilidade de sujeitos e ação. Penso que a definição de Santos (2000) sobre estruturas pode ser clarificadora para o conceito de instituição que estamos trabalhando, na medida em que ele considera que as estruturas são “sedimentações provisórias de linhas de ação eficazmente reiteiradas , a proliferação de estruturas alarga o contexto onde se exercem as determinações e as contingências, os contrangimentos e as oportunidades , facilitando assim a formação de múltiplas coligações.”

Como decorrência, a instituição não é um molde ao qual os grupos e movimentos devam se conformar, mas a fundação de um dado sujeito político que, por sua própria existência e projeto, vai demarcar um novo posicionamento no mundo. Por ser fundação de um dado sujeito político, o campo institucional é, necessariamente, pertencente à esfera da política.

E, ainda, sendo a produção e o pronunciamento de um discurso, temos necessariamente que reconhecer e nos reportar ao sujeito que o produz e que o transmite. No caso de uma organização feminista, essa articulação é muito pertinente, na medida em que dentre os valores que fundamentam a existência do feminismo, a questão do ser sujeito ocupa um lugar primordial. Mas o que define a possibilidade de ser sujeito ?

De um modo geral, o ser sujeito está diretamente articulado às noções de autonomia e projeto (Gouveia, 1993). Tomo a noção de autonomia tal como a define Castoriadis, significando a regulação por si mesma/o, contudo ela não é “a elucidação sem resíduo e a eliminação total do Outro não reconhecido como tal. Ela é a instauração de uma outra relação entre o discurso do Outro e o discurso do sujeito. A total eliminação do discurso do Outro não reconhecido como tal é um estado não - histórico”. (Castoriadis *apud* Gouveia, 1993)⁵. A noção de projeto também é derivada do

⁵ Nas páginas seguintes, irei trabalhar de modo mais detalhado a autonomia enquanto princípio do feminismo.

mesmo autor, quando ele afirma que esta é “a intenção de transformação do real , guiada por uma representação do sentido desta transformação, levando em consideração as condições reais e animando a atividade”. (Castoriadis, *apud* Gouveia, 1993).

Em poucas palavras, o sujeito significa liberdade, ação e vontade, mas isso não se dá num vazio ahistórico, desconsiderando os contextos e os outros sujeitos. É necessário um conhecimento do presente, e sua insatisfação com ele, e uma capacidade imaginativa que se apóia no real para projetar um futuro diferente. É a construção da utopia.

Assim concebido, o ser sujeito pode ser traduzido como o centro do projeto feminista, no sentido de que o movimento feminista se constitui como um sujeito político, para, em mesmo processo, lutar para a construção de um campo de possibilidade para que as mulheres possam ser sujeitos de suas próprias vidas.

Em síntese, defendo que a constituição do sujeito político, que é o movimento feminista, é momento de sua própria institucionalização. Para Del Re (1996), “fundar uma tradição significa fundar uma linguagem, o que significa, também, a capacidade de transmitir alguma coisa que nos é própria para mulheres diferentes do que somos - no tempo, no espaço e na cultura”. Expandindo um pouco mais as palavras da autora, considero que, ao se colocar como sujeito político, o movimento feminista transmite, cria e ressignifica valores sociais para além das mulheres, provocando mudanças no conjunto das relações sociais.

Penso que o movimento feminista e suas organizações são espaços onde a coerência entre discurso público e política interna é tomada como um princípio irremediável e incontornável - o que não significa ausência de tensões e conflitos. Isso se dá na medida em que somos um sujeito cuja ação e realização do projeto incide diretamente sobre nossas vidas.

Tomando as práticas que fundaram o movimento feminista no Brasil, podemos verificar que nelas se criaram os princípios e valores que organizam a dinâmica do movimento e a articulação direta e necessária entre o seu discurso para e sobre o mundo e o modo como os grupos definiam e orientavam seus relacionamentos internos e externos. Para muitos analistas, vários desses princípios perderam-se com o tempo ou porque não mais eram necessários para a ação do movimento ou porque foram considerados equívocos históricos.

Aqui, assumo a perspectiva de que, para além de erros e acertos, adequações ou inadequações, os princípios e valores que fundam as organizações feministas continuam a lastrar as ações das mesmas, sendo, em realidade, os elementos característicos e definidores da sua institucionalidade.

Não é necessário dizer que a democracia é o eixo orientador das práticas e concepções das organizações feministas e, sendo assim, é a partir dela e de alguns de seus princípios constituintes que irei refletir sobre os modos de construção da institucionalização no

feminismo. Esses princípios são horizontalidade, igualdade e autonomia.

O princípio da horizontalidade, como modo de funcionamento das organizações feministas, tem sua origem nos grupos de reflexão a autoconsciência que, por sua vez, baseavam-se na idéia de que todas as mulheres eram iguais e compartilhavam experiências de opressão da mesma ordem. Em que pese todas as críticas e análises já feitas sobre essa suposta igualdade, não podemos deixar de considerar que a mesma teve um sentido muito claro de criar um espaço e um movimento, onde as mulheres pudessem sentir e expressar-se por si mesmas.

É um processo constitutivo dos movimentos e organizações (ainda mais um movimento como o feminista que luta pela emancipação das mulheres e o fim da dominação masculina) que a identidade (aqui no sentido de idêntico) e a igualdade sejam colocadas em primeiro plano. Nós mulheres, éramos (e ainda somos para muitos e muitas) as diferentes e não havia possibilidade histórica de se começar demarcando exatamente as diferenças entre nós.

Olhando à distância, pode parecer até ingenuidade ou imaturidade política, mas não podemos deixar de pensar que sem a suposta igualdade talvez não tivesse sido possível a própria existência do movimento.

Da idéia de iguais, desliza-se, com facilidade para o que, *a posteriori*, denominou-se de sororidade/

irmandade (hoje vista, por muitas de nós, como uma espécie de “doença infantil do feminismo”). Contudo, é dessa experiência que se desenvolve o princípio da horizontalidade, uma invenção feminista que é uma das mais fortes e importantes marcas de sua institucionalidade.

Quando, depois de tantas críticas e autocríticas, o movimento feminista começa a perceber que a igualdade, enquanto significado de “somos as mesmas”, era uma quimera, quando as diferenças puderam ser experimentadas e refletidas não como ruptura absoluta, mas como desvelamento dos conflitos, pensava-se que o princípio da horizontalidade estava fadado a não mais funcionar.

A passagem fez com que facilmente se equiparasse horizontalidade com a quase completa desorganização, ou, como afirmam Heilborn e Arruda (1994), “já a democracia radical, através do horizontalismo, gerou, ao mesmo tempo, o democratismo, com a ampliação irrestrita do direito a voz, a perda da agilidade pela demora e dificuldades que acarreta. Facilitou, também, a afirmação da liderança carismática, depositária dos valores, da identidade e da maior experiência dentro da ONG e terminou criando o que deseja combater: a centralização.”

Não queremos afirmar que tais processos não ocorreram nem trouxeram conseqüências, por vezes, difíceis de enfrentar. Contudo, considero que, durante

algum tempo, o princípio da horizontalidade foi usado como um instrumento , possivelmente necessário naquele momento, para tentar criar uma estrutura organizativa que conseguisse equalizar as questões do poder de um modo completamente diferente das formas tradicionais de organização. Assim sendo, não penso que foi o princípio da horizontalidade que provocou as dificuldades mencionadas pelas autoras, mas, sim, a dificuldade de entender o poder para além da dominação e, mais ainda, o mito de que o conflito é, por natureza, negativo e desagregador.

Passados os momentos de maior instabilidade (que também são momentos que retornam, já que a flexibilidade das organizações feministas não possibilita a estagnação) o princípio da horizontalidade passa a ser incorporado ao modo de ser das organizações com outro significado que deriva das transformações nas concepções de irmandade/ sororidade/ igualdade. Ou seja, a constatação das diferenças não elimina o sentido da semelhança. Semelhança é um processo relacional que se articula à dimensão da alteridade. Somos diferentes, somos outras em relação direta e constante. Pois é só quando se pensa na possibilidade da outra como sujeito, quando os pactos substituem a busca de coesão, que relações democráticas podem realmente se instalar, já que os vínculos de poder passam a ser construídos a partir da reciprocidade.

Isso vale, também, para as relações externas à organização, tanto no que se refere às parcerias, como

também aos sujeitos em que as relações são de conflito/confrontação, já que tais relações se dão na esfera política e aqui “o ‘outro’ não é mais visto como um inimigo a ser destruído, mas como um adversário, isto é, alguém cujas idéias vamos enfrentar, mas cujo direito para defender tais idéias não colocaremos em dúvida.” (Mouffe, 2000)

O princípio da horizontalidade assim concebido possibilita que pensemos o poder não como uma exterioridade, mas sendo constituído na própria relação entre os sujeitos, sejam eles individuais ou coletivos. Como decorrência, o poder não está encarnado em pessoas, mas em lugares e esses não são fixos nem se confundem com estruturas ou cargos.

Com isso, estou querendo afirmar que as organizações feministas resolveram plenamente os seus problemas de poder? Com certeza, não, mas não há como negar que uma das grandes conquistas nesse plano é a própria capacidade de reconhecer e tematizar o poder dentro das organizações e isso se reflete no pouco apego que temos às estruturas formais que criamos. Tal desapego não significa informalidade ou a lei do “tudo pode ou tudo é”, mas que tais estruturas são criadas em função do desenvolvimento do projeto político institucional e dos arranjos de poder, tanto no plano interno quanto externo. Analisarei, com mais detalhes, esse processo na seção que trata da gestão e dos modos de ação.

Por fim, se a horizontalidade não tivesse permanecido como princípio organizativo e como valor que ilumina a prática feminista, o nosso projeto de transformação social teria fracassado e, hoje, seríamos outra coisa que não organizações feministas.

O princípio da igualdade está intrinsecamente associado à idéia de horizontalidade como eixo estruturador das dinâmicas institucionais e organizacionais, só sendo possível separá-los para fins analíticos. De modo geral, esse princípio implica o reconhecimento de que todas/os são capazes de tomar decisões políticas e, portanto, uma organização democrática é aquela em que está dada a possibilidade de participação e tomada de decisão.

A existência dessa possibilidade tem como condição a integração das diferenças, não apenas no sentido da diversidade de pensamento e compreensão, mas também das responsabilidades e capacidades. Se não há essa integração, pode-se facilmente criar uma antinomia, ou seja, a igualdade passa a ser “injusta”.⁶ Esse é um campo de tensão muito delicado e nem sempre fácil de entender e experimentar, principalmente, quando temos a tendência de pensar que a igualdade injusta toma como referência a idéia de meritocracia. Nada mais distante da concepção feminista de igualdade do que o mérito como eixo

6 Esta idéia foi apresentada por Maria Betânia Ávila em debates internos do SOS CORPO Gênero e Cidadania.

organizador das nossas relações ! Como afirmam Heller e Fehér (1998), “ a igualdade não é uma substância; tanto a igualdade como a desigualdade são construídas por normas e regras e só por elas. “Tal concepção significa que se uma organização feminista - como qualquer outra organização social- não é um lugar apartado de todas as relações sociais existentes no mundo, tem que se haver na sua prática cotidiana com as desigualdes criadas por essas relações na busca de sua superação e transformação. Assim sendo, não podemos supor que o simples fazer parte de uma dada organização equilibre todas as desigualdes construídas socialmente. Podemos tomar as políticas de ação afirmativa para as mulheres como um exemplo de intervenção que visa a transformar a igualdade formal, que, na prática, termina por ser injusta, através da criação de condições mínimas para relações mais igualitárias.

Como já afirmei anteriormente, no começo das organizações feministas, o princípio da igualdade tinha um peso maior do que os demais. Penso que uma das possíveis explicações para isso está no fato de que havia maior homogeneidade em relação às suas componentes - idade, classe social, raça, formação profissional, local de moradia . Desse modo, igualdade não era um mito, mas uma realidade. Apesar disso, penso que o princípio da igualdade terminou por se tornar nivelador, sendo estendido para além dos seus limites. Nesse movimento, o que era realidade ganhou contornos de mito fundador, abstraindo, como todo mito, o processo histórico.

Pensando nas organizações feministas, a passagem da igualdade absoluta (que tem uma articulação direta com a questão da sororidade) para o reconhecimento das diferenças sofreu, em seus momentos iniciais, o tensionamento entre ser diferente (de quem ?) e o receio de nos perdermos numa diferenciação sem ponto de encontro ou de aglutinação. Em outras palavras, que as diferenças criassem outras igualdades, fragmentando o movimento em outras tantas especificidades irreconciliáveis. Assim sendo, acredito que, a partir do momento em que os grupos passaram a realizar ações para além de si mesmos, as diferenças foram encontradas.

Segundo Perona (1995), a relação igualdade/diferença deixa de ser considerada como uma antinomia, quando não tratamos o segundo termo como sinônimo de desigualdade, ou, ainda, quando tomamos a igualdade não como “ser igual a”, mas como um conceito relacional que se traduz em “igualdade entre”. Esse segundo sentido possibilita uma operação muito interessante que é compreender que a diferença implica a “dessemelhança recíproca”, ou seja “a diversidade entre coisas de uma mesma espécie, que permite distingui-las uma das outras, sem que isso implique, necessariamente, discriminações nem privilégios de nenhum tipo, nem ontológicos nem políticos.”⁷ (Perona, 1995)

A constatação das dessemelhanças recíprocas possibilita a criação de organizações que radicalizam o

7 Tradução feita do espanhol pela autora deste texto.

princípio da igualdade, gerando, nesse movimento, a ruptura com a equiparação feita pelo senso comum entre a luta pela igualdade de direitos com a idéia que almejávamos ser iguais aos homens, tomados como os únicos ou a humanidade realizada. Tal processo introduz uma mudança política das mais significativas, na medida em que o estado de igualdade deixa de ser apenas um lugar de chegada, para ser um fundamento prático da ação.

Como se dá, então, a operacionalização do princípio da igualdade em uma organização feminista? O primeiro aspecto a ser analisado é que, sendo a igualdade relacional, ela não é antinômica com a existência de estruturas organizacionais mais definidas, mesmo porque as relações não se dão em um vazio e, repetindo, lugares diferentes não devem significar lugares desiguais.

Freeman, em um texto cujo título é muito significativo - *La Tirania de la Falta de Estructuras* -, considera que a saída para a equação igualdade / existência de lugares diferentes na estrutura organizacional está na radicalização dos métodos democráticos que significa um “controle da autoridade, a distribuição da mesma entre o maior número possível de pessoas, rotatividade no exercício do poder de acordo com a capacidade, o interesse e a responsabilidade de cada indivíduo, a difusão

universal da informação e o acesso aos recursos e condições para sua obtenção.”⁸ (Freeman *apud* Perona, 1995).

O princípio da autonomia⁹, como já mencionei anteriormente, reporta-nos à possibilidade de pensar e agir conforme si mesma. Se isso, à primeira vista, puder parecer muito simples ou muito óbvio, na prática, termina por gerar alguns dilemas, já que o por si mesma/o é, por vezes, interpretado como fazer o que se quer sem mediação ou negociação, o que gera atitudes/ decisões voluntaristas, ignorando o campo de relações institucionais.

Em trabalho anterior (Gouveia, 1993), afirmei que a autonomia é a criação de dois novos lugares, no sentido de que aquele/a que só escutava passa também a ter o direito de falar, enquanto aquele/a que só falava passa a ter o dever de também escutar. É, enfim, a instauração de uma situação dialógica, ao invés de monólogos ou solilóquios.

Tal processo é muito presente na institucionalidade feminista, não apenas no sentido de sua gestão interna e relações de parceria, mas, principalmente, é uma dimensão fundante de seu projeto de transformação.

8 *idem*

9 Não irei abordar, aqui, a conhecida contraposição que existe, em muitos setores do movimento feminista, entre “autônomas” e “institucionalizadas”, na medida em que toda a construção deste texto vai no sentido de considerar que esta é uma falsa oposição ou, no máximo, uma contradição não resolvida.

Com relação a esse último aspecto, faço minhas as palavras de Heller e Fehér (1998), ao tematizarem a questão da autodeterminação¹⁰ na vida das mulheres e a importância do projeto feminista nesse processo. Segundo essa análise, as mulheres, até a existência dos movimentos de mulheres/ feministas, tinham suas vidas determinadas e ancoradas a partir da perspectiva dos homens, “a existência feminina determinada pelo *regard* do homem é completamente abrangente. A mulher era determinada pelo *regard* dele na vida cotidiana, em todas as esferas, subsistemas e instituições. Essa determinação abrangente é que foi contestada pelos movimentos feministas. Os movimentos de mulheres antes do feminismo (segunda onda) contemporâneo já haviam contestado essa determinação em uma outra esfera. Fizeram isso na esfera política, quando lutaram pelo sufrágio universal, e nas instituições e produção, quando lutaram por salários iguais. Mas o feminismo de segunda onda tornou essa contestação abrangente. As mulheres hoje lutam por uma contingência dual: pelas indeterminabilidades de suas possibilidades e pelas precondições de sua autodeterminação. Em geral, as mulheres que lutam pelas precondições de sua autodeterminação também passam a ter uma

10 Na minha avaliação, a noção de autodeterminação trabalhada por Heller e Fehér é equivalente à noção de autonomia aqui exposta, no sentido de que a autodeterminação está relacionada à possibilidade de criar as condições de sua própria vida e de seus projetos, a consciência de que sua existência conta e a satisfação com o que se é.

sensibilidade mais intensa para todos os tipos de contestação que visam a aumentar as possibilidades de autodeterminação.”

O último elemento da análise de Heller e Fehér nos reporta à questão da autonomia na relação com outros movimentos e instituições, em especial, àqueles que se colocam no mesmo campo de compreensão e ação política. Mesmo considerando que nos últimos anos essas relações têm se constituído de modo mais transparente e tranqüilo, ainda há muitas tensões e contradições a serem — resolvidas, muitas delas derivadas da persistência da idéia de que, na luta política, há questões gerais e questões específicas. Tendo sido a luta feminista alocada na segunda categoria, não éramos consideradas um sujeito político legítimo e, assim sendo, as relações se davam entre o monólogo heterônimo ou o solilóquio isolacionista.

Como essas são questões relacionais, o movimento feminista, muitas vezes, ainda tem dificuldades em estabelecer alianças políticas, segundo, Ávila (1998), “o movimento feminista ainda constrói aliados (as) para suas causas, mas não estabelece alianças , o que implicaria negociar com outros movimentos sociais, partidos políticos e outros setores da sociedade civil, discutir princípios , acordos, definir objetivos e, portanto, selar com clareza os compromissos de cada parte”.

No que se refere à dinâmica interna, a autonomia pareceu, durante muito tempo, ser uma antinomia, quando pensada em relação à existência de normas ou

regras. Contudo, a autonomia de cada um/a e de todos/as só pode ser assegurada se há a criação pactuada e coletiva de regras que devem ser por todos/as obedecidas, mas não por serem elas uma imposição, mas um processo de regulação e mediação coletiva derivado, e tendo como ponto de chegada a realização do projeto institucional.

Se o projeto institucional é o que norteia as regulações e mediações, elas não podem ser percebidas e vividas como algo eterno que, uma vez posto, não poderá ser transformado. Por sermos projeto há que sempre existir a possibilidade de que todas as regulações possam ser revistas e modificadas, caso um/a componente da instituição considere-a injusta ou que esteja indo de encontro à própria autonomia. Considero que essa é uma perspectiva muito inovadora para o pensamento e ação feminista, na medida em que permite compreender as regulações não como impedimentos para a ação, mas como o que possibilita a instauração de relações dialógicas, nas quais as nomeações, as significações, o conhecimento, as decisões e as responsabilidades percorrem caminhos de mão dupla, pois, como afirmam Heller e Fehér (1998), se as relações estão baseadas em “simétrica reciprocidade, respeito mútuo, causa e finalidades comuns já criamos um espaço social de autodeterminação onde a nossa e a dos outros pressupõem uma à outra.” Estabelece-se, assim, a possibilidade para que cada uma e todas as mulheres

possam se sentir sujeitos de sua vida e da história, e que essa seja uma possibilidade multiplicada ao infinito.

Gestão: modos de ação

Sendo a instituição aqui compreendida como a fundação de um projeto e, portanto, a conformação de um campo sociopolítico de pensamento e ação, a organização é o que possibilita a realização do mesmo. Isso se dá através da construção de instâncias e estruturas e de seus modos de funcionamento.

Em certo sentido, a organização é vista / vivida por muitos/as como sendo o real, o palpável, o concreto, ou, até mesmo, a própria instituição, pois como afirmam Cavalcanti, Cardoso e Rocha (2000), “costuma chamar-se de instituição aquilo que é, de fato, a organização, ao mesmo tempo em que se utiliza da organização como uma espécie de solução acabada das contradições institucionais. A organização toma, assim, a face de defesa contra a instituição e contra o que, nela, tem significação de ameaça.”

Essa análise tem, a meu ver, o mérito de tocar nas questões-chaves e nos dilemas do desenvolvimento organizacional, pois a percepção das estruturas e modos de gestão como um fim em si mesmo, leva à estagnação do projeto institucional, e o que era contradição assume, assim, a feição de antinomia, ou seja, não é possível conciliar fixidez e movimento.

Tais dilemas refletem-se também, no modo como grande parte das teorias e postulações sobre o desenvolvimento organizacional (no campo acadêmico, das consultorias e das agências de solidariedade e cooperação internacional) formulam suas propostas e analisam as organizações. Há uma tendência de concentração nas estruturas e instrumentos de gestão, fazendo com que, nesse processo, a dimensão institucional seja tomada como sendo uma espécie de marco de referência que paira abstratamente sobre a organização sem nada ter a ver com ela.¹¹

Pode-se contra-argumentar que as minhas formulações reforçam a idéia de que as organizações feministas são um tanto quanto refratárias às estruturas e procedimentos mais formais, aferrando-se a seus princípios, o que torna minha análise circular e defensiva.

Considero que a preocupação das organizações feministas, como a articulação entre os seus princípios e suas práticas no âmbito interno, é uma das grandes contribuições do feminismo para a reflexão sobre desenvolvimento institucional e organizacional. Contudo, isso não significa que as contradições tenham

11 É importante destacar que, atualmente, as discussões sobre Desenvolvimento Institucional e Organizacional estão caminhando para uma compreensão mais abrangente desse processo, principalmente, no campo da institucionalidade. Ver Armani e Gonzales (2000) e Durão e Valarelli (2000).

sido resolvidas e, muitas vezes, inclusive, não são sequer refletidas e trabalhadas como pertencentes ao campo do desenvolvimento organizacional.

Assim, é na busca de analisar e compreender esse processo que proponho pensarmos o desenvolvimento organizacional a partir da noção de gestão como os modos de ação e, dentro dessa perspectiva, trabalharei com três dimensões fundamentais do processo de gestão em organizações feministas: a formação interna, a transmissão geracional e a produção de conhecimento.

Considero que essas três dimensões, que são profundamente interligadas, produzem e repercutem os modos como as instituições se organizam - desde os seus programas, projetos e conformação de equipes passando pelos procedimentos de PMA¹² e gerência administrativo-financeira até as instâncias de poder - e como realizam externamente o seu projeto institucional. É importante salientar que não estou propondo, com estas reflexões, um novo modelo para o desenvolvimento organizacional, mas destacar dimensões que nem sempre são visibilizadas como constituintes desse processo.

Considero que essas dimensões são constituídas e buscam concretizar os princípios fundantes do projeto feminista anteriormente mencionados, a horizontalidade, a igualdade e a autonomia. É exatamente

12 Planejamento, Monitoramento e Avaliação

nesse processo que as contradições da instituição, e seus riscos, revelam-se com mais clareza .

A dimensão da formação não é tomada, aqui, como sinônimo de processos educativos estrito senso, mas, sim, os processos que possibilitam a apropriação dos saberes institucionais em todos os campos: teórico, político, metodológico e técnico.

Uma das características mais visíveis e também prestigiadas da formação feminista é o princípio do “aprender fazendo”, na medida em que tal premissa possibilita uma construção democrática do conhecimento e uma valorização da experiência, o que se articula diretamente com os próprios processos de instituição do feminismo e sua contestação dos saberes dominantes sobre as mulheres.

Em que pesem a validade e o acerto dessa perspectiva , há alguns pontos que considero importante refletir. Se, por um lado, há uma construção mais democrática do conhecimento, há também o risco de a aprendizagem não ser institucional, ou seja, pessoas são portadoras de saberes e experiências e essas, muitas vezes, têm uma conexão direta com os interesses e habilidades pessoais. Essas dificuldades pareciam não estar presente no começo das organizações feministas, quando todas realizavam todos os trabalhos, da formulação de projetos à limpeza da sede, da articulação política ao cafezinho, das oficinas ao serviço de rua.

Ao afirmar que tal situação poderia ser uma aparência e não uma realidade plena, quero destacar que foi essa mesma experiência que levou à ampliação

do campo de intervenção das próprias organizações e, conseqüentemente, à necessidade do que se denomina “especializações”. Ou seja, na experiência, afirmaram-se habilidades, interesses, conhecimentos e também poderes.

Um outro aspecto que me parece muito relevante é que a formação feminista é bastante fundamentada na produção acadêmica, mesmo que, durante muito tempo, esse tenha sido um aspecto gerador de tensão com uma determinada concepção de ativismo¹³. Considero que o peso da produção acadêmica é derivada de dois fatores: o primeiro é a escolaridade das componentes das organizações feministas. Tomando o SOS CORPO como exemplo, têm-se que atualmente, 70% das mulheres que o compõem têm formação universitária completa, e essa não é uma situação recente e nem exclusiva de uma só organização. O segundo dá conta da internacionalização sempre presente nas instituições feministas, ou seja, sempre houve intensa circulação de documentos, livros, textos e produções das mais diversas origens entre as várias organizações, garantindo acesso à informação em um grau bastante forte.

Considero que o princípio do aprender fazendo e a importância das teorias se entrelaçam profundamente, na medida em que um alto grau de escolaridade não garante, por si, uma apropriação do ideário feminista - mesmo porque as formações

13 Não irei aprofundar essa análise por considerar que a mesma já foi exaustivamente analisada e também superada.

profissionais são extremamente variadas - nem a práxis pura possibilita uma compreensão e, portanto, uma intervenção eficaz na realidade social.

Assim sendo, o feminismo, ao se instituir através de um projeto que implicava, necessariamente, uma ruptura com os modelos de organização tradicionais, tomou o campo da formação como um espaço onde poderia ancorar a sua continuidade e permanência. Como isso reflete na prática cotidiana das organizações?

Tomando novamente o SOS CORPO como exemplo, nos seus momentos iniciais, a instituição organizava-se, como mencionei anteriormente, em uma forma de gestão, na qual todas realizavam todas as atividades. Depois, houve uma conformação de equipes fixas organizadas a partir das habilidades e dos interesses pessoais em combinação com as áreas temáticas e campos de intervenção, o que, naquele momento, denominou-se de núcleos. Hoje em dia, a forma da gestão estrutura-se em equipes que são formadas por projetos, sem perder ou desconsiderar as habilidades e interesses de cada uma, mas sem uma determinação estrita a partir dessas capacidades, ou seja, cada pessoa pertence a mais de uma equipe, a mais de um projeto, que, por sua vez, organizam-se em programas.

É importante salientar que não tomo esses momentos em um sentido evolucionista ou mesmo como uma espécie de aplicação do modelo da dialética hegeliana de tese, antítese e síntese. Quero apenas destacar que é a capacidade de apropriação coletiva

do saber institucional , além da interação com a realidade, que vai determinar os modos de gestão organizacional, já que os modos de gestão acima mencionados não foram construções estanques mudadas a partir de rupturas, mas, sim, resultado de dinâmicas que deram forma as estruturas e não o contrário.

Outro aspecto muito importante refere-se ao fato de que as organizações feministas nunca estruturam seus processos de formação nos moldes do que tradicionalmente se denomina “formação de quadros”, ao mesmo tempo em que lideranças se formaram no desenvolvimento de seu projeto institucional. É interessante observar que, só muito recentemente, o movimento e as organizações feministas começaram a elaborar cursos voltados para a formação de lideranças internas, enquanto desde seus começos houve a preocupação e o desenvolvimento de atividades desse tipo para grupos de mulheres que são sujeitos da intervenção das organizações.

Mais recentes e raras são as organizações que estruturam, de forma bastante clara, uma política de formação interna¹⁴. Considero que a existência de tais políticas é um elemento muito importante no

14 No caso do SOS CORPO, só em 2000 foram criadas estruturas organizacionais com esse objetivo, os núcleos de educação e pesquisa, apesar da formação interna ser uma preocupação presente desde o primeiro projeto institucional.

desenvolvimento organizacional, na medida em que cria espaços onde o aprendizado e o conhecimento podem ser apropriados institucionalmente, propiciando, dessa forma, uma democratização na produção e no acesso ao mesmo. A concretização desse processo requer maturidade institucional, já que ele visibiliza diferenças e pressupõe legitimidade para quem ocupa o lugar de coordenadora ou formadora.

Como afirmei anteriormente, todo processo de formação implica a constituição de relações de saberes e poderes e aqui surge a seguinte questão: quem pode se colocar ou ser colocada no lugar de formadora – sim, porque não adianta tentarmos falar dos processos de formação no abstrato, pois eles são feitos por alguém que ocupa um lugar de poder, nem que seja no momento em que os processos estão ocorrendo. Afinal, poder não é necessariamente fixo, mas sempre relacional – o que legitima esse lugar? O ser liderança e/ou ter especialidade técnico- temática? Essas são posições excludentes ou complementares?

Nesse ponto, a dimensão da formação articula-se diretamente com a dimensão da transmissão geracional. O primeiro ponto que quero destacar é que o geracional não se relaciona aqui com as idades reais das pessoas, mas com o tempo no movimento / organização e com o movimento/ organização no tempo. Assim, a transmissão é uma via de mão dupla, onde as diferentes temporalidades interagem continuamente.

Um dado que considero contraditório, quando se pensa em transmissão geracional, é que esse processo geralmente está associado à questão da ocupação de lugares de poder, seja na coordenação/ direção das organizações, articulações redes, fóruns, ao mesmo tempo em que os processos de transmissão geracional operam, na realidade, na formação e na construção do conhecimento, mesmo que de um modo informal ou sem estratégias e objetivos muito claros.

Digo isso porque os princípios da horizontalidade, igualdade e autonomia que orientam a prática feminista fazem com que cada reunião interna, encontros, seminários, atos públicos, ações de articulação política sejam espaços de imensa e intensa transmissão geracional. Ao mesmo tempo, a forma como o movimento e as organizações feministas entendem e operam com a questão da representação não é dependente diretamente dos lugares de poder mais formais. Tal situação deriva-se, a meu ver, do cuidado que as organizações feministas têm com os modos de gestão radicalmente democráticos, o que pressupõe, necessariamente, relações de poder pautadas na reciprocidade e a utilização do atributo da delegação para a realização de funções de representação institucional. (Cavalcanti, Cardoso e Rocha 2000)

Isso não quer dizer que as organizações feministas prescindam ou não tenham lideranças, apenas que ser líder não está vinculado a um cargo. Liderar, nas

organizações feministas, tem como referência processos e não pessoas.

Entretanto, há algumas contradições importantes de serem demarcadas. Mesmo que o exercício da liderança e a ocupação de lugares de poder não sejam encarnados em pessoas, não é possível abstraí-las e transformá-las em coletivos sem nome, rosto ou história. Isso seria antinômico com o projeto feminista. Surge, então, a seguinte questão: se a transmissão geracional é um processo que se dá majoritariamente nas ações de formação e produção do conhecimento, por que a vivenciamos como sendo um processo de ocupação de lugares de poder ?

Por vezes, percebo que, mesmo sem nos darmos conta, trabalhamos nessa dimensão - ainda que no plano imaginário - com posicionamentos derivados das noções de herança e sucessão. Pensar nesses termos provoca-me algumas inquietações, pois herdar e suceder são processos que se dão em função da morte ou da abdicação. Ou seja, para que alguém ocupe um dado lugar de poder é uma decorrência necessária dessa lógica que uma outra pessoa não esteja mais ali. Desse modo, os lugares, espaços de poder transformam-se em fixidez e imutabilidade.

Ao pensar e agir a partir dessa lógica, tornamos os processos pouco democráticos e marcados (o que é uma consequência óbvia) pela tradição patriarcal em nada condizente com o projeto feminista, além de ser profundamente injusto. Françoise Collin toca no

coração do problema ao afirmar: "É bastante curioso, aliás, que as mulheres, as feministas, não sejam capazes de prestar homenagem a não ser às mortas, a suas "mães" mortas, quando elas empreendem o refazer da história, e que sejam, ao contrário, de uma extrema severidade para com as vivas e para com suas mães vivas. Será que, como os homens, elas só agüentam a força das mulheres dentro de uma imagem? Encontra-se, aqui, novamente, a tendência de fazer crer que, tratando-se de mulheres, o êxito é impuro, o fracasso é puro : resquícios da ideologia cristã do sofrimento, reativação do desejo patriarcal? A não ser que o moralismo dissimule, na maioria das vezes, a violência da inveja. Vê-se, então, como trabalho político e trabalho ético devem ser reunidos no movimento de libertação das mulheres." (Collin. 1993).

Não pretendo apontar saídas para essas contradições no escopo deste texto, até mesmo porque essa não é uma tarefa teórica ou reflexiva e, muito menos, de uma única pessoa. Contudo, acredito que o projeto feminista e sua ética nos permitem pensar e agir a partir de uma lógica em que formação e legitimação de lideranças, bem como os modos de transmissão geracional, sejam processos/possibilidades de criação de novos lugares e espaços, onde todas possamos ser sujeito da nossa vida e do nosso movimento.

A produção de conhecimento tem sido uma dimensão fundamental do desenvolvimento organizacional feminista, porque, como já mencionei em outro momento, a fundação do movimento

feminista implicou a criação e a difusão de um saber que questionava todo um discurso dominante e ensurdecido sobre as mulheres, mas que não era produzido pelas mulheres nem a partir de sua própria experiência. Ou seja, o feminismo construiu a possibilidade de autoria para as mulheres.

A produção de conhecimento nas organizações feministas – como em outras organizações do campo democrático – procura conciliar uma tensão que nos é imposta pela dinâmica das sociedades injustas e desiguais, onde o conhecimento é sempre associado à produção acadêmica e a seus procedimentos de validação, sendo as demais produções e argumentações jogadas no lugar desvalorizado do senso comum.

Essa tensão desdobra-se no seguinte dilema : como validar a experiência e os saberes produzidos fora e de modos diferentes do mundo acadêmico sem cair na amarração da experiência pura .

Bondi (2000) considera que, durante muito tempo, a produção de conhecimento pelas organizações de mulheres, em função dos contextos históricos em que foi elaborada, assumiu a perspectiva de que “ o conhecimento fluía diretamente da experiência, e que a experiência assegurava a autenticidade do conhecimento. Isso implica que, em vez de ser construída, a experiência tem a qualidade de uma essência irreduzível (...) Também invoca uma certa imunidade pessoal, no sentido de que autenticar o conhecimento em termos de experiência pessoal é tornar indistinguíveis nossas idéias do nosso ser.

Conseqüentemente, qualquer um que critique o conhecimento gerado dessa forma pode ser acusado de atacar a pessoa em quem se originou o conhecimento.”

Mesmo concordando com a análise acima, considero que tal modo de conceber a produção do conhecimento facilitou, em certa medida, a superação da distinção entre quem faz e quem pensa, possibilitando, ainda, a criação plural, o que não quer dizer ausência de conflito nem de disputas, afinal, autoria também é visibilidade e poder.

Outro elemento que me parece muito importante, nos modos como as organizações feministas desenvolveram sua produção de conhecimento, refere-se à autoria dos materiais produzidos. Durante os primeiros anos do SOS CORPO, os materiais eram assinados coletivamente, ou seja, com o nome da instituição. Esse fato, além de estar articulado aos modos como a organização operava com os princípios da horizontalidade e igualdade, revela uma estratégia muito interessante de consolidar e legitimar a própria organização. A partir do momento que tal consolidação já estava efetivada, foi possível, para a organização, debater e decidir que suas produções levariam, também, o nome de suas autoras. Este processo está articulado diretamente com o reconhecimento das habilidades e acúmulos pessoais não mais como uma ameaça ou risco para a identidade institucional, é a criação de um espaço organizacional, ao mesmo tempo, plural e singular.

A produção de conhecimento nunca foi, nas organizações feministas, um momento do puro pensar,

mas, sim, uma dimensão fundamental da realização de seu projeto institucional, não apenas porque ela é derivada e, ao mesmo tempo, geradora das práticas, como também por ter o objetivo de ampliar e difundir o conhecimento para outras pessoas, em especial, as mulheres.

No caso do SOS CORPO, essa dimensão está presente desde sua fundação, como consta em seu primeiro projeto institucional : “Decidimos fazer uma tentativa de levar nossa experiência para um bairro de periferia, procurando refletir, junto com essas mulheres, sobre suas condições de vida, e tentando verificar o quanto da nossa experiência poderia ser transferida para elas, contribuindo para uma melhoria, através da informação e reflexão, de suas próprias condições de saúde. Também nos parecia muito importante o retorno, ou seja, o quanto a experiência dessas mulheres poderia nos proporcionar a revisão de nossa própria postura no que diz respeito à saúde feminina, à sexualidade e à reprodução” (SOS CORPO, 1981).

Se, nos momentos iniciais, a produção de conhecimento esteve mais voltada para a produção de materiais para o público externo, atualmente, têm-se uma preocupação crescente com a sistematização de todos os processos que se desenvolvem na organização. Ou seja, não se pode pensar que a produção de conhecimento seja apenas o que é publicado - textos, cartilhas, resultados de pesquisa, manuais - mas tudo o que é pensado e realizado na instituição. Assim, os registros

de atividades, os relatórios e os projetos institucionais - incluindo os aspectos relacionados à administração financeira - passam a ser, agora, considerados como produção de conhecimento, o que nos coloca o desafio de construir processos, instrumentos e linguagem que tornem acessível a apropriação desses conhecimentos pelos sujeitos que, direta ou indiretamente, os construíram, garantindo, assim, a autoria no seu sentido mais radical e pleno.

Ao pensar o desenvolvimento organizacional a partir das três dimensões analisadas nesta seção, pretendi demonstrar que os processos de gestão não são algo que podem ser determinados e desenvolvidos para enquadrar as dinâmicas internas ou moldar o que, comumente, chama-se de “cultura institucional”. Aliás, tendo a considerar que essa denominação - cultura institucional - é, muitas vezes, redutora, pois se toma a cultura como “tradição”, como aquilo que é quase invisível, subjetivo e que não pode ser transformado, elidindo nesse processo tanto a dinâmica das organizações como os valores e princípios fundamentais da instituição.

O projeto feminista, como afirmei no início deste texto, faz com que seja impossível, ética e praticamente, a disjunção entre nosso discurso público e nossa política interna. Por isso, a formação, a transmissão geracional e a produção de conhecimento são os três pilares através dos quais a organização atua no mundo, já que são eles que irão possibilitar a resolução da contradição entre continuidade e permanência com que todo projeto de transformação radical se defronta.

Por fim.....

Constato que muito ainda ficou por dizer, há outros tantos caminhos, questões e modos diferentes para analisar a dinâmica da institucionalidade nas organizações feministas.

Entre antinomias e contradições, as últimas tiveram muito mais espaço na construção deste texto. Isso porque as antinomias são tudo aquilo que vai de encontro aos nossos valores e ao nosso projeto : a dominação, a desigualdade, a injustiça , a heteronomia, a ausência de futuro, a repetição, a fixidez.

Já as contradições, em realidade, constituem o nosso cotidiano, instigando-nos a entender e a atuar no mundo, a partir das suas múltiplas dimensões e dinâmicas, sabendo que o nosso projeto não é uma idéia fixa, uma verdade a ser realizada, mas uma concepção de vida, em que ser sujeito significa a construção permanente de nós mesmas e do mundo. Como afirmei em outro trabalho (Gouveia, 1993) , projetar é um tempo futuro , que é gestado em um tempo presente, sendo neste delicado intervalo que o sujeito emerge. Acreditamos na indeterminação e nas possibilidades, este é o nosso trabalho : mulheres construindo a igualdade.

Referências bibliográficas

ABONG - Informe do Seminário Desenvolvimento e Democracia: o Papel das ONGs na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Abong, 1992.

ARMANI, Domingos e GONZALEZ, Roberto. **Concepções e Práticas de Desenvolvimento Institucional na Rede PAD**. Relatório de Sistematização Nacional sobre DIDO. Porto Alegre: 2000.

BONDI, Liz. Localizar as Políticas da Identidade. In: **Cidadania e Feminismo**. São Paulo: [s.ed.], 2000.

ÁVILA, Maria Betânia. Alianças e Parcerias do Movimento de Mulheres. In: **Democracia Viva**. v. 2. Rio de Janeiro, Moderna/ IBASE, 1998.

CAMURÇA, Sílvia **Sustentabilidade das Organizações de Mulheres no Brasil Pós-Beijing: Um Estudo Exploratório**. Recife: Rede Brasil. (Ed. SOS CORPO) 2001.

COLLIN, Françoise. **A Mesma e as Diferenças**. Recife, SOS CORPO-Gênero e Cidadania, 4. ed. 1996.

CAVALACANTI, Ana Elizabeth, CARDOSO, Carmem e ROCHA, Paulina. Reflexões sobre a Instituição Psicanalítica na Contemporaneidade. In: KEHL, Maria Rita. **A Função Fraterna**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

DEL RE, Alicia **Práticas Políticas e Binômios Teóricos do Feminismo Contemporâneo**. Recife: SOS CORPO-Gênero e Cidadania, 1996.

DURÃO, Jorge Eduardo e VALARELLI, Leandro. **Qual o Enfoque do PAD para o Desenvolvimento Institucional: Fragmentação ou Integração de Atores?** Rio de Janeiro: 2000. Mimeo.

FRIDMAN, Luiz Carlos. **Vertigens Pós-Modernas. Configurações Institucionais Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

GOUVEIA, Taciana. **Repensando Alguns Conceitos: Sujeito, Representação Social e Identidade Coletiva**. Recife,

Dissertação de Mestrado, Mestrado de Sociologia/ PIMES/ UFPE, 1993.

HELLÉR, Agnes e FEHÉR, Ferenc. **A Condição Política Pós - Moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

HEILBORN, Maria Luiza e ARRUDA, Angela. Legado Feminista e ONGs de Mulheres; Notas Preliminares. *In*: COSTA, Delaine e NEVES, Maria das Graças. **Gênero e Desenvolvimento Institucional em ONGs**, Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/ NEMPP/Instituto de la Mujer, 1995.

JAMESON, Frederic. **As Sementes do Tempo**. São Paulo: Ática, 1997.

LIMA, Maria José et alli. **Como Trabalhar com Mulheres**. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOUFFE, Chantal. Identidade Democrática e Política Pluralista. *In*: SOARES, Luiz Eduardo (ed), **Pluralismo Cultural, Identidade e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

OLIVEIRA, Francisco. Conferência na Plataforma NOVIB 2001. *In*: Relatório da Reunião Anual de Contrapartes da Plataforma NOVIB 2001. Igarassu, 2001

PERONA, Angeles Igualdad. *In*: **10 Palabras Claves sobre Mujer**. Madri: Editorial Verbo Divino, 1995.

SANTOS, Boaventura de Souza - **A Crítica da Razão Indolente. Contra o Desperdício da Experiência**. São Paulo: Cortez Editora, v. 1, 2000.

Uma nova concepção sobre Desenvolvimento Institucional expande o seu sentido para o campo das relações políticas e de parcerias entre organizações, se constituindo em um avanço importante que produz impactos nos seus diversos campos de atuação. Assim, o fortalecimento de sujeitos coletivos torna-se um elemento central da ação institucional. A sociedade civil organizada se fortalecendo, os processos coletivos ganham densidade e a ação individual de cada ator ou sujeito ganha sentido na relação com outros sujeitos.



Material de divulgação da Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Reprodutivos (Rede Saúde). Rio de Janeiro, 1995.

Daniel Maltar



Sede do SOS CORPO. Recife, 1999

Márcia Larangeira



Estagiária no Centro de Documentação e Apoio Pedagógico do SOS CORPO, Recife, 2001.

Gyzia Pimentel



Reunião da equipe de trabalho
da instituição. Recife, 1989.

Acervo SOS CORPO



Oficina sobre saúde e sexualidade com jovens no
Morro da Conceição. Recife, 2001

Gyzia Pimentel



Panorama

1997

Feminismo

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Saúde e Direitos Reprodutivos

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

- ★ Direitos Reprodutivos e Direitos Sexuais nas escolas
- ★ Pesquisa sexualidade
- ★ Atendimento na rede
- ★ Estágio em saúde integral

Palestras e seminários

Atendimento em SOS

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

Encontro da Comissão Nacional Feminista de Espinha

- ★ Encontro de ONGs/AIDS
- ★ Fórum de Educação em Saúde

- ★ Encontro AIDS
- ★ Conselho consultivo da Rede Global e das Católicas

A IMPUNIDADE É CÔMPlice DA VIOLÊNCIA

Every

Sistematização do Planejamento estratégico institucional. Recife, 1997.

Acervo SOS CORPO

Esta obra foi composta em Transit 521 BT,
corpo 12/16,6 e Zapf Humst Dm BT.
Miolo: Papel pólen soft 80g.
Capa: Cartão supremo 250g.
Teve a sua impressão concluída nas oficinas das
Edições Bagaço em dezembro de 2001

Participei, desde o início, das atividades do SOS CORPO e tenho assistido, no decorrer destes 20 anos, à sua ação cada vez mais transformadora da realidade da mulher no Nordeste e de sua expansão como projeto-piloto para o resto do país.

Nos últimos 30 anos, o feminismo foi causa de mudanças enormes no mundo inteiro. Hoje, a mulher é praticamente 50 % da força de trabalho mundial e em muitos países, inclusive o Brasil, a maioria dos seus estudantes universitários.

Ora, isso começa a transformar as próprias estruturas socioeconômicas internacionais. As populações da maioria dos países já têm uma consciência de opressão que não tinham enquanto as mulheres, elas mesmas, se submetiam à sua opressão específica.

Acredito que esse anseio generalizado de justiça tenha a ver estruturalmente com a libertação da mulher. E são os trabalhos em profundidade, como o do SOS CORPO, que tornam possível essa caminhada de um mundo competitivo e destrutivo, dominado pelo patriarcado/capitalismo, para outro cooperativo que possa reverter esse processo de destruição em que a própria espécie humana está ameaçada.

Mais alguns SOS CORPO o Brasil tivesse, mais o nosso país seria um projeto-piloto desse novo modelo que sonhamos e que precisa existir.

Valen, SOS CORPO !

Rose Marie Muraro



Apoio



ISBN 85-7409-335-1

